

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DA DITADURA À DEMOCRACIA: O FESTIVAL DE ARTE DE SÃO  
CRISTÓVÃO (FASC) E A POLÍTICA CULTURAL SERGIPANA (1972-  
1995)

Mislene Vieira dos Santos

São Cristóvão  
Sergipe - Brasil  
2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Mislene Vieira dos.  
S237d Da ditadura à democracia: o Festival de Arte de São Cristóvão (FASC) e a política cultural sergipana (1972-1995) / Mislene Vieira dos Santos; orientadora Célia Costa Cardoso. – São Cristóvão, 2014.  
183 f.: il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2014.

1. Ditadura e ditadores - Sergipe. 2. Arte - Sergipe. 3. Política cultural. I. Cardoso, Célia Costa, orient. III. Título.

CDU 94(813.7).088

Mislene Vieira dos Santos

DA DITADURA À DEMOCRACIA: O FESTIVAL DE ARTE DE SÃO  
CRISTÓVÃO (FASC) E A POLÍTICA CULTURAL SERGIPANA (1972-  
1995)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Relações Sociais e Poder.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Costa Cardoso

SÃO CRISTÓVÃO  
SERGIPE - BRASIL  
2014

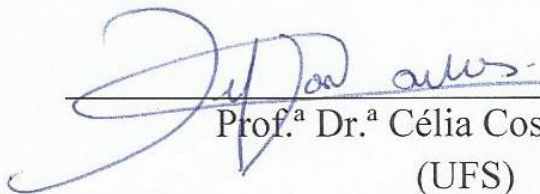
Mislene Vieira dos Santos

DA DITADURA À DEMOCRACIA: O FESTIVAL DE ARTE DE SÃO  
CRISTÓVÃO (FASC) E A POLÍTICA CULTURAL SERGIPANA (1972-  
1995)

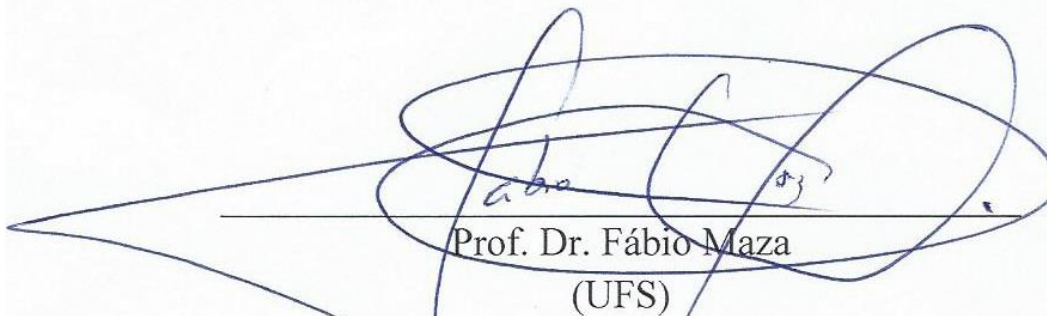
Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Relações Sociais e Poder.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Costa Cardoso

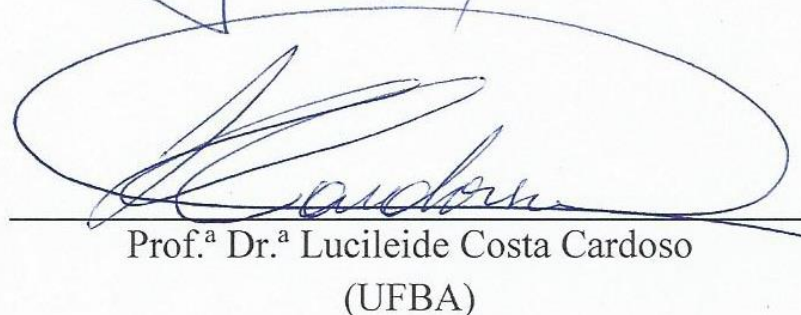
Aprovada em 14 de agosto de 2014.



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Costa Cardoso  
(UFS)



Prof. Dr. Fábio Maza  
(UFS)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucileide Costa Cardoso  
(UFBA)

## **AGRADECIMENTOS**

É muito gratificante alcançar nossos objetivos, ver metas cumpridas e sonhos realizados. Quando finalmente chega-se ao final da caminhada, olhamos para trás e percebemos quão longo e árduo foi o trajeto percorrido, mas também o quanto fomos privilegiados ao conseguirmos enxergar em cada desafio os instrumentos necessários para superá-lo.

Por isso, nesse momento quero tributar honras e glórias a Deus. Agradeço a Ele pelo sustento, pelo infinito amor, saúde e garra para avançar nesta jornada, permeada por dificuldades, exigências, mas também por muito crescimento e aprendizagem.

Agradeço à professora Célia Costa Cardoso, por tão generosamente me orientar ao longo desses anos. Pela parceria, compreensão, amizade, conselhos, dicas, correções, apoio, muito obrigada!

Agradeço também a todos os membros do Grupo de Pesquisa Poder, Cultura e Relações Sociais em História (PROHIS – CNPQ – UFS) pelos calorosos debates proporcionados, onde pude ampliar e amadurecer minhas perspectivas de estudo e pesquisa.

Durante minha passagem pela Universidade Federal de Sergipe também pude encontrar docentes dedicados que de diferentes formas me incentivaram, demonstrando interesse à minha pesquisa. Sendo assim, agradeço às contribuições dos professores Fábio Maza, Lucileide Cardoso, Edna Mattos, Janaina Mello, Augusto Silva e Fernando de Araújo Sá.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento a esta pesquisa através de uma bolsa.

Sou grata ainda a todos os funcionários e bolsistas do Arquivo Central da UFS pela ajuda na busca da documentação necessária e pelas conversas descontraídas quando percebi minha exaustão.

Agradeço também a Aglaé Fontes, Amaral Cavalcante e Terezinha Oliva por tão gentilmente me cederem entrevista, compartilhando comigo suas experiências no Festival de Arte de São Cristóvão, o que possibilitou uma porta de entrada ao diversificado e complexo campo das recepções e apropriações derivadas das vivências individuais de cada uma delas.

A todos os amigos, muito obrigada!

Sou grata ainda a todos os membros de minha família pelos esforços em apoiar os meus estudos. Sendo assim, agradeço à minha mãe, Irene Vieira, pela forma peculiar de me ajudar, à minha irmã Clayse Vieira, por todo carinho, compreensão e torcida, ao meu noivo, Ivson Alves, por todo amor e paciência, e aos meus sogros por todas as suas orações.

## RESUMO

Esta pesquisa investigou o Festival de Arte de São Cristóvão (FASC), promovido pela Universidade Federal Sergipe (UFS), entre 1972 a 1995, que se tornou o mais importante projeto de extensão cultural da Universidade desse período, contando com uma proposta de realização anual e recursos financeiros do MEC e FUNARTE. A partir daí analisou-se as relações do Estado brasileiro com a promoção da cultura, especialmente durante a vigência do período militar (1964-1985). Buscou-se, ainda, no estudo da organização, execução e repercussão do Festival, identificar a atuação dos governos militares no campo da cultura, os usos que se faziam dela e os interesses que moviam tais políticas culturais; bem como, atentar para a promoção da censura, coibindo manifestações culturais consideradas “desviantes”. Procurou-se, também, analisar ambiguidades e por vezes contradições na relação entre tais governos e a Universidade, num contexto de vigilância, repressão, mas também de investimentos financeiros e prováveis favorecimentos mútuos. Examinou-se, por fim, os diferentes usos do FASC, suas diversas repercussões sociais e como refletiu sobre ele as mudanças nas políticas culturais processadas no contexto de redemocratização, no pós-1985. As noções de representação e apropriação, formuladas na área da história cultural, constituem o principal aporte teórico na construção da problemática da pesquisa. As principais fontes utilizadas partiram do largo acervo documental sobre o FASC presente no Arquivo Central da UFS, onde foi possível encontrar grande parte dos documentos decorrentes de cada edição, bem como diversos recortes de jornais relacionados à sua repercussão. Além disso, também foram produzidas fontes orais, a partir de entrevistas realizadas com membros das comissões organizadoras do FASC.

**Palavras chaves:** Festival de Arte de São Cristóvão – Ditadura – Políticas Culturais.

## ABSTRACT

This research investigated the *Festival de Arte de São Cristóvão* (FASC), sponsored by the Federal University Sergipe (UFS), between 1972 and 1995, which became the most important project of cultural extension of the University of that period, with estimated annual achievement and MEC FUNARTE and financial resources. From then examined the relationships of the Brazilian state with the promotion of culture, especially during the period of the military regime (1964-1985). We sought to further the study of the organization, implementation and impact of the *Festival*, identify the role of the military government in the field of culture, the uses to which it is made and the interests that drove such cultural policies; well, pay attention to the promotion of censorship, restraining cultural events considered "deviant". Consideration was also analyzing ambiguities and sometimes contradictions in the relationship between such governments and the University in the context of surveillance, repression, but also financial investments and probable mutual favors. Was examined, finally, the different uses of the FASC, its various social implications and how it reflected on the changes in cultural policies processed in the context of democratization in post-1985. The notions of representation and appropriation, made in the area of cultural history, constitute the main theoretical contribution in building the research problem. The main sources used were

based on the broad document collection on the FASC present in the Central Archive of the UFS, where it was possible to find large number of documents resulting from each issue as well as many newspaper clippings related to its effect. Moreover, also oral sources, from interviews with members of the organizing committees FASC were produced.

**Keywords:** *Festival de Arte de São Cristóvão* - Dictatorship - Cultural Policy.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
-------------------------	-----------

<b>I. “UM FESTIVAL MULTI-ARTE” EM TEMPOS DE CENSURA (1972-1979)</b> .....	<b>19</b>
---	-----------

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	21
2. INCENTIVOS FINANCEIROS À CULTURA: MEC E UFS .....	32
3. UM FESTIVAL EM TEMPOS DE CENSURA .....	41
4. PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA-CULTURAL: EDUCAÇÃO E REFINAMENTO . .....	50
5. O FASC NA IMPRENSA SERGIPANA .....	55

<b>II. O FASC NAS RUAS: PRESTÍGIO, INSTABILIDADE E NOVOS RUMOS (1980-1985)</b> .....	<b>63</b>
--	-----------

1. NUANCES ADMINISTRATIVAS: ENTRE GLÓRIAS E INSTABILIDADES ...	65
2. EM DIREÇÃO AO PODER LOCAL: A DIMENSÃO POLÍTICA DO FASC .....	77
3. “A ARTE NAS RUAS”: TENTATIVAS DE APROXIMAÇÃO COM A COMUNIDADE .....	89

<b>III. A “GRANDE PEDINTE” E A TRANSFERÊNCIA DO PROJETO DO FASC PARA OS PODERES ESTADUAL E MUNICIPAL (1986-1995)</b> ...	<b>99</b>
--	-----------

1. O FASC NO PÓS-85: VÔOS RASTEIROS EM DIREÇÃO AOS NOVOS TEMPOS.....	102
2. “ARTE E DESASTRE DE UM FESTIVAL”: DESPRETÍGIO E AUSÊNCIA DE DIÁLOGO .....	109
3. O FASC NA IMPRENSA SERGIPANA: REPERCUSSÕES E CRÍTICAS .....	112
4. O FASC NA ERA COLLOR.....	119
5. O DISCRETO FECHAR DAS CORTINAS E APAGAR DAS LUZES .....	127

<b>IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>134</b>
---------------------------------------	------------

**FONTES**..... 138

**BIBLIOGRAFIA**..... 149

**APÊNDICES**..... 154

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida em torno da investigação do Festival de Arte de São Cristóvão (FASC), ocorrido durante 1972 a 1995, objetivando abordar através dele as relações do Estado brasileiro, em especial durante o período militar (1964-1985), com a produção cultural.

O Festival foi a primeira atividade de extensão cultural da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Dois principais motivos nortearam sua criação: a exigência do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para que todas as universidades preparassem um festejo, algum tipo de programação artística, para comemorar o sesquicentenário da independência do Brasil, no mês de setembro de 1972, e o desejo da recém-instalada UFS<sup>1</sup> de se aproximar mais da comunidade local; pois sendo Sergipe um estado pequeno, a chegada dessa instituição provocou deslumbre, estranhamento e curiosidade.

O local escolhido foi São Cristóvão, uma cidade com algumas características provincianas, primeira capital de Sergipe, fundada em 1590 pelo português Cristóvão de Barros, que guarda até hoje construções de repartições públicas e Igrejas dos séculos XVII e XVIII. Considerada cidade histórica por decreto estadual desde 1938 e patrimônio histórico-cultural, tombada pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a partir de 1967, ela também possui o título de quarta cidade mais antiga do Brasil. As igrejas, as ruas, os sobrados, a arquitetura barroca, a Praça São Francisco<sup>2</sup>, o Palácio do Governo, dentre outros prédios, tornaram-se espaços de memória, apreciação e reduto da história colonial. Por essa razão, a Comissão encarregada pela organização e execução do FASC decidiu utilizar a cidade como cenário dos diversos espetáculos artísticos que compuseram a programação do evento.

---

<sup>1</sup> A Universidade Federal de Sergipe foi fundada através do Decreto-Lei 269, de 28 de fevereiro de 1967, incorporando as já existentes Escola de Química (denominada Instituto de Química), a Faculdade de Ciências Econômicas e a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. A solenidade de inauguração ocorreu em 30 de abril de 1968. A instalação da UFS no Campus de São Cristóvão, onde se encontra atualmente, ocorreu posteriormente a partir de 1981. Até essa data, a Reitoria e os diversos prédios das Faculdades permaneceram no centro de Aracaju, sendo a Reitoria situada na Rua Lagarto. O Decreto-Lei 269 está disponível em Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-269-28-fevereiro-1967-378094-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25 de junho de 2013.

<sup>2</sup> Em 2010, a Praça São Francisco foi reconhecida como patrimônio cultural da humanidade pelo Comitê Intergovernamental de Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). SILVA FILHO, José Thiago da. A candidatura da Praça São Francisco, de São Cristóvão/SE, a patrimônio da humanidade. In.: *Cadernos UFS História*. N. 10. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

Além disso, pretendia-se reviver o sonho do lendário João Bebe-Água, personagem histórico que ficou conhecido pela sua revolta contra a transferência da capital para Aracaju, em 1855. João Nepomuceno Borges, seu verdadeiro nome, conseguiu arregimentar um grupo de aproximadamente 400 homens armados para marchar rumo à Assembleia Legislativa, requerendo a revogação da decisão do presidente da província, Inácio Barbosa. O levante, porém, não chegou a acontecer, pois o grupo foi convencido pelo padre da cidade a desistir de tal empreitada. João Bebe-Água, porém, teria guardado fogos de artifício em sua casa para usar no dia em que São Cristóvão voltasse a ser a capital<sup>3</sup>.

Essa profecia se cumpriu passados mais de cem anos, em 01 de setembro de 1972, quando o governador de Sergipe, Paulo Barreto de Menezes, decretou a transferência da capital para São Cristóvão por 24 horas, em virtude da realização do I FASC. Nesse dia, os sinos das antigas igrejas soaram enquanto explodiam fogos de artifício, trazendo à memória o desejo de João Bebe-Água.

O estilo de festival escolhido trazia uma proposta fundamentalmente pedagógica: *educar através da arte*. A escolha de São Cristóvão como sede também fora motivada pelo interesse em se “comemorar” a independência do Brasil em um espaço que fomentava a construção da imagem de um passado glorioso que remetia ao período colonial. Apresentaram-se diversos grupos de folclore, música (privilegiando o estilo erudito, com diversos concertos de orquestras sinfônicas e corais nas antigas igrejas) teatro, exposições de artes plásticas e cinema, cursos de curta duração e seminários.

A ideia parece ter agradado ao MEC, que na segunda edição do evento, em 1973, investiu recursos financeiros através do Conselho Federal de Cultura (CFC) a fim de incentivar sua promoção. Esta prática se estendeu pelos próximos anos, sendo o ministro da Educação e Cultura apresentado como patrono, estando, algumas vezes presente na cerimônia de abertura, na qual proferia discursos que em geral traziam as seguintes palavras-chave: “cultura”, “universidade moderna” e “nação”.

A referência à cultura é quase uma constante nos discursos dos representantes do Estado. Duas vertentes dicotômicas podem ser percebidas nas falas e textos dos membros do governo

---

<sup>3</sup> Sobre a transferência da capital, ver as obras: SOUSA, Antônio Lindvaldo. *Temas e História de Sergipe I*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/CESAD, 2007. SOUSA, Antônio Lindvaldo. *Temas e História de Sergipe II*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/CESAD, 2010. DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. *Textos para História de Sergipe*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 1991.

durante o período militar: uma em que a cultura é tratada como arma “subversiva”, e outra na qual ela está associada à manifestação e reprodução da ordem. Isso está perceptível, por exemplo, no texto do Ato Institucional nº5, promulgado pelo presidente Costa e Silva (1967-1969), em 13 de dezembro de 1968, segundo o qual, a “Revolução” estava ameaçada devido a “atos subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais [grifo nosso]”. Nessas circunstâncias, com a necessidade de consolidá-la, “se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural [grifo nosso]”<sup>4</sup>.

Este tipo de percepção sobre a cultura levou igualmente a uma dualidade de práticas efetivadas, em diferentes níveis, ao longo dos governos militares. Ao mesmo tempo em que houve um aumento de investimentos em atividades artístico-culturais através do MEC, do CFC e da Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), a partir de 1975, quando ela foi criada; ocorreu a intensificação e ampliação dos aparatos legais responsáveis pela censura às “diversões públicas”, que incluíam as mais diversas manifestações artísticas e os meios de comunicação de massa, como o rádio e a televisão. A incumbência de vigiar a produção cultural ficava a cargo dos Serviços de Censura de Diversões Públicas (SCDP), órgãos estaduais que já estavam regulamentados desde 1946, no governo Gaspar Dutra (1946-1950), e da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), criada no início dos anos 1970, com o intuito de unificar os critérios de censura, submetendo hierarquicamente os órgãos estaduais à suas determinações.

Estas duas práticas coexistiram na elaboração do FASC. Uma quantia considerável de verba federal foi aplicada ao longo das edições, propiciando a realização de um evento de grandes dimensões, com no mínimo três dias de duração. Isso foi muito importante para UFS, pois consolidou seu projeto de extensão cultural e ajudou a imprimir uma imagem de universidade moderna, articulada com a sociedade na qual estava inserida. Por outro lado, os organizadores do evento tinham a obrigação de enviar para o SCDP, situado no Departamento de Polícia Federal de Sergipe, toda a programação, com o detalhamento dos artistas convidados e de seus respectivos espetáculos, a fim de que fosse submetida à avaliação. Além disso, o mesmo procedimento era feito com relação à Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI),

---

<sup>4</sup> Ato Institucional nº5 de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: [http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo\\_norma=AIT&data=19681213&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo_norma=AIT&data=19681213&link=s). Acesso em 13 de junho de 2013.

instalada na Reitoria com a finalidade de vigiar e ter o controle sobre todo o tipo de atividade produzida dentro da UFS.

Censura, vigilância, promoção cultural e extensão universitária são alguns dos elementos que se entrecruzavam, mostrando as diferentes faces da relação entre uma universidade pública, recém-criada, e o Governo Federal. O livro de Rodrigo Patto Sá Motta, publicado em decorrência dos 50 anos do golpe, explica que as universidades são importantes objetos de estudo no esclarecimento dos paradoxos e contradições que envolveram as políticas dos governos militares. Assim,

As universidades representam espaço privilegiado para observar os entrecruques das diferentes forças que moveram o experimento autoritário brasileiro. Elas eram importantes lócus de modernização do país, bem como campo de batalha entre os valores conservadores e os ideais de esquerda e de vanguarda; eram instituições que o regime militar, simultaneamente, procurou modernizar e reprimir, reformar e censurar. (MOTTA, 2014: 16).

O autor trabalha com o conceito de “modernização autoritária” ou “modernização conservadora” dirigindo-o para a reflexão sobre a atuação do Estado sobre as universidades, chamado atenção para a complexidade de elementos inertes nessa relação. Segundo ele,

o propósito modernizador se concentrava na perspectiva econômica e administrativa, com vistas ao crescimento, à aceleração da industrialização e à melhoria da máquina estatal. Já o projeto autoritário-conservador se pautava em manter os segmentos subalternos excluídos, especialmente como atores políticos, bem como em combater as ideias e os agentes da esquerda – por vezes, qualquer tipo de vanguarda – nos campos da política e da cultura, defendendo valores tradicionais como pátria, família e religião. (MOTTA, 2014: 15).

Observa-se que esse conceito de modernização autoritária pode ser aplicado na compreensão do FASC, no sentido de contribuir na explicação das contradições que envolveram sua promoção. Ressalta-se, ainda, a necessidade de não partir para uma análise pautada na polarização artistas/universidade x governos militares, reconhecendo, desta forma, a existência de espaços de flexibilidade e consenso que proporcionaram em determinados momentos um beneficiamento mútuo, tanto por parte dos agentes estatais, quanto dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da política cultura da UFS.

A socióloga Sônia Azevedo, em seu livro *Regime Militar e Festival de Artes de São Cristóvão (1972-1985): muito além dos palcos e holofotes* (2012) aborda, a partir do referencial gramsciano, as possíveis conexões entre o Estado e a produção cultural, e como estas se processaram no FASC. Tomando como ponto de partida a Política Nacional de Cultura, de 1975, ela observa a criação de mecanismos favoráveis à institucionalização da cultura como alternativa viável para tornar o Governo hegemônico, visto em que este buscou incorporar algumas reivindicações, sem perder, porém, o controle político-cultural. Nesse sentido, as relações com os intelectuais e artistas foram gradativamente alteradas na medida em que estes procuraram se aproveitar das oportunidades de profissionalização viabilizadas pelo próprio Estado.

No caso do FASC, ao analisar os investimentos aplicados por órgãos federais e a atuação dos gestores na elaboração do evento, Sônia Azevedo chama atenção para a existência de um “jogo de interesses”, permeado por negociações e consensos. No entanto, a ausência em sua obra de um estudo sobre a interferência da censura e da AESI nos trabalhos desses profissionais compromete a própria defesa de um consenso, pois há que se questionar até que ponto este não se estabelecia forçadamente. Há ainda certa homogeneização ao se referir aos “gestores”, sem problematizá-los, pois a abordagem passa despercebida pelas diversas alterações ocorridas na composição das comissões organizadoras e, conseqüentemente, pelas disputas políticas internas da UFS. Utiliza-se aqui a palavra gestores, compreendendo-a em seu sentido mais amplo, abarcando, deste modo, o reitor e os membros responsáveis pelas comissões, aos quais cabia planejar a execução do FASC.

A investigação aqui pretendida se baseou em três eixos de análise que foram diluídos ao longo da construção da narrativa. O primeiro refere-se às relações da comissão organizadora com a Reitoria e o Governo Federal, considerando aí a dupla ação deste último sobre a atividade cultural. Ou seja, atenta-se para suas interferências por meio do financiamento e da censura. O segundo analisa a programação, os tipos de produções artísticas apresentadas. O terceiro, por fim, diz respeito ao estudo da repercussão do Festival, considerando para tal os jornais, bem como depoimentos de participantes. Optou-se, portanto, por uma análise qualitativa, baseada nesses três eixos, que não se esgotam em si; antes, sofrem interligações.

Com base nessas análises, intencionou-se identificar rupturas, descobrir o grau de autonomia dos FASC e qual o período de maior intervenção do Estado. Guiada por essas problemáticas, a hipótese formulada é a de que a Universidade, através do FASC, foi usada como espaço de

legitimação dos governos militares, a partir dos investimentos na promoção deste evento, para efetivação de sua política cultural de valorização de datas cívicas, como a Independência. Desse modo, averiguou-se, pois, a possibilidade desses governos terem criado mecanismos nas universidades, mais especificamente na UFS, de difusão de uma cultura cívica, baseada na crença otimista de “Brasil, Grande Potência”.

Para tentar dar conta da complexidade do Festival, percebendo sua dinâmica ao longo dos vinte e três anos de sua existência, a pesquisa se debruçou sobre o marco temporal de 1972 a 1995, dividindo-o em três fases. A primeira compreende o início do FASC, marco inaugural da extensão cultural da UFS, em 1972, e se estende até o ano de 1979, momento em que se torna mais claro o surgimento de iniciativas demonstrativas do enfraquecimento da Ditadura, tais como a homologação da Lei da Anistia<sup>5</sup> e o fim da censura prévia<sup>6</sup>, passo preliminar para o abrandamento da censura.

Sendo diretamente patrocinado pelo MEC e logo após pela FUNARTE, e algumas vezes pelas duas instituições, interessa a essa pesquisa saber como o FASC se desenvolveu nos anos de crise e queda do Estado autoritário. Sendo assim, a segunda fase da pesquisa aponta para o período de 1980 a 1985, almejando identificar como se deu a participação dos órgãos federais de fomento à produção cultural num momento de instabilidade política e econômica.

Após o fim da Ditadura, o MEC e a FUNARTE continuaram a existir, muito embora sendo guiados por outras propostas políticas. Levanta-se, portanto, o questionamento sobre como ficou o FASC no pós-85. Se for correto ainda afirmar que ele serviu de instrumento do Estado para fomentar através da Universidade uma cultura cívica, pouco associada às polêmicas culturais contemporâneas, como ele conseguiu se manter no contexto de luta pelo retorno do Estado de direito? Guiada por tais questionamentos é que a pesquisa propõe uma terceira fase: de 1986 a 1995, sendo este o último ano em que a UFS promoveu o Festival de Arte de São de São Cristóvão.

A construção do objetivo de estudo foi norteadada pelas contribuições de Roger Chartier (1988) no campo da história cultural, tomando por base o uso da noção de representação para

---

<sup>5</sup> Lei nº 6.683/79. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm). Acesso em 04 de abril de 2012.

<sup>6</sup> A censura prévia deixou de existir após a promulgação do Decreto 83.973/79, que tinha como principal objetivo abrandar as ações da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Para isso, foi ativado o Conselho Superior de Censura (CSC), responsável por rever, em grau de recurso, as determinações da DCDP, diminuindo assim sua autonomia. Decreto disponível em: <http://www.ancine.gov.br/legislacao/decretos/decreto-n-83973-de-13-de-setembro-de-1979>. Acesso 27 de março de 2013.

identificar a diversidade de interesses, os entrecosques de concepções de mundo e as diferentes práticas daí decorrentes, penetrando, assim, nos meandros das relações, tensões e pluralidade de clivagens que atravessam uma sociedade. Isso ajudou a compreender a atuação dos governos militares sobre a cultura ao criarem instrumentos de imposição dos valores com os quais eles se identificavam e estabeleciam conexões com outros grupos sociais, legitimando e fortalecendo aspirações. Colaborou, ainda, no direcionamento do olhar sobre o FASC, percebendo a coexistência de conflitos proporcionados pelas diversas experiências nele vividas, bem como pelos diferentes usos e apropriações que se fez ou se pretendeu fazer do seu espaço.

Entende-se, ainda, que as representações não ensejam uma “pintura” das coisas como elas são, aproximando-se do mais fidedigno possível. Ao contrário, um de seus principais papéis é produzir ilusão, manipular, num jogo de criação de práticas favoráveis à obtenção de interesses e à generalização de determinados diagnósticos forjados da realidade. O que interessa, portanto, não é resgatar esta “realidade”, ou emitir juízos de valor, mas sim perceber as estratégias que tornaram as representações possíveis, as formas como foram aplicadas e os efeitos que elas produziram.

No que diz respeito às fontes, foram consultadas no Arquivo Central da UFS as documentações produzidas anualmente em decorrência da preparação de cada Festival. Trata-se, portanto, de uma significativa massa documental referente a vinte e três anos de FASC, nem sempre disposta de forma ordenada. Foi necessário, deste modo, a realização de um trabalho minucioso de levantamento e organização de dados. Também se recorreu ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) com o intuito de ter acesso às fontes da imprensa, apesar de se ter utilizado em maior número os diversos recortes de jornais sobre o FASC presentes no Arquivo Central da UFS. Além disso, foram realizadas entrevistas com membros das comissões, como Aglaé D’Ávila Fontes de Alencar e Terezinha Alves de Oliva, as quais proporcionaram a ampliação do entendimento sobre a pluralidade de impressões e ambições que o FASC suscitou.

Com base nesses dados e na estrutura dissertativa montada construiu-se uma abordagem dividida em três momentos. Na Sessão I, denominada *Um Festival “multi-arte” em tempos de censura (1972-1979)*, discorreu-se sobre o processo de criação e desenvolvimento do FASC, articulando-o com a interferência do Estado através dos financiamentos e da prática da

censura. Nesse momento, trabalhou-se mais especificamente a hipótese da pesquisa, atentando para as relações da UFS com os agentes federais.

Já na Sessão II, *O FASC nas ruas: prestígio, instabilidade e novos rumos*, pretendeu-se identificar as principais mudanças ocorridas no Festival diante do fim da hegemonia da Ditadura, no período de 1980 a 1985. Observou-se que este momento foi marcado pela ingerência do poder local, dando novos contornos aos usos e propostas do evento. Outro ponto de destaque se concentra nas crises internas da UFS, abalando os pilares de sua extensão cultural; como também a crescente insatisfação da população com a maneira como o FASC era produzido.

Por fim, a Sessão III, intitulada *A “grande pedinte” e a transferência do projeto do FASC para os poderes estadual e municipal*, tratou da última fase do Festival, de 1986 a 1995. Nesta ocasião, se analisou seu processo de desgaste e extinção, associado em grande medida à progressiva dificuldade em se adequar às novas conjunturas políticas e econômicas do país, bem como ao desprestígio encontrado entre a população. Refletiu-se também sobre alterações nas políticas culturais ocorridas durante os mandatos presidenciais de José Sarney (1985-1990), Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994) e como isso repercutiu na realização do FASC.

## I. “UM FESTIVAL MULTI-ARTE” EM TEMPOS DE CENSURA (1972-1979)

Desde a instauração do golpe, em 1964, a relação dos governos militares com os estudantes, e, por conseguinte com as próprias universidades, foi marcada por conflitos e enfrentamentos. A percepção dos militares em relação aos estudantes tendia a vê-los como inimigos, o que provocou diversas práticas repressivas, como o incêndio ao prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 01 de abril de 1964. Segundo Ibarê Dantas, mesmo antes do estabelecimento da Ditadura, “alguns grupos militares, ideólogos da Doutrina da Segurança Nacional<sup>7</sup>, consideravam o movimento estudantil, como ‘área potencial de subversão’”. (1997: 67).

Diante da nova ordem, professores foram presos e exonerados de seus cargos, estudantes expulsos e as universidades invadidas. Tudo isso fazia parte da “operação limpeza”, aplicada com o intuito de afastar pessoas que supostamente pudessem ameaçar a sustentação e manutenção da Ditadura. Ao mesmo tempo houve a organização da carreira docente, a criação de departamentos, o incentivo à pesquisa e à pós-graduação, caracterizando as complexas relações entre os governos militares e o meio acadêmico, marcadas pela ambígua e contraditória modernização autoritária. (MOTTA, 2014).

Esta noção é aplicada na pesquisa para refletir sobre o Festival de Arte de São Cristóvão (FASC). Para ele foram destinados investimentos financeiros altos por parte do Estado, através de convênios entre a UFS e Ministério da Educação e Cultura (MEC), Conselho Federal de Cultura (CFC) e Fundação Nacional das Artes (FUNARTE) com vistas a imprimir na Universidade um caráter moderno e dinâmico que se realizava através de seu projeto de extensão cultural, cuja função fundamental residia em levar à comunidade que não tinha acesso à universidade, a oportunidade de ter contato com a arte e cultura.

---

<sup>7</sup> Essa doutrina foi a principal responsável pelo fornecimento do conteúdo ideológico para a conquista e manutenção do poder no pós 1964, implantando um aparato de informações da nova ordem institucional. Criada nos Estados Unidos durante a Guerra Fria, a Doutrina de Segurança Nacional, em síntese, postula as estruturas necessárias à implantação e/ou manutenção de um Estado forte, ao mesmo tempo em que enquadra a sociedade num contexto de guerra interna em que é crucial a luta contra o inimigo comum. Esta doutrina legitima, dessa forma, o uso de aparelhos de segurança e informação repressivos, em nome da ordem social. Nesse ambiente implantado de guerra interna, o inimigo é por excelência aquele que se contrapõe de algum modo à ideologia política vigente; e nesse sentido o povo é o principal elemento a ser controlado, extinguindo nele qualquer sentimento de revolta, e mais especificamente, qualquer sombra de ameaça comunista. (BORGES In FERREIRA; DELGADO, 2010).

Ao mesmo tempo, seus organizadores estavam sob o signo da vigilância, através da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), implantada na reitoria para dar continuidade à “limpeza ideológica”, bloqueando a livre circulação de ideias. Além disso, o caráter conservador e repressivo pode ser identificado por meio da censura, impedindo apresentações artísticas no FASC que usassem a arte e a cultura como instrumento de crítica política ou social.

O momento de criação do FASC, 1972, se insere em um contexto de auge da Ditadura, no governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1972), no qual verificou-se forte atuação dos órgãos de repressão, como o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), crescimento dos movimentos de resistência armada, a exemplo da Guerrilha do Araguaia<sup>8</sup> e acelerado crescimento da economia. Estes aspectos aliados ao largo uso da propaganda pelo Governo resultaram em uma maior legitimidade e estabilidade do Estado autoritário no início da década de 1970.

A segunda metade desse decênio, entretanto, marcou o início da decadência do período militar que pôde ser percebida devido à instabilidade na econômica gerada pela crise internacional do petróleo, em 1974, e os gradativos efeitos desastrosos das medidas tomadas anteriormente para o rápido crescimento econômico, como inflação e arrocho salarial. Além disso, continuavam a crescer os movimentos de resistência e desaprovação à Ditadura, principalmente depois que foram anunciadas as mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, nas dependências do II Exército, em 1975 e 1976, respectivamente. Os sinais da abertura política tornaram-se ainda mais evidentes em 1979, com a extinção do Ato Institucional nº5 e da censura prévia, a abertura do Conselho Superior de Censura (responsável por abrandar as atividades da Divisão de Censura de Diversões Públicas), o fim do bipartidarismo e a promulgação da Lei da Anistia<sup>9</sup>.

Retomo aqui a hipótese principal desse trabalho, a de que a UFS, através do Festival de Arte de São de Cristóvão, foi usada como espaço de legitimação dos governos militares, a partir dos investimentos feitos na promoção da extensão cultural. Interessa, pois, investigar em que

---

<sup>8</sup> A Guerrilha do Araguaia foi um movimento de resistência armada contra a Ditadura, comandado pelo PC do B, que se desenvolveu na região amazônica, até 1974, quando foi totalmente aniquilada pelas forças militares. Sobre a guerrilha do Araguaia, ver: GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. Companhia das Letras, 2002.

<sup>9</sup> Lei nº 6.683, responsável por autorizar a volta ao Brasil de todos aqueles que entre 1961 e 1979 cometeram “crimes políticos”. Uma das principais polêmicas que envolvem essa lei reside no fato dela também ter anistiado torturadores, e por isso atualmente há um movimento em prol de sua revisão. Ver projeto de Lei em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm). Acesso em 04 de abril de 2012.

medida a transição política, com o fim dos governos militares, refletiu neste financiamento e que sentidos o evento foi ganhando ao longo da década, com as mudanças contextuais em nível nacional e local.

Sendo assim, nesta primeira parte buscou-se detalhar com se deu a efetivação do FASC no período de 1972 a 1979, observando as especificidades de cada ano. Propõe-se, a partir disso, refletir também sobre a complexidade da teia de comunicações, e em certa medida de trocas de interesses, entre o Estado e a UFS, através do reitor e da Comissão Central de organização e execução do FASC; pois como se verá adiante, os investimentos federais no evento possibilitaram a consolidação do Festival e com isso o crescimento profissional de funcionários da UFS envolvidos com ele, especialmente os que ocupavam cargos de liderança como o de Coordenador geral.

Na construção desta sessão foram usados os documentos do Arquivo Central da UFS sobre o FASC, constituídos por relatórios, diversos ofícios, portarias, comunicações internas, *folders* com a programação oficial de cada ano, listas e organogramas das comissões, tabelas de previsão e custos orçamentários, convênios, discursos, material censurado pelo Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), correspondências entre a Comissão e a AESI, projeto anual do FASC, informações sobre os grupos artísticos convidados: como histórico e certificado de liberação da censura, além de diversos recortes jornalísticos. Por fim, para não ficar restrito aos documentos oficiais, foram realizadas entrevistas com membros das comissões.

## **1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Por meio da Portaria nº 79, de 27 de abril de 1972, o então reitor João Cardoso do Nascimento Júnior<sup>10</sup> (1968-1972), como uma das últimas determinações do seu mandato, criou a Comissão Central de Organização e Execução com a finalidade de idealizar uma atividade

---

<sup>10</sup> Nascido na cidade de Piquete, estado de São Paulo, em 1918, João Cardoso do Nascimento Júnior foi o primeiro reitor da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1945 e atuou como docente em várias instituições de ensino, como o Instituto de Educação Rui Barbosa. Em Sergipe, foi professor da Faculdade de Serviço Social e da Faculdade de Medicina até 1968, quando foi nomeado reitor por indicação do presidente da República, Marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969). Durante sua gestão foram instalados os cursos de Odontologia, Engenharia Química, Licenciatura em Química, Ciências Biológicas, Matemática, Física, além dos cursos de Administração e Ciências Contábeis. Ao fim de seu mandato, João Cardoso assumiu a Secretária de Educação e Cultura de Sergipe (SEED). Faleceu em 1988. Sobre sua trajetória ver: *Da medicina ao magistério: aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior*. [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=105181](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=105181)

artística-cultural para enquadrar a Universidade no conjunto de comemorações do 7 de setembro, nomeando para tal os professores Albertina Brasil Santos (presidente da comissão), Maria Thetis Nunes (vice-presidente), Clodoaldo de Alencar Filho, José Paulino da Silva, Balduino Ramalho, Paulo Rocha de Novaes, José Hermenegildo da Cruz, José Barreto Fontes, José Maria Rodrigues Santos, Antônio Campos de Lima, Lea Maria Guimarães, Clea Maria Brandão Mendes, Félix D'Ávila, João Sampaio D'Ávila e João Oliva Alves. Das reuniões desse grupo, que também contou com a colaboração do regente do coral da UFS, o maestro Antônio Carlos Plesh, surgiu a proposta de realizar um Festival de artes com programação diversificada.

A partir daí foi estabelecida uma nova Comissão Central, presidida por Albertina Brasil, para trabalhar especificamente no planejamento e execução do Festival de Arte de São Cristóvão. Esta era constituída pela Coordenação Geral, Artística, Estrutural, de Ornamentação, Transportes e de Cursos, seis ao todo<sup>11</sup>.

A fim de visualizar melhor a composição de ambas as Comissões, foram produzidas duas tabelas com os nomes dos membros, seus cargos na UFS e a função desempenhada na organização do FASC.

**Membros da Comissão Central de Organização e Execução – encarregada de escolher e elaboração uma atividade artística para a comemoração do sesquicentenário da independência.**

<b>Nome</b>	<b>Profissão</b>	<b>Área de atuação</b>
Albertina Brasil	Professora	Serviço Social
Maria Thetis Nunes	Professora	História
Clodoaldo de Alencar Filho	Professor	Letras
José Paulino da Silva	Professor	Educação
Balduino Ramalho	Professor	Direito
Paulo Rocha Novaes	Professor	Ciências Econômicas
José Hermenegildo da Cruz	Professor	Ciências Econômicas
José Barreto Fontes	Professor	Química

<sup>11</sup> Lideradas respectivamente por Albertina Brasil, Clodoaldo de Alencar Filho, Antônio Campos de Lima, Aglaé Fontes de Alencar, Félix D'Ávila e Antônio Carlos Freitas.

José Maria Rodrigues Santos	Professor	Medicina
Antônio Campos de Lima	Professor	Educação
Lea Maria Guimarães	Professor	(não encontrado)
Clea Maria Brandão	Professor	História
Félix D'Ávila	Professor	Educação Física
João Oliva Alves	Assessor de Relações Públicas da UFS	Jornalismo
Antônio Carlos Plesh	Regente do Coral da UFS	Música

### **Membros e Estrutura Interna da Primeira Comissão Organizadora do FASC (1972)**

<b>Nome</b>	<b>Profissão</b>	<b>Função na Comissão</b>
Albertina Brasil	Professora do Curso de Serviço Social e diretora do CECAC <sup>12</sup>	Coordenadora Geral
Clodoaldo de Alencar Filho	Professor do Curso de Letras-Inglês	Coordenador artístico
Antônio Campos de Lima	Professor do Departamento de Educação	Coordenador Estrutural
Aglaé D'Ávila Fontes de Alencar	Teatróloga, musicista e professora	Coordenadora de Ornamentação
Félix D'Ávila	Professor do Curso de Educação Física	Coordenador de Transporte
Antônio Fontes Freitas	Professor (não encontrado)	Coordenador de Cursos

Com base nestes dados, pode-se concluir que a idealização do FASC, bem como seu planejamento de execução, foi feita predominantemente por professores ligados à área das ciências humanas. Isso é importante para refletir sobre o perfil que foi dado ao projeto de

<sup>12</sup> Centro de Extensão Cultural e Atuação Comunitária (CECAC), DA Universidade Federal de Sergipe, criado em 1971.

extensão cultural e suas prioridades. A própria escolha por um festival não pode passar desassociada dos interesses do grupo que o idealizou.

Esta decisão provavelmente foi influenciada pelo Festival de Inverno de Ouro Preto<sup>13</sup>, o qual parece ter deixado uma impressão muito positiva em professores e alunos da UFS, servindo com referencial para se pensar uma atividade artístico-cultural. O desejo de reproduzir em Sergipe tal Festival ficou visível nas declarações que Terezinha Alves de Oliva cedeu à autora. Filha de João Oliva Alves, um dos membros da Comissão que criou o FASC, ela foi diretora do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico de Sergipe (DCPH) de 1973 a 1974 e participou da Coordenação Geral da Apresentação de Grupos Folclóricos no III FASC em 1974.

Plesh [maestro regente do coral da UFS] vivia falando do sonho de fazer o “Festival da Primavera”, que seria no mês de setembro, com o canto coral em igrejas de São Cristóvão. Essa ideia, então, foi adequada, e inspirada tanto no Festival de Inverno de Ouro Preto, quanto no Festival de Marechal Deodoro, em Alagoas, e se pensou em transformar isso num evento dentro de um grande festival, na antiga capital. Se reviveria, então, a ideia da capital voltar simbolicamente a São Cristóvão.<sup>14</sup>

O Festival de Verão de Marechal Deodoro, era realizado desde 1970 no município de Marechal Deodoro, em Alagoas, organizado pela diretoria de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura do estado, contando com a colaboração da Empresa Alagoana de Turismo (EMATUR) e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), nos anos seguintes. O apoio da EMBRATUR a esse tipo de evento, assim como se deu no caso do

---

<sup>13</sup> Durante o mês de julho de 1967 ocorreu o primeiro Festival de Inverno da UFMG, ou Festival de Inverno de Ouro Preto como ficou conhecido. A festa artística foi idealizada por um grupo de professores da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Álvaro Apocalypse, Berenice Menegale, José Adolfo Moura e Júlio Varela, em parceria com a Fundação de Educação Artística de Belo Horizonte. A UFMG estava à frente da organização e contou com o apoio da Prefeitura de Ouro Preto, a qual tinha grandes interesses na realização de um evento deste porte, visando à promoção turística. O objetivo era levar a arte à população a partir de uma proposta de extensão universitária. A UFMG se manteve a frente do Festival até 1999. A partir de 2000 surgiram o Festival de Inverno da Prefeitura de Ouro Preto e o Festival de Inverno do Uni-BH (Centro Universitário Belo Horizonte). Em 2004 surgiu o Festival de Inverno – Fórum das Artes, realizado pela Universidade Federal de Ouro Preto, configurando um retorno à extensão universitária através de atividades culturais. No ano seguinte, ele passou a ser chamado Festival de Inverno de Ouro Preto e Mariana – Fórum das Artes, tendo o apoio das Prefeituras de Ouro Preto e Mariana.

Ver o site do evento: <http://www.festivaldeinverno.ufop.br/2013/paginas.php?titulo=Hist%C3%B3rico>. Acesso em 08 de dezembro de 2013; e BARROS, José Tavares de. *Idealizadores do 1º Festival de Inverno da UFMG relembram história do evento*. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/008737.shtml>. Acesso em 18 de dezembro de 2013.

<sup>14</sup> Entrevista concedida à autora em 2013 e realizada em Aracaju com o objetivo de levantar testemunhos orais sobre o FASC e perceber a pluralidade de experiências vividas.

FASC, denota uma preocupação do Governo Federal em expandir, desenvolver o turismo no Nordeste e com isso, a própria economia na região, o que era visto como imprescindível para afastar o risco de revoltas e avanços de ideias comunistas<sup>15</sup>.

Ainda sobre a influência das experiências profissionais dos membros da Comissão de Organização e Execução, pode-se apontar também para a proposta da professora Thetis Nunes que visava produzir na semana da pátria um evento que discutisse a história de Sergipe:

Apesar de o tema ser a independência do Brasil, foi proposto pela professora Thetis Nunes trabalhar também a independência de Sergipe. Ela própria estudou sobre isso, o que levou à primeira publicação da UFS: “Cadernos da UFS”, com esse artigo da professora Thetis sobre a emancipação política. Além disso, juntou essa ideia à do Professor Plech e à de Núbia Marques, do Departamento de Serviço Social, que tinha vindo do Festival de Deodoro.<sup>16</sup>

Outra proposição para a comemoração do 07 setembro partiu de João Oliva Alves<sup>17</sup>. Ele sugeriu uma semana cívico-cultural, com palestras e uma entrevista concedida pelo reitor que salientasse “o fator cultural no fortalecimento de uma consciência nacional autonomista e destacando o papel da UFS [...] na formação de quadros humanos e técnicos” (OLIVA, 2008: 09). Destarte, aos poucos foi se delineando o estilo de comemoração a ser realizada pela UFS: um festival com programação múltipla, abarcando espetáculos artísticos, minicursos e exposições; notabilizando-se, pois, como um “festival multi-arte”<sup>18</sup>, com um propósito eminente de pedagógico de “educar”, “civilizar” e fomentar civismo através da arte.

---

<sup>15</sup> Ver Lei n. 5.727, de 4 de novembro de 1971 que dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), de 1972 a 1974. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=120837>. Acesso em 01 de junho de 2014.

<sup>16</sup> Terezinha Alves de Oliva. Entrevista à autora. Aracaju/SE. 2013.

<sup>17</sup> João Oliva Alves escreveu um texto falando sobre sua experiência na organização do FASC, denominado “O Festival de São Cristóvão e seus cartazes” que compõe o livro *Uma história em cartaz: FASC: Festival de Arte de São Cristóvão*, organizado por Terezinha Alves de Oliva, Otávio Luiz Cabral e Rosane Bezerra Soares. Esta obra foi lançada em 2008 como parte dos projetos que celebravam a comemoração dos 40 anos da UFS e tinha como objetivo maior homenagear o FASC. A ideia inicial partiu do historiador e poeta Thiago Fragata e foi ampliada pela UFS.

<sup>18</sup> Em uma entrevista concedida à autora na cidade de Aracaju em 2013, o jornalista e poeta Amaral Cavalcante caracterizou o FASC como “festival multi-arte” devido à sua proposta de programação com múltiplas atividades artísticas, envolvendo folclore, dança, cinema, música, teatro e artes plásticas, diferenciando-se dos festivais exclusivos para música, muito populares nos anos 1970, difundidos no meio televisivo.

Com o projeto definido, foi estabelecida pelo Reitor Luiz Bispo<sup>19</sup> (1972-1976), ainda em 1972, uma nova Comissão para cuidar especificamente do planejamento e execução do I Festival. A organização interna nesse primeiro momento estruturava-se em coordenações. Nos anos posteriores elas muitas vezes foram chamadas de comissões, enquadradas dentro da Comissão Geral. Uma mudança na nomenclatura, variável aleatoriamente sem seguir um padrão anual, mas que não alterava a função desempenhada. Formavam-se grupos para tratar de assuntos específicos, como hospedagem, divulgação, alimentação, dentre outros, denominados ora de coordenações, ora de comissões. Houve paulatinamente um aumento significativo do número destas. Muitas foram criadas enquanto outras foram substituídas, havendo ainda o surgimento de subcomissões.



Primeira reunião preparatória do I FASC, em 1972. Na ponta da esquerda, Albertina Brasil. [Fonte: Fundo: FASC. Cx. 4. Ano: 1972/1992].

Se em 1972, totalizavam seis coordenações, no ano seguinte, para o II FASC, esse número quase duplicou, sendo acrescentadas as comissões de Recepção, Divulgação e Relações Públicas, Transporte - Hospedagem e Ginástica, Médica, Atendimento de Atividades Culturais e de Assuntos Históricos. Mais

adiante, no IV FASC (1975) também foram criadas comissões de Apoio, Assuntos Literários e Finanças, além das subcomissões de Artesanato, Cinema, Dança, Música, Poesia Visualizada, Teatro, Sessões Culturais e Salão de Arte Experimental. No ano seguinte, acrescentou-se a comissão de Folclore, e em 1978, no VII FASC, a de Alimentação.

Vale frisar, a título de esclarecimento, que com o passar das edições o planejamento e organização do evento ficaram mais complexos, exigindo maior divisão de encargos. Nesse sentido, a Comissão Central, coordenada por Albertina Brasil, era integrada por comissões,

<sup>19</sup> Nasceu no estado de Alagoas, em 1927 e em 1955 concluiu seus estudos na Faculdade de Direito da UFS. Sua administração foi marcada pela consolidação do Projeto FASC e pela liberação de recursos visando a compra de parte do terreno onde atualmente está localizado o Campus Universitário Professor Aloísio de Campos, na cidade de São Cristóvão, próximo à fronteira com Aracaju. Em 2004, Luiz Bispo faleceu, aos 77 anos de idade, devido a uma parada cardíaca.

representantes do Governo do estado, imprensa e prefeituras de Aracaju e São Cristóvão; muito embora essa formação não fosse uma regra.

Especialmente nos primeiros anos do Festival, foi fundamental a colaboração do reitor. O fato de Luiz Bispo aceitar dar continuidade à proposta de seu antecessor rendeu-lhe boa aceitação na comunidade universitária. Seu apoio em muito facilitou a relação com a Comissão. No “Relatório Final” feito após o I FASC, a boa parceria com Luiz Bispo foi posta como o primeiro ponto positivo da empreitada<sup>20</sup>. Nos anos ulteriores do seu mandato, a situação não foi diferente. No ano seguinte, ele recebeu durante o II FASC, o título de cidadão são-cristovense e em 1975 foi homenageado pelo seu apoio à cultura e aos artistas. O novo reitor que assumia em 1976 foi José Aloísio de Campos<sup>21</sup> (1976-1980) e em torno da sua chegada rodavam rumores de que ele não daria continuidade ao FASC, o que gerou certo de clima de tensão e expectativas.

Em 1975 houve uma grande especulação sobre o fim do evento<sup>22</sup>. Paralelo às notícias sobre a programação e os destaques de cada dia, saíram também matérias intituladas, por exemplo, “IV FASC: teria sido o último?” e “FASC: da transitoriedade à permanência, a dúvida”<sup>23</sup>. Diante do impasse, a saída apontada pela maioria era a institucionalização do Festival, torná-lo uma Fundação, o que garantiria em grande medida sua perpetuação:

O IV FASC foi o último dirigido pelo Reitor Luiz Bispo, seu criador. Mas não obstante ele não ter de dirigir, como Reitor, o V FASC, ainda poderá tornar maior ainda a sua contribuição à promoção cultural de Sergipe, deixando relatórios e sugestões circunstâncias sobre o FASC, e se ainda houver tempo, institucionalizando o FASC para que ele permaneça através dos tempos, com a devida continuidade.<sup>24</sup>

---

<sup>20</sup> Relatório Final. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC I. Assunto Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano 1972.

<sup>21</sup> José Aloísio de Campos foi o terceiro reitor da UFS. Natural da cidade de Frei Paulo, no interior de Sergipe, formou-se em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Bahia, no ano de 1943. Ao retornar a Sergipe, consolidou sua carreira profissional, exercendo vários cargos, entre eles o de Secretário executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CONDESE) e o de prefeito da cidade de Aracaju no período de 1968 a 1970. Um dos principais aspectos de seu trabalho na reitoria se deu já no final da sua gestão com as medidas para inauguração do campus ano seguinte, em 1981.  
Fonte: <http://reitoria.ufs.br/pagina/luiz-herm-nio-aguiar-oliveira-1992-1996-11204.html>. Acesso em 14 de junho de 2014.

<sup>22</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 30 de setembro de 1975. Ano IV. Nº 1056./ Coluna João de Barros. *Jornal da cidade*. Aracaju. 09 de abril de 1976. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC IV. Assunto: Divulgação. Caixa 04. Ano: 1975.

<sup>23</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 30 de setembro de 1975. Ibid.

<sup>24</sup> Idem.

Com muitos dizendo que foi o último e outros pensando que a UFS partirá para institucionalizar o Festival de Arte de São Cristóvão em forma de Fundação ou com a criação de um departamento para cuidar da organização da promoção durante todo o ano, realizou-se o IV FASC nos dias 26, 27 e 28 [setembro de 1975], na cidade de São Cristóvão. [...]

O FASC que já foi incluído nos roteiros turísticos do Brasil [...] é agora discutido como uma promoção que pode ter seus dias contados ou institucionalizada [...]. Se for encerrado o FASC, restará apenas a placa de bronze, mas muitos duvidam que o novo reitor, quem quer que ele seja, recuse a enfrentar o desafio que é hoje o FASC.<sup>25</sup>

A placa a que a notícia se refere diz respeito à homenagem que os artistas sergipanos, através da Associação Sergipana de Cultura, fizeram a Luiz Bispo, no último dia do FASC, 28 de setembro. Na ocasião, a placa foi apresentada na Praça da Bandeira de São Cristóvão, com a seguinte inscrição: “Ao Dr. LUIZ BISPO, o reconhecimento dos artistas sergipanos pela criação do Festival de Arte”. Percebeu-se com base no material recolhido dos jornais<sup>26</sup> que este tributo em muito foi motivado pela ideia do término do Festival, sendo, portanto, necessário uma espécie de despedida e reconhecimento àquele que ficou registrado na memória oficial como o “criador” do FASC, apesar dessa iniciativa remeter ao final da gestão de João Cardoso do Nascimento Júnior e sua idealização à ação conjunta daqueles que compuseram a Comissão Central de Organização e Execução.

Considerando que são as representações que os indivíduos fazem de sua realidade o motor para a elaboração de práticas, ações e comportamentos condizentes com elas, pode-se apontar nesse caso para a busca da legitimação e perpetuação da memória de Luiz Bispo e do FASC, num momento de incertezas em que buscou-se defender o que era visto como ameaçado no presente, numa demonstração de interesse de sua continuidade no futuro. O jornalista e poeta Amaral Cavalcante pronunciou discurso durante a homenagem, ressaltando a importância de Luiz Bispo e da extensão cultural da UFS no desenvolvimento de valores artístico e culturais no estado de Sergipe. Nele é visível a ênfase à memória:

A passagem de um homem, pelo tempo, sua marca, seu eco, configuram o retrato que dele a história guardará. É justamente para fixar a imagem desse homem lúcido e compromissado que os artistas sergipanos comparecem, sob o pretexto de aposição

---

<sup>25</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 09 de abril de 1976. Ibid.

<sup>26</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 26 de setembro de 1975. *Gazeta de Sergipe* Aracaju. 26 de setembro de 1975. *Jornal da Cidade*. Aracaju. 30 de setembro de 1975. *Jornal da Cidade*. Aracaju. 09 de abril de 1976. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC IV. Assunto: Divulgação. Caixa 04. Ano: 1975.

de uma placa, para testemunhar perante as gerações a presença de Luiz Bispo, sua marca, seu eco.

[...] O desenvolvimento de um povo depende intrinsecamente do equilíbrio entre a busca do bem estar material e o aprimoramento dos valores artísticos e culturais. Por isso mesmo a produção de bens culturais e artísticos, complemento imprescindível à formação total do ser humano, é tarefa inerente ao homem público, da qual ele terá que prestar contas ao seu tempo ou à história.<sup>27</sup>

Os rumores de fim do FASC, porém, não passaram de alarmes falsos, pois mesmo com a saída de Luiz Bispo, a comissão organizadora do evento, que tinha em sua composição um quadro de membros semelhantes à de 1972, continuou a trabalhar no projeto, que foi aprovado por Aloísio de Campos.

Uma grande ruptura dentro dos quadros das comissões aconteceu em 1978 com o afastamento de Albertina Brasil, coordenadora geral do FASC. Devido às tarefas realizadas na organização do evento e na direção do Centro de Cultura e Arte (CULTART), ela passou a ser conhecida em Brasília pelos diversos diálogos que estabelecia com o MEC e o seu Departamento de Assuntos Culturais (DAC) na divulgação das atividades culturais realizadas em Sergipe. A FUNARTE se interessou por seu trabalho e solicitou ao reitor que a liberasse das atividades desempenhadas na Universidade por um prazo de dois anos<sup>28</sup>. Entretanto sua temporada na Fundação foi estendida mais do que se esperava e ela não voltou a atuar na UFS.

Albertina Brasil<sup>29</sup> desempenhou um papel de destaque no FASC, bem como ocupou cargos de certa relevância dentro da Universidade. Ela foi uma das fundadoras da Escola de Serviço, estando em seu comando nos períodos de 1954 a 1959 e 1967 a 1969. Com a fundação da UFS, tornou-se assessora do reitor João Cardoso do Nascimento Júnior e logo em seguida tomou a frente do Centro de Extensão Cultural e Atuação Comunitária (CECAC), criado em

---

<sup>27</sup> Discurso pronunciado por Amaral Cavalcante na homenagem prestada pelos artistas sergipanos ao reitor Luiz Bispo. Fundo FASC IV. Assunto Documentação da Coordenação Central/ Documentação das Comissões. Caixa 02. Ano 1975.

<sup>28</sup> O reitor Aloísio de Campos cedeu Albertina Brasil à FUNARTE por um prazo de dois anos, por meio da Portaria nº 949, de 24 de janeiro de 1978. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Secretaria. Assunto Pessoal/ Correspondências. Caixa 02. Ano 1978.

<sup>29</sup> Nascida em Minas Gerais, Albertina Brasil (1925-2004) se formou pela Escola de Serviço Social de Campinas/SP, cidade onde viva desde que ingressou, aos 20 anos, na Congregação Missionária de Jesus Crucificado. Em 1954, Dom Fernando Gomes, responsável pela Arquidiocese de Aracaju/SE, enviou uma carta a esta Congregação solicitando a vinda de algumas irmãs dessa ordem, a fim de fundar a Escola de Serviço Social. Além de Albertina Brasil, vieram a Irmã Maria de Lourdes Mafra e Judith Junqueira Villela. Em Sergipe, ela se desligou da Congregação, passando a ficar conhecido por seu trabalho na área da cultura e educação.

Fonte: LIMA, Ana Paula Soares. *Educação e cultura: aspectos desenvolvidos pela professora Albertina Brasil em Sergipe*. São Cristóvão, 2012. (Monografia. Departamento de Educação da UFS).

1971. Não há como pensar a história do FASC sem considerar a figura de Albertina Brasil, que esteve na gênese desse projeto participando como presidente e coordenadora geral, respectivamente, da Comissão que criou o FASC<sup>30</sup> e das demais Comissões anuais, responsáveis pela sua execução. Além disso, foi responsável por estruturar o Departamento Cultural e Artístico da UFS, o que resultou na criação do Centro de Cultura e Arte (CULTART)<sup>31</sup>, órgão diretamente ligado à organização do FASC.

Em 1978, portanto, a realização do VII Festival de Arte se viu ameaçada com a ausência de sua liderança. Para piorar esse quadro, seu sucessor, Clodoaldo de Alencar Filho renunciou ao cargo de diretor do CULTART devido a problemas internos com a Reitoria. Segundo os jornais, foram feitos poucos comentários em torno de seu pedido de demissão, já que os funcionários da UFS se recusavam a emitir opiniões sobre o caso.

Um dos motivos cogitados para a renúncia foi o de que a Reitoria da UFS estava com a verba destinada à execução da montagem do FASC, estimada em torno de 700 mil cruzeiros, fornecida pela Funarte e não se dispunha a passá-la para Cultart, a fim de que a coordenação pudesse dar sequência aos preparativos do festival, apesar do dinheiro ter sido enviado para a UFS há cerca de dois meses.

Nenhum dos funcionários quis confirmar ou desmentir a notícia, dizendo que a única coisa que sabem a respeito do caso foi exatamente o que foi publicado pela *Gazeta de Sergipe*<sup>32</sup> [dois dias antes a *Gazeta de Sergipe* noticiou o pedido de renúncia de Alencar, informando sobre a carta de demissão que ele entregou à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Extensão Cultural<sup>33</sup>].

Após dias de negociação, feita igualmente de modo bastante discreto sem dá margem a muitos comentários, o professor Clodoaldo de Alencar Filho, juntamente com sua esposa Aglaé Alencar que também abandonou seu cargo de coordenadora artística do Festival, entraram com o pedido de cancelamento das cartas de demissão; decisão essa comemorada na imprensa, pois implicava no fim da ameaça de cancelamento do VII FASC: “Nuvens claras

---

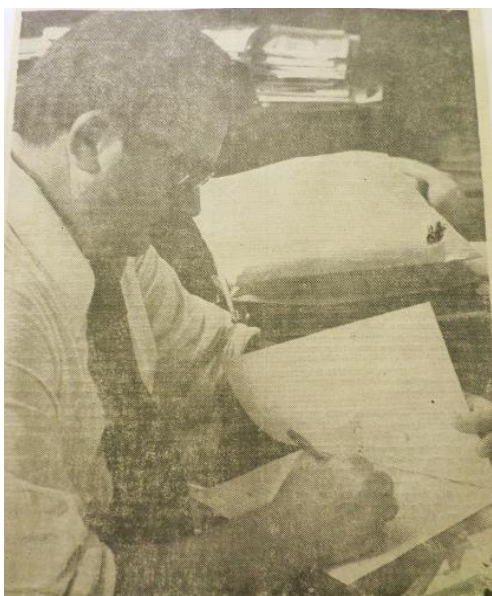
<sup>30</sup> Portaria nº 79 de 27 de abril de 1972. O reitor João Cardoso do Nascimento Júnior instituiu Albertina Brasil como presidente da Comissão Central de Organização e Execução das Comemorações do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC I. Assunto: Diversos. Caixa s/n. Ano 1972.

<sup>31</sup> O Centro de Cultura e Arte (CULTART) foi criado no início dos anos 1970, como órgão ligado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX), tendo o objetivo de desenvolver trabalhos ligados à cultura junto à comunidade. Atualmente, ele continua funcionando e tem sua sede no prédio da antiga Faculdade de Direito, patrimônio histórico estadual, localizado no centro de Aracaju. Fonte: <http://cultart.ufs.br/>. Acesso em 07 de junho de 2014.

<sup>32</sup> *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 19 de agosto de 1978. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Direção. Assunto Divulgação/ Documentação das Comissões. Caixa 04. Ano 1978.

<sup>33</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 17 de agosto de 1978. Ibid.

pairam sobre o mundo cultural sergipano... depois de uma ligeira ameaça de chuva e muita nebulosidade, que ameaçou inclusive a realização do Festival de Arte de São Cristóvão<sup>34</sup>. A partir desse momento, iniciava-se uma nova fase com o afastamento de Albertina Brasil e o comando dos Alencar, o que implicaria em mudanças na organização do FASC. O desejo de reformulá-lo já vinha se processando há alguns anos, mas foi em 1978 com a mudança da direção que ele pareceu ganhar força. Clodoaldo apontou como uma das necessidades mais urgentes a melhoria da infraestrutura de São Cristóvão<sup>35</sup>. Além disso, pela primeira vez o evento se estendeu por uma semana, ocorrendo de 23 a 30 de setembro de 1978.



À esquerda, Clodoaldo de Alencar Filho, Coordenador Geral do VII FASC, em 1978. À direita, Aglaé D'Ávila Fontes de Alencar, uma das organizadoras do FASC desde 1972, atuando principalmente na Coordenação de Curso e de Grupos Artísticos. [Fonte: *Gazeta de Sergipe*. 30 e abril de 1978. Fundo: CULTART/Direção. Cx. 04. Ano: 1978; e *Gazeta de Sergipe*. 10 de outubro de 1976. Fundo: FASC V. Cx. 04. Ano: 1976, respectivamente].

Ao final dos anos 1970, a estrutura organizacional do FASC estava muito mais complexa se comparada aos primeiros anos. Além disso, após sucessivas edições, algumas falhas passaram a ser apontadas progressivamente, a exemplo da precária infraestrutura e da desorganização dos espetáculos. A decisão por ampliar os dias do Festival revela uma vontade de mostrar mudanças.

<sup>34</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 23 de agosto de 1978. Ibid.

<sup>35</sup> *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 04 de outubro de 1978. Ibid.

## 2. INCENTIVOS FINANCEIROS À CULTURA: MEC E UFS

A articulação entre as universidades e o MEC na promoção de programas culturais é um elemento fundamental no entendimento das contradições da política cultural de Estado pós-1964. Esta pesquisa investiga os usos do FASC como instrumento de legitimação do Estado autoritário, tendo na UFS um espaço privilegiado para aplicação de suas diretrizes políticas de incentivo à cultura, mediante adequação da criação artística às normas desse Ministério. Considerando-se as universidades instituições que agregam uma parcela significativa de grupos intelectuais, com forte potencial de crítica, parece ter se tornado fundamental a aplicação de estratégias de controle e adequação do perfil das atividades acadêmicas aos interesses do Estado.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que ocorriam intervenções nas universidades brasileiras, esgotando a capacidade de atuação dos diretórios e dificultando a existência de grupos de estudos voltados para o debate crítico da atualidade; a presença do Estado se fazia notável através do MEC, um dos braços de seu domínio.

Em 27 de julho de 1970 houve a criação do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), como parte das medidas tomadas por meio do Decreto 66.967/70<sup>36</sup>, responsável por reformular a estrutura administrativa do MEC. O DAC foi enquadrado no conjunto das instituições centrais de direção superior, no qual já constavam departamentos como os de ensino fundamental, médio e universitário, sendo incumbido da responsabilidade de executar programas culturais. Com as modificações trazidas nesse Decreto, o Conselho Federal de Cultura, que integrava o corpo de órgãos normativos do Ministério juntamente com o de educação e o nacional de moral e civismo, desempenhou mais sua função normativa e consultiva, enquanto que a parte executiva ficou a cargo do Departamento.

Esta reorganização da composição do MEC foi motivada principalmente pela necessidade de fortalecimento da área da cultura dentro do Ministério, que até então não possuía nem mesmo uma secretaria de cultura. A preocupação com esse campo vinha sendo cada vez mais recorrente. Isso pode ser exemplificado na palestra que o ministro Tarso Dutra proferiu na Escola Superior de Guerra (ESG) alertando que “o plano da reforma educacional não estaria completo sem a cobertura da linha da cultura” (DUTRA, 1969 apud CALABRE, 2009).

---

<sup>36</sup> Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d66967.pdf>. Acesso em janeiro de 2014.

Na UFS logo se percebeu os efeitos dessa reforma. Apesar de o I FASC ter disposto de recursos financeiros modestos – em torno de 47.000,00 cruzeiros, não constando na documentação a existência de convênios com o MEC<sup>37</sup>, a segunda edição contou com o investimento de Cr\$ 22.350,00<sup>38</sup> por parte do Conselho Federal de Cultura (CFC).

Nesse ano de 1973, o DAC lançou o Programa de Ação Cultural (PAC), durante a gestão do ministro Jarbas Passarinho (1969-1973), cuja finalidade residia na execução de um calendário de atividades culturais, com caráter dinâmico, envolvendo os campos da música, teatro, cinema, circo e folclore, abrangendo ainda o setor patrimonial e de capacitação de pessoal. Os recursos financeiros para tal advinham do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Essa nova ação do Estado foi propagandeada pela imprensa na época de forma positiva, apresentando o PAC como financiador de eventos culturais. (CALABRE, 2009).

Como se pode perceber, a consonância da UFS com as diretrizes traçadas por esse Programa se realizava no FASC, que cuidava em ter uma programação abrangente, contendo diversas manifestações artísticas norteadas pela proposta pedagógica de tornar o povo mais “culto” e “civilizado”, através da arte.

Nos próximos anos, o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), a FUNARTE (a partir de 1976) e o DAC, órgãos integrados ao MEC, tiveram papel fundamental no financiamento do FASC. Todas as edições de 1974 a 1979 tiveram o ministro da Educação e Cultura como patrono do evento, pronunciando o discurso de abertura<sup>39</sup>. Além de ter uma grande repercussão local, esse momento também implicava em legitimação da política cultural do Estado e da própria existência deste, pois mesmo sendo uma Ditadura, se travestia de democrático, usando como um dos instrumentos para tal a própria promoção da cultura.

O ministro da Educação e Cultura, Ney Braga abriu a terceira edição do FASC, em 1974, recebendo o título de “Cidadão honorário de São Cristóvão”. Em seu pronunciamento, declarou ser uma tendência nacional as universidades promoverem a extensão “para

---

<sup>37</sup> A carência no orçamento foi apontada no Relatório Final do I FASC como ponto negativo. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC I. Assunto: Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano: 1972.

<sup>38</sup> Além desse valor, outras fontes de recursos foram: taxas de inscrição nos cursos de curta duração promovidos no evento: Cr \$ 3.260, 00; Ingresso para o I Campeonato Nordestino de Ginástica Moderna: 2.428,00; taxa para uso de Barracas: 2.310,00; contribuição do escritor Jorge Amado pelo lançamento do livro: 60,00; vendas de adesivos: 1.544,00; vendas de crachás: 869,00; contribuição da Caderneta Associação de Poupança e Empréstimo: 2.000,00; contribuição do Governo do estado: 5.000,00; contribuição do orçamento da Universidade: 50.000,00. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC II/Secretaria. Assunto: Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano: 1973.

<sup>39</sup> Foram ministros da Educação e Cultural nesse período: Ney Braga (1974-1978), Euro Brandão (1978-1979) e Eduardo Mattos Portella (1979-1980). Este último não compareceu ao FASC de 1979.

promoção da cultura, do civismo e da identidade, melhorando os padrões sócio-econômicos do povo brasileiro”, e finaliza: “Assim quer o Brasil as suas Universidades”<sup>40</sup>.

Novamente se observa uma representação do país que evidentemente diz respeito aos interesses da liderança política, mas que é difundida como tendência generalizante, aspirando à universalização de suas pretensões. Ao declarar ainda que “as iniciativas do Festival de Arte estão integradas aos objetivos do Ministério da Educação e Cultura”<sup>41</sup>, Ney Braga expõe a articulação do evento com o MEC, servindo, por um lado, como espaço para o desenvolvimento do trabalho de profissionais envolvidos com a cultura, sobretudo os coordenadores das comissões e os grupos artísticos, e por outro, como instrumento de propaganda do Estado. Ou seja, não se pode pensar apenas a relação entre cultura/artistas e Ditadura como polos antagônicos, pois através do exemplo do FASC, observou-se também espaços para consensos, acordos e favorecimento mútuo<sup>42</sup>.

Em 14 de junho de 1974 foi selado, na cidade do Rio de Janeiro, um Convênio<sup>43</sup> entre o MEC, através do Conselho Federal de Cultura, liderado por Raymundo Moniz de Aragão, e a UFS, representada pelo reitor Luiz Bispo, para concessão de recursos destinados a assistência de entidades culturais e a criação de casas de cultura, incluindo aí verbas para o Festival. Com validade de um ano, o Convênio assegurou a entrega de 35 mil cruzeiros à Universidade, que se obrigava a cumprir o Plano de Aplicação apresentado pelo Conselho e apresentar relatório completo do emprego deste Plano, além de prestar contas dos recursos financeiros recebidos<sup>44</sup>.

Em agosto do mesmo ano, outro Convênio foi fechado entre o MEC e a UFS, desta vez por meio do DAC, sendo destinados oitenta mil cruzeiros a serem aplicados no III FASC, de acordo com o plano estabelecido pelo PAC<sup>45</sup>. A importância dada pelo Governo em tornar pública sua participação em ações como estas, bem como sua preocupação em fazer disto um instrumento de propaganda, ficam claras na segunda cláusula do convênio: “Obriga-se o (a)

---

<sup>40</sup> Discurso de Ney Braga. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC III. Caixa: 02. Assunto: Documento da Coordenação Central. Ano: 1974.

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> Sobre a relação entre os intelectuais e o Estado, os processos de profissionalização daqueles e a institucionalização da cultura, ver: GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

<sup>43</sup> Arquivo Central de Aracaju. Fundo: Cultart. Caixa: 01. Assunto: Correspondência. Direção: Documentos Administrativos. Ano: 1974.

<sup>44</sup> Cláusula Quinta. Item 3 e 4 respectivamente. Ibid.

<sup>45</sup> Ofício Circular nº 16, de 10 de dezembro de 1974. Arquivo Central da UFS. Fundo: Cultart Direção. Caixa: 01. Assunto: Correspondências/ Relatórios. Documento das Comissões. Ano: 1974.

CONVENIENTE [UFS] a dar ampla divulgação do Programa de Ação Cultural através dos meios de comunicação nos Estados onde for programado e no Estado da Guanabara”<sup>46</sup>. Diante disso, conclui-se que provavelmente o FASC de 1974 recebeu bons subsídios federais, não sendo possível computar o montante.

Em dezembro desse mesmo ano, o Diretor Geral do DAC, Manuel Diéguas Júnior, encaminhou ao reitor o Plano Geral para o ano seguinte, o qual se apoiava nas seguintes áreas: “I- Capacitação de Recursos Humanos. II- Preservação e defesa de bens culturais. III- Incentivo à criação e difusão no âmbito cultural”<sup>47</sup>. O documento ainda ressaltava a importância da colaboração das universidades para execução de uma programação norteada por esse tripé. Essa articulação entre as instituições permitia o intercâmbio de alunos e professores, numa dinâmica de participação nas produções artístico-culturais.

O DAC emitia ofícios circulares para as universidades solicitando a cooperação destas na execução de seus Planos Gerais. Isso se dava da seguinte forma: a estas instituições caberia criar uma programação em conformidade com as diretrizes traçadas por aquele Departamento, fomentando assim um “sistema de colaboração”. Feita essa etapa, ele avaliava as possibilidades de financiamento de cada proposta.

Eis os pontos preliminarmente estabelecidos pelo Plano geral para as atividades de 1975:

- 1) Criação de um programa cultural diversificado, do qual poderia constar concursos para seleção de obras nos seguintes campos: a) composições musicais; b) peças teatrais; c) artes plásticas [...]; d) literatura [...]
- 2) Criação de  cursos de especialização e aperfeiçoamento, de curta duração, na área cultural [...]
- 3) Realização de  eventos artístico-culturais, como concertos, recitais, exposições, etc., para o que devem ser aproveitados elementos da própria Universidade ou de sua região, que seriam assim promovidos ou estimulados.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> A Guanabara foi um estado do Brasil de 1960 a 1975. Neste último ano aconteceu sua fusão com o estado do Rio de Janeiro, através de lei sancionada pelo Presidente Geisel. Este foi o único caso no Brasil de uma cidade-estado. Segundo Marly Silva da Motta (2001), esta fusão fazia parte do projeto “Brasil grande”, idealizado pelos militares, sendo o Rio de Janeiro um dos espaços mais visados na consolidação desse programa. Ver: [http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1207.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1207.pdf). Acesso em 27 de dezembro de 2013.

<sup>47</sup> Ofício Circular nº 16, de 10 de dezembro de 1974, destinado ao Reitor Luiz Bispo. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/ Direção. Assunto: Correspondências/ Relatórios. Documento das Comissões. Caixa 01. Ano: 1974.

<sup>48</sup> Idem.

Os grifos foram feitos pelo autor do documento, Manuel Diégues Júnior, e ressaltam os elementos-chaves que deveriam fazer parte dos diferentes projetos: concursos, minicursos de especialização e aperfeiçoamento na área cultural e eventos artístico-culturais diversificados.

Este Plano defendia ainda uma programação apoiada no tripé básico em que se estrutura a universidade: ensino, pesquisa e extensão; além de trazer orientações em prol da atuação participativa e conjunta dessas instituições:

Nesta programação as Universidades figuram em posição de especial relevo pela colaboração que podem proporcionar ao bom êxito de sua execução.

De fato, esse planejamento não pode dissociar-se dessas instituições, cujas funções vão muito além do ensino e das pesquisas [...]

Eis a razão por que o Senhor Ministro recomendou maior entrosamento das atividades culturais com as Universidades.

É, pois, nesse sentido que temos a honra de solicitar a Vossa Magnificência sua valiosa cooperação nas iniciativas desse Departamento<sup>49</sup>.

Como condição prévia para a efetivação do sistema de parceria, Manuel Diégues solicitou ao reitor o cumprimento de alguns “pontos fundamentais”, *a saber*:

1) Criação de um programa cultural diversificado do qual poderiam constar concursos para seleção de obras inéditas nos seguintes campos:

- a) composições musicais
- b) peças teatrais
- c) artes plásticas (pintura, escultura, etc.)
- d) literatura (romance, conto, poesia, ensaio, etc.).

2) Criação de cursos de especialização e aperfeiçoamento, de curta duração [...]

3) Realização de eventos artístico-culturais [...]<sup>50</sup>

Após receber esse Plano, o reitor tinha a incumbência de responder dentro de um prazo previamente determinado pelo DAC, informando sobre iniciativas já existentes na área

---

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> Idem. Os grifos foram feitos pelo autor do documento, Manuel Diégues Júnior.

cultural que pudessem ser submetidas a exame. Uma dessas iniciativas, mais uma vez, foi o Festival de Arte. O projeto da quarta edição recebeu a quantia de Cr\$ 35.000,00 do CFC e Cr\$ 150.000,00 do DAC, quase o dobro da aplicação do ano anterior<sup>51</sup>.

O V FASC, em 1976, foi o primeiro a receber auxílio da FUNARTE. Através do Convênio firmado no Rio de Janeiro, em 20 de junho daquele ano, foi entregue à UFS a quantia 215.000,00 cruzeiros. Além disso, o DAE também contribuiu com 45.000,00 cruzeiros<sup>52</sup>. Como se pode perceber, a aplicação de recursos no FASC crescia a cada ano.

As propostas de elaboração tornavam-se paulatinamente mais complexas e elaboradas. Em 1977, por exemplo, apesar do DAE já ter estabelecido a entrega de 100.000,00 cruzeiros, mais que o dobro da verba entregue no ano anterior, Albertina Brasil, Coordenadora geral, enviou Ofício a Raimundo José Miranda Souza<sup>53</sup> solicitando um aumento no valor para Cr\$ 140.000,00. O pedido foi negado e o DAE manteve a proposta inicial. Não era incomum esse tipo de solicitação por parte da coordenação geral. Isso em grande medida se devia à pretensão de tornar o Festival um mega evento. Muitos ofícios eram enviados a várias entidades governamentais e privadas, demandando ajuda financeira, mas nem todos eram atendidos. Ressalta-se também que a própria UFS entrava com recursos, juntamente com o Governo de Sergipe e algumas entidades locais, como a Empresa Sergipana de Turismo (EMSERTUR). Todavia nesse período dos anos 1970, a principal fonte de renda partia dos vários órgãos ligados ao MEC, conforme apontam os dados orçamentários de cada ano.

Em 1978, paralelamente a comemoração dos 10 anos da UFS, ocorreu o VII FASC. Nele a contribuição novamente superou a do ano anterior, muito embora haja na documentação uma discrepância de valores entre o “Relatório de Despesas e Saldos por Fonte” e o “Relatório Final”<sup>54</sup>. No primeiro, registrou-se as quantias de Cr\$ 510.000,00 pela UFS e Cr\$ 404.950,00 pela FUNARTE. Já no segundo, a soma passou a ser de Cr\$ 300.000,00 pela UFS e Cr\$ 462.760,00 pela FUNARTE. Não há, porém, divergência quanto ao financiamento do

---

<sup>51</sup> Relatório do IV FASC. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC IV. Assunto Documentação da Coordenação Central/ Documentação das Comissões. Caixa 02. Ano 1975.

<sup>52</sup> Convênio firmado entre a FUNARTE E A UFS. Tabela de Planos Orçamentários. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/Secretaria. Assunto: Correspondência/ Controle de Material/ Pessoal/ Documentação Administrativa/ Direção/ Divulgação. Caixa 01. Ano: 1976.

<sup>53</sup> Ofício nº 47/77/CULTART. Aracaju, 09 de fevereiro de 1977. Encaminhado ao Dr. Raimundo José Miranda Souza. Diretor do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE). Brasília – DF. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC VI. Assunto: CULTART/correspondência. Caixa 01. Ano: 1977.

<sup>54</sup> Relatório de Despesas e Saldos por Fonte. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC VII. Assunto: Documentação da Comissão Central. Caixa 02. Ano: 1978. Relatório Final. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Divulgação/ Documentação das Comissões. Caixa 04. Ano: 1978.

Governo de Sergipe, de Cr\$ 30.000,00 e EMSETUR, de 100.000,00 cruzeiros. Em todo o caso, o quadro de despesas efetuadas somou Cr\$ 962.971,12, criando um superávit em relação a expectativas de gastos, que era de 983.599,10 cruzeiros<sup>55</sup>.

Por último, finalizando a primeira fase de análise do FASC, o ano de 1979 figurou como o auge de investimentos no Festival. Deve-se, deixar claro, todavia, que as edições deste ano e do anterior tiveram oito dias, diferentemente das outras em que a programação era realizada em três dias. Para o VIII FASC (transferido pela primeira vez de setembro para outubro devido às chuvas), a FUNARTE contribuiu com a quantia recorde, até então, de 1.135.000,00 cruzeiros e a Universidade com Cr\$618.000,00. O maior investimento até aqui, portanto, totalizou Cr\$ 1.753.000,00<sup>56</sup>. Apesar disso, Clodoaldo Alencar fez declarações na imprensa<sup>57</sup> pedindo compreensão por parte do público porque a verba esperada foi reduzida em 40%, isso porque houve uma diminuição nos valores que a FUNARTE, a UFS e o Governo de iriam empregar.

Os reflexos da conjuntura econômica pela qual o país passava desde 1974 com a crise internacional do petróleo e do crescimento interno que deram um fim à era do chamado “milagre econômico”<sup>58</sup> parecem ter alcançado o FASC de 1979, que ainda assim optou por manter uma programação estendida por uma semana, gerando críticas:

do último FASC para cá o custo de vida subiu quase cem por cento. A gasolina, não bastasse o preço - pela hora da morte... anda racionada e até o final de outubro deverá sofrer um novo aumento, e desta feita com LETRA MAIÚSCULA – o aumento... – Insensíveis a tudo isso a comissão insiste no festival de oito dias.

Se fosse feito uma enquete entre os participantes do último FASC, o resultado seria desanimador. É que no ano passado, em 8 dias, São Cristóvão foi menos visitada do que no ano anterior em 3...<sup>59</sup>

---

<sup>55</sup> Relatório Final. Fundo: CULTART/Direção. Assunto Divulgação/ Documentação das Comissões. Caixa 04. Ano 1978.

<sup>56</sup> Previsão de Despesas por Fonte. Quadro Analítico. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC VIII. Assunto: Documentação da Coordenação Central/ Música – COMARCE. Caixa 02. Ano: 1979.

<sup>57</sup> *Tribuna de Aracaju*. 25 de agosto de 1979. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Secretaria. Assunto Correspondências/ Controle de Material e Serviços/ Divulgação. Caixa 01. Ano 1979.

<sup>58</sup> Segundo Luiz Carlos Prado e Fábio Sá Earp, a expressão “milagre econômico” foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental, posto que sua recuperação no pós-segunda guerra mundial foi surpreendentemente rápida. Posteriormente, esse dito foi aplicado ao caso japonês, nos anos 1960. Na década seguinte, foi a vez do Brasil. O acelerado desenvolvimento vivido pelo país a partir de 1968 também ficou conhecido como o “milagre brasileiro”. Sendo isso um instrumento de propagando do Governo. (PRADO; EARP In FERREIRA; DELGADO, 2010: 219).

<sup>59</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 29 de agosto de 1979. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/Secretaria. Assunto: Correspondências/ Controle de Material e Serviços/ Divulgação. Caixa 01. Ano: 1979.

Nota-se, pois, que havia certa dificuldade dentro da organização do FASC em adequar-se às novas circunstâncias econômicas, deixando para segundo plano a manutenção de um festival com dimensões grandiosas, como foi no início dos anos 1970, em que o país viveu os tempos áureos do “milagre econômico”.

As bases para este fenômeno foram lançadas desde os primeiros anos da Ditadura, durante o mandato de Castelo Branco (1964-1967) que se empenhou em efetivar o modelo econômico liberal. Para isso, foram necessários procedimentos tais como a criação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), com o objetivo de controlar a inflação e acelerar o crescimento econômico. Outra iniciativa foi a Reforma Tributária e Fiscal, a qual se constituía em medidas para facilitar a obtenção de crédito, o financiamento federal, garantir incentivos às exportações com isenção de alguns impostos como o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e o Imposto de Renda, além de eliminar restrições ao capital estrangeiro. É desse período também a criação do Banco Central (1964)<sup>60</sup>, tendo por fim o incremento do apoio ao setor privado e o aperfeiçoamento de mecanismos facilitadores de criação e liberação de crédito.

Os presidentes Costa e Silva e Médici mantiveram e também redefiniram o plano econômico do governo Castelo Branco. O propósito deste último era diminuir e conter a inflação; já para aqueles a ordem do dia era o desenvolvimento econômico. O ministro da Fazenda desses dois governos, o economista Delfim Neto, foi um dos principais responsáveis pela reorganização do planejamento, estabelecendo como meta prioritária a transformação do Brasil em um país de primeiro mundo. (PRADO; EARP In FERREIRA; DELGADO, 2010).

Os principais aspectos do “milagre brasileiro” podem ser resumidos em grande e inesperado crescimento da economia; inflação moderada (para os padrões brasileiros da época); modernização da indústria de base; aumento da produção de bens de consumo duráveis; investimentos nas telecomunicações e na produção de energia; ampliação e criação de empresas estatais em mineração, petróleo, petroquímica, aço, eletricidade e comunicações; e incentivo às multinacionais estrangeiras.

---

<sup>60</sup> Em dezembro de 1964 é instituída a Lei nº 4.595, criando o Banco Central do Brasil, autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que iniciou suas atividades em março de 1965. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?HISTORIABC>. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

Em contrapartida, esse rápido crescimento teve nos anos seguintes consequências desastrosas como o aumento da inflação, da dívida externa, que no ano de 1978 chegou a 43,5 bilhões de dólares<sup>61</sup>, a concentração de renda, a exploração da força de trabalho, o arrocho salarial, dentre outras implicações que desencadearam uma crise econômica no país, aliada à crise do petróleo em 1974.

Buscando conter a inflação e assegurar a manutenção do desenvolvimento, o governo Geisel (1974-1979) lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), no final de 1974:

O Brasil se empenhará, até o fim da década, para manter o impulso que a Revolução vem procurando gerar, para cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento.

Essa próxima etapa será, necessariamente, marcada pela influência de fatores relacionados com a situação internacional, principalmente quanto à crise de energia.

O País está cômico das dificuldades para manter o crescimento acelerado dos últimos anos, mas reafirma a sua determinação de superá-las, na expectativa de que se realize esforço no sentido de caminhar, progressivamente, para razoável normalidade no cenário mundial.<sup>62</sup>

Este Plano foi encabeçado principalmente por Mário Henrique Simonsen e João Paulo dos Reis Velloso, ministros da Fazenda e do Planejamento, respectivamente e apontava para um ajuste estrutural na economia, com forte interferência do Estado, o qual mantinha a política desenvolvimentista como base<sup>63</sup>. Os propósitos de assegurar o desenvolvimento, entretanto, não foram suficientes para conter a inflação e as críticas ao Governo, que paulatinamente mostrava sinais de desgaste.

Essa nova conjuntura na economia atingiu o FASC, mas deve-se atentar para as especificidades desse caso. Os efeitos da crise no orçamento do evento foram sentidos eminentemente em 1979. Todavia, ainda assim a arrecadação foi superior ao ano anterior, mantendo o padrão de progressivo aumento anual. Se comparado com o quadro orçamentário

---

<sup>61</sup> Informação retirada do artigo dos professores Luiz Prado e Fábio Earp, presente no livro *O Brasil republicano – O tempo da ditadura* (2010: 223). Eles usaram como fonte a obra de W. Baer, *Formação bruta de capital fixo* (1996), juntamente com dados do IBGE (1987).

<sup>62</sup> II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF). Acesso em 11 de junho de 2014.

<sup>63</sup> Sobre o II PND e o contexto da economia brasileira durante a crise da Ditadura, ver: CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: editora da UNESP, 2002.

do I FASC, em 1972, constata-se que mesmo em meio à crise o montante destinado pelo MEC nos últimos anos dessa década foi alto. Os problemas na execução do Festival e, por conseguinte, o sucessivo aumento de críticas à Comissão organizadora, parece dever-se muito mais à dificuldade dos organizadores em administrar os recursos financeiros, bem como de se adaptarem aos novos tempos. Contraditoriamente, o período de crise econômica caminhou paralelo ao de desenvolvimento do FASC, com a Comissão tentando a todo custo ostentá-lo como um dos principais festivais do Nordeste.

### 3. UM FESTIVAL EM TEMPOS DE CENSURA

Concomitantemente a todo apoio financeiro do Governo Federal, através do CFC e do MEC, havia também o ocultamento de diversas expressões artístico-culturais no FASC através de órgãos de vigilância e censura, como a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) e o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP)<sup>64</sup>, do Departamento de Polícia Federal (DPF).

A AESI funcionava dentro da Universidade Federal de Sergipe desde 1971<sup>65</sup>, com o propósito de aumentar o controle e vigilância, combatendo qualquer tipo de atividade de crítica e oposição à Ditadura. Todas as atividades proposta para o FASC, sobretudo aquelas advindas da comissão artística, passavam pelo crivo da AESI, que tinha por Assessor, nesse período, Hélio de Souza Leão (1972-1976)<sup>66</sup>. Para além de seus trabalhos na UFS, apesar de haver bastante discricção sobre seu cargo<sup>67</sup>, Hélio de Souza Leão foi um dos fundadores da emissora TV Sergipe (afiliada à rede Globo), no início dos anos 1970, do *Rotary Club* de Aracaju e da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). Contraditoriamente, sua imagem é lembrada

---

<sup>64</sup> O Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) funcionava dentro do Departamento de Polícia Federal, situado em Aracaju, na Rua Campos, número 496.

<sup>65</sup> A AESI foi fundada em 6 de agosto de 1971, por meio da Resolução do CONSU nº16/1971, assinada pelo então Vice-reitor Luiz Bispo. Ela funcionava no prédio da Reitoria, localizada na época em Aracaju, na Rua Lagarto, número 952. Em 1976, houve uma mudança na nomenclatura e o órgão passou a ser chamado de Assessoria de Segurança e Informação (ASI). Ela apenas deixou de existir após a promulgação da Constituição de 1988, quando muitos dos órgãos de segurança, informação e repressão, usados ou criados pela Ditadura, foram desativados ou tiveram sua função reformulada. (CRUZ, 2012).

<sup>66</sup> Hélio de Souza Leão nasceu na Paraíba e se mudou para Aracaju ainda jovem. Consagrou-se profissionalmente como empresário. Faleceu aos 85 anos, em agosto de 2013.

<sup>67</sup> Após várias conversas informais com funcionários mais antigos da UFS, não foi encontrada nenhuma informação sobre a AESI. As pessoas chegavam a desconhecer sua existência. Curiosamente, na memória sobre Hélio de Souza Leão não há menções a seu trabalho como assessor da AESI, fala-se apenas que ele trabalhou na UFS. A lembrança sobre ele está bastante relacionada às empresas que ele fundou e à sua “colaboração à sociedade sergipana”, contraditoriamente, no setor das comunicações.

atualmente pelos trabalhos desenvolvidos no setor da comunicação. A análise de sua trajetória, afastada dos interesses de memória, pode ser um bom objeto de estudo para futuras pesquisas sobre a difusão de meios de comunicação nos anos 1970 e sua associação com interesses do Estado.

O material referente ao FASC de 1972 não aponta para a presença de ofícios expedidos e recebidos para a AESI. Isso talvez se deva, como explica José Vieira da Cruz (2012)<sup>68</sup>, ao fato de as atividades desse órgão ainda estarem se iniciando nesse ano. Diferentemente desse quadro, em 1973 já há uma quantidade significativa de material, a maioria ofícios, enviados ao Assessor pela Coordenadora Geral, Albertina Brasil. Descobriu-se, ainda, a existência de uma teia de relações envolvendo a AESI e o Chefe de Censura, do Departamento de Polícia Federal de Sergipe. Exemplo disso, é o Ofício nº AESI/UFS/231/73, em 15 de agosto de 1973<sup>69</sup>, enviado ao Diretor do Departamento de Polícia Federal, que diz:

De acordo com o entendimento havido entre o Chefe da Censura e a nossa Assessoria, iremos enviando paulatinamente os “Scripts” dos Espetáculos e Concertos do II Festival de São Cristóvão a realizar-se no período de 31 de agosto a 02 de setembro do corrente ano, promovido pela Universidade Federal de Sergipe.

Conforme Programa, encaminhamos para o devido estudo, as seguintes apresentações:

Domingo, 2 de setembro – 17 horas – Local Centro Recreativo Juvenil – Apresentador – Grupo Teatral Aliança Francesa (Doc.1 – certificado nº4.407/71, do DPF/Brasília) – Local – Igreja do Rosário – Apresentador – Grupo do Conservatório Lavignac – São Paulo (Doc. nº2) – Script do Concerto ... “cantando espalharei por toda parte”.

Toda a programação artística era submetida ao crivo dos censores. O cuidado na sua elaboração parece ser um dos pontos de maior atenção por parte dos organizadores. Desse modo, a pesquisa considerou a hipótese de existência da autocensura entre os membros da comissão. Estando, pois, debaixo de dupla vigilância: AESI E DCDP, é provável que houvesse a preocupação em não convidar artistas que trouxessem uma proposta de apresentação ou mesmo que tivesse sua própria imagem já associada a manifestações de crítica, protesto, a uma arte militante.

---

<sup>68</sup> CRUZ, José Vieira da. *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985*. Salvador: PPGH/UFBA, 2012. (Tese de Doutorado).

<sup>69</sup> Ofício nº AESI/UFS/231/73, de 15 de agosto de 1973. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC II. Assunto Correspondência Expedida e Recebida. Caixa 01. Ano 1973.

Marcos Napolitano em sua obra *O Regime Militar Brasileiro: 1964-1985* mostra que os artistas foram um polo significativo de oposição à Ditadura civil-militar no país, de modo que uma parte da sociedade encontrou em alguns deles uma forma de se expressar. Teatro, cinema, jornal, música atraíam o público insatisfeito com os militares e “Serviram como porta-voz de grande parcela da sociedade” (1998: 26). Sendo assim, as comissões provavelmente agiam com cautela, principalmente aquela encarregada pela parte artística, a fim de evitar que o FASC, por ser um evento promovido e financiado por instâncias federais, não se tornasse espaço de efervescência política contra o Governo.

O jornalista Amaral Cavalcante e a professora Terezinha Oliva atuaram nas comissões do FASC e admitiram a presença da autocensura, quando perguntados sobre a interferência da censura em seus trabalhos. Conforme Cavalcante:

Como em Sergipe a censura não era tão desgraçada como em outros locais havia uma certa facilidade; mas não houve concessão. Agora, naturalmente, a comissão que resolvia que grupos trazer, por si só, já se autocensurava. Assim, já trazia grupos que não fossem causar grandes problemas com a censura, com o Governo Federal, sendo a Universidade da estrutura desse Governo. Agora posso lhe assegurar que vinham grupos muitos bons, politicamente colocados, mas não chegavam grupos de resistência política.<sup>70</sup>

Em suas declarações, Terezinha Oliva considerou que houve pouca censura no Festival:

Havia um censor dentro da Universidade, e a censura realmente era uma realidade. Agora eu não sei dizer explicitamente se alguma coisa no FASC foi censurada. Acho que o nível de censura foi baixo porque as pessoas já tinham cuidado e só mandavam aquilo que achavam que iria passar. É preciso avaliar que as pessoas viviam sob o signo do medo. Então havia também uma autocensura quando elas percebiam que alguma coisa podia ser censurada e isso ia prejudicar toda a sua atuação.<sup>71</sup>

Com base na documentação encontrada no Arquivo Central da UFS, não se pode dizer que o nível de censura era baixo. Tudo era encaminhado para o SCDP e para a AESI. Além disso, quem iria se apresentar tinham que antes enviar à comissão um currículo contendo o certificado de liberação emitido pela Divisão de Censura de Diversões Públicas de Brasília

---

<sup>70</sup> Entrevista concedida à autora em 2013.

<sup>71</sup> Idem.

(DCDP)<sup>72</sup>. O que parece ter ocorrido foi um baixo nível, de modo geral, de trabalhos totalmente censurados. O que nos levar novamente a crer que a comissão colaborava para isso, evitando enviar propostas artísticas consideradas polêmicas.

A professora Aglaé Fontes de Alencar esteve à frente dos trabalhos com a comissão artística durante muitos anos. Além disso, por ser teatróloga, também se apresentou no FASC com o Grupo Expressionista de Teatro da UFS, sob sua liderança. Ela nega a colaboração dos organizadores do Festival com a censura, embora reconheça que devido às circunstâncias chegava a recomendar aos artistas que não enviassem determinadas propostas de apresentação:

Ninguém era a favor da censura. Censura era uma agressão a nós, culturalmente; então ninguém aceitava. A gente obedecia. Os grupos que tinham uma crítica social, política mais aberta, explícita, a gente dizia assim: “Repare bem, eu lhe aconselho a não mandar porque pelo o que eu estou vendo e pela experiência de outras, vai ser censurado. Mas mande porque pode ser que você tenha a sorte de pegar um censor mais liberal”.<sup>73</sup>

Um ponto curioso, é que o Assessor da AESI, Hélio de Souza Leão, também participava das comissões. Em 1975, ele foi coordenador da Comissão de Apoio Financeiro<sup>74</sup>; já em 1976 integrou a Comissão Central<sup>75</sup> e em 1977 fez parte a Comissão de Transporte<sup>76</sup>. Esse fato apoia a ideia da autocensura como também a de que o Festival, assim como a própria Universidade, estava em um contexto de vigilância constante.

---

<sup>72</sup> O Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) já estava regulamentado desde 1946, através do Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro. Com o golpe e a instauração da Ditadura em 1964 houve o uso mais intensivo desse órgão que passou a seguir as orientações da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), fundada em Brasília em 1972. Ela foi criada com a finalidade principal de padronizar a censura no país, tornando-se hierarquicamente superior ao SCDP que funcionava em nível estadual no prédio da Polícia Federal. (CAROCHA, 2011).

<sup>73</sup> Aglaé D'Ávila Fontes de Alencar participou de várias edições do Festival, desde o seu surgimento, sempre atuando na área artística ao lado de seu marido Clodoaldo de Alencar Filho. Posteriormente, ela assumiu a Secretaria de Educação e Cultura e atualmente é vice-presidente da Fundação Cultural Cidade de Aracaju (FUNCAJU). Em 2013, ela concedeu entrevista à autora, falando de suas experiências no FASC.

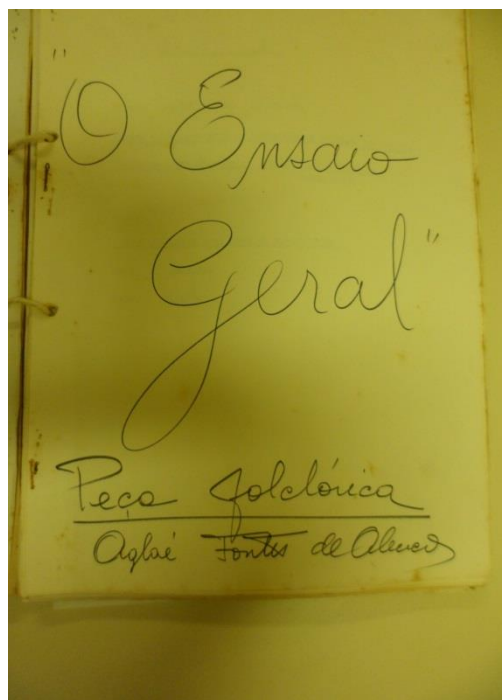
<sup>74</sup> Trabalhos da Comissão. Lista. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC IV. Assunto: Correspondências. Caixa 01. Ano: 1975.

<sup>75</sup> Comissão Central do V FASC. Lista. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC V. Assunto: Documentação da Coordenação Central/ Documentação das Comissões. Caixa 02. Ano: 1976.

<sup>76</sup> Comissão Central do VI FASC. Lista. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC VI. Assunto: Documentos das Comissões. Caixa 02. Ano: 1977.

Dentre as peças teatrais de autoria de Aglaé Fontes, apresentou-se durante o III FASC, em 1974, o espetáculo “O Ensaio Geral”, que teve seu *script* enviado antecipadamente à censura. Isso indica não haver concessão para os membros da comissão que quisessem se apresentar, tendo eles também, nesse caso, que submeterem seus trabalhos à análise censória.

Nesse ano foram registradas ainda as maiores ocorrências de ofícios expedidos pela Coordenação do evento à AESI. Peças de teatro, letras de músicas, poesias, roteiro de apresentações, dentre outros esclarecimentos. Além do mais, também eram emitidos ofícios para artistas que participariam do evento, solicitando que estes encaminhassem a Hélio Leão o conteúdo de suas apresentações, como foi o caso, por exemplo, de Roberto Melo, cuja participação no Festival seria com música, no último dia, 22 de setembro:



Roteiro da Peça *O Ensaio Geral*, enviado à censura. [Fonte: Arquivo Central da UFS. Fundo FASC CULTART/Direção. Assunto Correspondências /Relatórios/ Documentação das Comissões. Caixa 01. Ano 1974].

Vimos solicitar a V.S. o obséquio de enviar à Assessoria Especial de Informação, na Reitoria, na pessoa do Sr. Hélio Leão, com a máxima brevidade, as letras das músicas a serem executadas no show de música popular no III Festival de Arte de São Cristóvão, em 3 vias.<sup>77</sup>

Verificou-se, com base na consulta à programação oficial, que este show de música popular não ocorreu na íntegra, mas sim em duas apresentações, realizadas por artistas sergipanos. A primeira foi do Grupo musical Zenóbio Alfano, no dia 20 de setembro, e a segunda, do Grupo Musical Roberto Melo, que foi transferida para o dia 21, juntamente com o I Encontro

---

<sup>77</sup> Ofício nº174/74/III FASC, de 20 de agosto de 1974. Emitido por Albertina Brasil, Coordenadora do III FASC, ao professor Roberto Melo. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC CULTART/Direção. Assunto: Correspondências /Relatórios/ Documentação das Comissões. Caixa 01. Ano: 1974.

Universitário da Canção. Das quinze músicas selecionadas para o Encontro, três foram censuradas pelo SCDP<sup>78</sup>.

<b>Músicas Aprovadas</b>	<b>Músicas censuradas</b>
01. Aréola do Tempo	01. A prova do doce que te quero
02. Tempo de Alegria	02. Pacote baleado
03. Enigma	03. Tudo que eu não pude ser
04. Sarava	
05. Sou mais você violão	
06. Paz e violão	
07. Quadro	
08. Dia Branco	
09. De Reboque	
10. Pausa	
11. Sertão danado	
12. Traços mágicos	

Já as canções de Roberto Melo: Achei de manhã, Meu sertão, Tempo de Arribar, Desgarro, Senhora da Penha, Suíte sertaneja e Toada da Solidão, que falavam basicamente sobre o sertão compreendendo temas como seca, saudade, identidade do sertanejo, religiosidade, êxodo e amor à região, foram todas aprovadas<sup>79</sup>.

No material que o SCDP mandou para a AESI com o resultado do exame censório, não havia o detalhamento dos motivos pelos quais as três músicas acima mencionadas foram censuradas. Havia apenas a lista com os títulos e letras aprovadas e reprovadas<sup>80</sup>. A análise dos conteúdos dessas canções revelou, no entanto, alguns indícios das razões para o veto. A letra de “A prova do doce que te quero” é composta por vários recursos de linguagem,

<sup>78</sup> Documento da AESI: “Relação de Letras Aprovadas pela Censura da DPF/SE” e “Relação das Letras não aprovadas pela censura da DPF/SE”, em 17 de setembro de 1974. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC CULTART/Direção. Assunto: Correspondências /Relatórios/ Documentação das Comissões. Caixa 01. Ano 1974.

<sup>79</sup> Departamento de Polícia Federal. Seção de Censura de Diversões Públicas. Resposta ao Ofício nº113/74/AESI/UFSE, de 30 de agosto de 1974. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Correspondências /Relatórios/ Documentação das Comissões. Caixa 01. Ano: 1974.

<sup>80</sup> Idem.

principalmente metáforas. Um de seus versos diz: “Chipanzés de brasiléa/ querem acabar com os cajús.” Não se sabe a que o autor fazia menção, porém a forma como se referiu à Brasília e muito provavelmente às autoridades que lá trabalham, pode ter feito com que a música fosse impedida de ser apresentada.

Nas letras de “Pacote Baleado” e “Tudo que não se pode fazer” há referência, cada uma a seu modo, à liberdade. A primeira canção faz uma associação entre a liberdade e a cor vermelha, o que no contexto dos anos 1970 sugeria uma espécie de apoio ou simpatia ao comunismo. A segunda, por sua vez, trás a seguinte mensagem central: “Daqui pra frente vou ser tudo que não se pode ser”, repetida ao longo dos versos. Um provável indicativo, pois, de crítica à repressão que a Ditadura impôs sobre a sociedade.

Na DCDP e nos SCDPs uma das principais preocupações residia no cuidado em vigiar de perto a produção cultural para não deixar passar “mensagens subversivas”. Um documento confidencial<sup>81</sup>, de circulação interna na DCDP, escrito em 1973, tinha no campo Assunto: “A canção de Protesto – Instrumento Subversivo”. Esta Comunicação Interna tratava de um alerta para os censores sobre esse tipo de música, e tinha como referência um noticiário contido na publicação “*Esquiú*”, nº 548, de Buenos Aires. Essa matéria divulgou a notícia da existência de “uma organização [com sede em Havana, Cuba] cuidadosamente montada para desenvolver, em cada país, a promoção da canção de protesto”. O documento ainda deu dicas para os censores identificarem canções com esse perfil: “palavras como sangue, luta, flor, pão, guerra, perseguição, negro, Vietnam, etc., são as preferidas para esse tipo de canção e o conteúdo é fundamental”. Percebe-se que o foco estava em combater a circulação das ideias concebidas como “subversivas”, de “protesto” (com os termos ganhando significados cada vez mais amplos).

Em relação ao período de 1975 e 1976, no qual ocorreram o IV e V FASC respectivamente, não foram encontrados documentos trocados entre a AESI e os membros das comissões que remetessem aos interesses de controle e vigilância do órgão. Existiam apenas pedidos de autorização para liberação de materiais:

---

<sup>81</sup> Departamento de Polícia Federal. Divisão de Censura de Diversões Públicas. Caráter Confidencial. Informe nº1, 27 de abril de 1973. Fonte: Arquivo Nacional. Disponível em <http://www.censuramusical.com.br/includes/docs/ACancaodeProtesto-InstrumentoSubversivo.pdf>. Acessos em 19 de setembro de 2011.

Solicitamos de V.Sa. a gentileza de autorizar a confecção em off-sett, de 3000 exemplares de certificado tipo menor para os colaboradores das Comissões do IV Festival de Arte de São Cristóvão, conforme modelo em anexo.<sup>82</sup>

É provável que esse tipo de comunicação deva-se ao fato de o assessor, Hélio de Souza Leão, como foi dito anteriormente, ter sido coordenador da Comissão de Apoio Financeiro em 1975, e no ano seguinte ter atuado como um dos membros da Comissão Central. No entanto, a sua presença nessas comissões explicita interesses de controle das atividades culturais por parte da União. Já em 1977, o responsável pela AESI passou a ser o Coronel José Brito da Silveira<sup>83</sup>, sendo encontrados a partir daí documentos emitidos por Albertina Brasil com prestação de informações sobre a elaboração do evento, artistas e professores convidados, dentre outros esclarecimentos<sup>84</sup>.

No que diz respeito aos diálogos entre a Comissão e o SCDP nos anos de 1977 a 1979, o material encontrado é composto basicamente por ofícios visando marcar a data para a realização dos ensaios da censura, também conhecidos como “ensaios gerais”.

Apesar de serem atribuídos muitas vezes apenas ao período da Ditadura de 1964, os ensaios da censura já estavam prescritos no Decreto 20.493, de 24 de janeiro de 1946, responsável por regulamentar o SCDP, durante o governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1950). Eles precisariam ser realizados nem que fosse meia hora antes das apresentações. Na ocasião, os censores indicavam o que poderia ou não permanecer, bem como orientavam como deveria se dar a performance dos artistas, conforme consta nos Artigo 49 e 50 do Decreto:

Art. 49. Autorizada a representação ou execução, o censor determinará dia e hora para o ensaio geral da peça ou números de variedades.

Parágrafo único. - O ensaio geral será realizado, pelo menos na véspera do espetáculo inicial da função.

Art. 50. Durante os ensaios gerais os artistas são obrigados a cumprir rigorosamente as determinações do censor e do Chefe do S. C. D. P., tanto em

---

<sup>82</sup> Ofício nº 285/75/CULTART/IV FASC. Em 22 de setembro de 1975. Emitido por Albertina Brasil para Hélio Leão. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Secretaria. Assunto Controle de Materiais e Serviços/Correspondência Expedida/ Declarações. Caixa 03. Ano 1975.

<sup>83</sup> Não foram encontradas informações que pudessem colaborar para o conhecimento de sua biografia.

<sup>84</sup> Ofício 234/77. Aracaju, 05 de agosto de 1977. De Albertina Brasil, Coordenadora do IV FASC, para o Coronel José Brito da Silveira. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC VI. Assunto: CULTART/Correspondências. Caixa 01. Ano: 1977.

relação ao texto da peça ou número em ensaio, como em relação à indumentária, aos gestos, marcações, atitudes e procedimento no palco.<sup>85</sup>

O Decreto previa, ainda, penalidades por meio de multas quando houvesse o descumprimento destas determinações ou houvesse a execução de obras não autorizadas<sup>86</sup>.

A aplicação dessas medidas no FASC pode ser exemplificada por meio do depoimento de Aglaé Fontes ao falar de sua experiência como diretora de teatro:

Todas as minhas peças que se apresentaram no FASC tiveram que antes, muito antes, serem mandadas para Brasília. Depois disso, faziam aqui o ensaio com os censores daqui, que seguiam as ordens de Brasília. Com a peça nas mãos eles viam se a gente estava cumprindo os cortes. Porque as vezes a peça inteira não era cortada, mas vinha um carimbinho em alguns trechos dizendo assim: “censurado”, e no documento dizia: “na página tal e tal tem cortes”, pra que quando fosse ter o ensaio censório, o responsável lá saber que trecho foi censurado. E você tinha que cumprir.

Os grupos que se inscreviam para se apresentar já vinham com a censura de lá [Brasília] e apesar disso estavam sujeitos ao ensaio censório. A gente tinha que marcar o ensaio com a Polícia Federal. Era caso de Polícia! A cultura era vista como uma coisa que podia ser um atentado à Polícia.<sup>87</sup>

Quando os conteúdos das apresentações não tinham passado por Brasília, o material era enviado à SCDP local e nos ensaios os censores também verificavam o cumprimento das deliberações desse órgão. Exemplo disso é a comunicação escrita pela própria Aglaé Fontes, em 11 de setembro de 1978:

AGLAÉ D'ÁVILA FONTES DE ALENCAR, brasileira, casada, professora da Universidade Federal de Sergipe, responsável pela programação Artística do Festival de Arte de São Cristóvão [...] vem mui respeitosamente requerer a Vossa Senhoria que se digne proceder a censura da programação do Festival para que o mesmo possa ser realizado, juntando para tal a documentação necessária.<sup>88</sup>

---

<sup>85</sup> Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=77528&norma=104221>. Acesso em 18 de junho de 2013.

<sup>86</sup> Artigo 50, Inciso 2º.

<sup>87</sup> Entrevista concedida à autora. Aracaju. 2013.

<sup>88</sup> Comunicação à Chefe de Censura do Serviço de Censura de Diversões Públicas, do DPF. Em 11 de setembro de 1978. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Secretaria. Assunto Pessoal/ Correspondências. Caixa 02. Ano 1978.

Como se pode visualizar, havia uma grande preocupação em controlar a produção cultural no país. Isso porque os confrontos advindos por representações culturais destoantes têm importância tal qual as lutas de perfil eminentemente político. Até porque uma não está desassociada da outra. Um dos temores dos militares à frente da direção política do país era justamente que produções culturais, sejam elas através do cinema, teatro, música ou qualquer outro meio de comunicação com o povo, incitasse práticas ditas por eles como “subversivas”, ou seja, difundissem uma representação da realidade diferente daquela que eles almejavam passar inspiradas nos princípios de ordem e progresso e na Doutrina de Segurança Nacional<sup>89</sup>. Nesse sentido, o problema principal, *a priori*, não era exatamente a produção cultural, mas seu contato com a sociedade, em seu sentido mais amplo. O perigo estava no potencial que estas produções culturais tinham de serem canais de comunicação, mudar valores e comportamentos; e nesse sentido a censura assumia papel fundamental ao interromper tal diálogo.

#### **4. PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA-CULTURAL: EDUCAÇÃO E REFINAMENTO**

Como se pôde perceber, o conteúdo das programações dos Festivais estava sob vigilância dupla: da AESI e do SCDP. Além disso, não se pode esquecer que todo aquele financiamento do Governo Federal exigia a elaboração de atividades artístico-culturais voltadas para as ideias de educação do povo, refinamento cultural, defesa do folclore e do patrimônio histórico, afastando-se de manifestações artísticas que usassem da cultura como forma de protesto, arma política e de conscientização social das arbitrariedades promovidas pela Ditadura civil-militar.

O Festival sem dúvida era mais um espaço de legitimidade do Governo Federal, apresentando este como responsável pelos investimentos na cultura, os quais estavam elevando o país a um

---

<sup>89</sup> Essa doutrina foi a principal responsável pelo fornecimento do conteúdo ideológico para a conquista e manutenção do poder no pós 1964, implantando um aparato de informações da nova ordem institucional. Criada nos Estados Unidos durante a Guerra Fria, a Doutrina de Segurança Nacional, em síntese, postula as estruturas necessárias à implantação e/ou manutenção de um Estado forte; ao mesmo tempo em que enquadra a sociedade num contexto de guerra interna em que é crucial a luta contra o inimigo comum; ou seja, legítima dessa forma o uso de aparelhos de segurança e informação repressivos, em nome da ordem social. Nesse ambiente implantado de guerra interna, o inimigo é por excelência aquele que se contrapõe de algum modo à ideologia política vigente; e nesse sentido o povo é o principal elemento a ser controlado, extinguindo nele qualquer sentimento de revolta, e mais especificamente, qualquer sombra de ameaça comunista. (BORGES In FERREIRA; DELGADO, 2010).

refinamento e educação próprios de grandes potências. Aliás, não se pode esquecer, que esse era um dos *slogans* do Governo na década de 1970: “Brasil, grande potência”, “Ninguém segura esse país”, paralelo ao “Brasil, ame-o ou deixe-o”, que deixava menos implícito seu caráter autoritário.

Os *slogans* criados para propagandear o FASC também ajudam a pensar sua relação com os interesses do Estado, pois nos oferece uma porta de entrada para o entendimento do perfil da programação: “Festival de São Cristóvão: Símbolo de Arte e Cultura”; “Eduque seu filho: leve-o ao Festival de São Cristóvão”; “Festival de Arte de São Cristóvão: a beleza do passado sob o sol do presente”; “1º Festival de Arte de São Cristóvão: o cinema, o teatro, a beleza de graça – para todos”; “Reflita um momento e acredite na beleza que lhe oferecemos: o I Festival de Arte de São Cristóvão”; “Festival de S. Cristóvão: a maior promoção artística de todos os tempos”.<sup>90</sup>

Palavras e frases como “eduque”, “beleza”, “passado”, “de graça”, “beleza que lhe oferecemos” evidenciam uma associação com a propaganda oficial do período, marcada por um tom “civilizatório”, muito ligado à exaltação da pátria, da família, de um passado idealizado e da defesa da educação; sendo esta pensada muito mais no sentido de absorção do conhecimento, como forma de “sair da ignorância” e do subdesenvolvimento, do que propriamente como instrumento de formação de consciência história e atuação política, cidadã. Observa-se aí a criação de um passado idealizado, de um presente confortável e de um futuro com vistas otimistas ao desenvolvimento do país.

Durante as edições do FASC, a cidade de São Cristóvão era tomada como símbolo histórico-cultural representativo de Sergipe, servindo assim aos interesses locais de promoção do evento e valorização do município, atraindo turistas; bem como aos interesses federais, ao passo em que se produzia e difundia a imagem de um passado idealizado, conforme se fazia nas propagandas oficiais, principalmente quando da comemoração de datas como o 7 de setembro. O que se observa, portanto, é que o próprio espaço se transformou em símbolo do movimento artístico.

A cidade histórica parece ter ganhado maior visibilidade e um novo significado ao ser escolhida como palco do evento. Sua história, arquitetura e tudo o que compreendia sua cultura material e imaterial foram tomadas como objeto de interesse e propaganda por parte

---

<sup>90</sup> Arquivo Central da UFS. Fundo FASC I. Assunto Diversos. Caixa s/n. Ano 1972.

da Universidade, não sendo necessariamente reconhecido dessa mesma forma pelos seus próprios habitantes.



[Cartaz da primeira edição do Festival. Fonte: OLIVA, Terezinha Alves; CABRAL; Otávio Luiz; SOARES, Rosana Bezerra (Orgs). *Uma história em cartaz: FASC – Festival de Arte de São Cristóvão*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008].

A UFS e mais especificamente o FASC foram apresentados como foco irradiadores de educação para um povo à margem dos polos formais de conhecimento e cultura. Os *slogans* transmitiam ideias otimistas, fundamentais para a crença em novos e melhores tempos. Louvavam o “novo”, posto que o Festival surgia como a grande novidade na sociedade sergipana. Esse recurso é fundamental na diferenciação de práticas opostas, apresentando o “novo” x “velho”, guiado por uma espécie de balança favorável, em que o “novo” é o melhor e se sobrepõe ao que já existe, ao “velho”, desatualizado.<sup>91</sup>

Arte, belo, educação e cultura eram os elementos norteadores da proposta de programação artística, que teve ao longo de todos esses anos, um caráter assumidamente pedagógico. Segundo Aglaé Fontes, “o povo teve a chance de se educar através do FASC”<sup>92</sup>. Semelhantemente, na cerimônia de abertura de 1972, Albertina Brasil ao pronunciar seu discurso explanou a ideia de educar através do projeto de extensão cultural da UFS:

<sup>91</sup> A obra de Marcelo Ridenti (2000), *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*, trás uma discussão sobre como a ideia do “novo”, “moderno” esteve presente no século XX, principalmente até a geração dos anos 1960 e 1970, nos movimentos estéticos, culturais, políticos e sociais, tanto da direita quanto da esquerda. A construção e defesa do “novo” serviram como instrumento legitimador de diversos projetos para a sociedade, ao passo em que era utilizado na autoafirmação e na negação daquilo que se queria superar, o “velho”, “desgastado”, “inoperante”.

<sup>92</sup> Entrevista concedida à autora. Aracaju. 2013.

A universidade como fonte de saber, compete a liderança cultural dos povos. E é exatamente o que buscamos neste Iº Festival de Arte.

A Comissão encarregada das Comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil na Universidade, consciente de que o dinamismo e a liderança cultural são duas importantes características da Universidade moderna, leva a efeito o este Festival convicta de que não poderia melhor comemorar a Independência da nossa Pátria, do que tentar reviver os valores culturais e artísticos, nesse ambiente barroco-colonial e despertar novos talentos, entre a juventude e criar uma plateia mais exigente junto ao povo, que, mesmo no meio das contradições da vida e do mundo, jamais perderá o gosto do belo, sabendo distinguir e elevar os reais valores da arte, sob qualquer ângulo.<sup>93</sup>

Os temas gerais presentes no FASC estavam em geral afastados de polêmicas da época. De 1972 a 1995, período em que o evento foi organizado ininterruptamente pela UFS, foram escolhidas as seguintes temáticas: “O Folclore Nordestino” (1974); “Ano do IV Centenário da Civilização de Sergipe – O Romantismo nas Letras e Artes” (1975); “Música Erudita” (1979); “O sonho de João Bebe-água” (1980); “A arte nas ruas” (1982); “Nordeste: nossa cultura” (1983); “O indianismo nas artes (homenagem ao sesquicentenário de Carlos Gomes)” (1986); “Sons, ritos e cores do Brasil (homenagem ao centenário de Heitor Villa-Lobos)” (1987); “A arte afro-brasileira (centenário da Abolição)” (1988); “Bicentenário da Inconfidência Mineira. Centenário da Proclamação da República” (1989); “400 anos de cultura pedem socorro (400 anos de São Cristóvão)” (1990); “500 anos de descoberta da América/ 70 anos da Semana de Arte Moderna/ 25 anos da UFS” (1992). Os demais anos tiveram temas livres. (OLIVA, 2008).

A programação englobava desde seu início diversos gêneros artísticos. Era composta, dessa forma, por teatro, dança moderna, *ballet*, ginástica rítmica, cinema, música erudita (concertos, orquestras e bandas sinfônicas, recitais, apresentações solo, quintetos e quartetos e corais), concertos corais, madrigais, jograis, música popular (chorinho, canções), exposições de artes plásticas e visuais, feira de livros, folclore, artesanato, museologia, sessões culturais (palestras), cursos de curta duração, seminários, literatura/poesias, rituais religiosos, como missas e apresentações de grupo de candomblé. Erudito e popular, sagrado e secular coexistiram em cada edição.

---

<sup>93</sup> Palavras da professora Albertina Brasil na inauguração do I FASC. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC I. Assunto: Diversos. Caixa s/n. Ano 1972.



público. Uma possível explicação para tal pode dever-se a proposta do Festival de educar e refinar o gosto através da arte.

Apesar da programação se nortear por tal proposta, não se pode ser categórico quanto à recepção destes espetáculos e os efeitos que eles provocavam. Esta pesquisa entende, baseando-se nas considerações de Roger Chartier (1990) sobre a apropriação, que é preciso levar em consideração a variabilidade e pluralidade de compreensões e incompreensões daquilo que era apresentado. Desta forma, concebe-se que os espectadores não eram agentes passivos, uniformes e nem tão pouco era neutra sua recepção.

Deve-se, portanto, atentar para os diferentes contextos e posições sociais dos grupos, reconhecendo a diversidade de interpretações inscritas nas especificidades contextuais que as produzem. Há diante de todos esses fatores, uma construção de sentido que não deve ser entendido como exatamente aquele que se quer passar. Sendo assim, não se pode determinar que o FASC conseguiu, por meio de sua programação, alcançar o objetivo ao qual se propunha: de “educar”, “civilizar” e “desenvolver o gosto pelo belo” através da arte.

## **5. O FASC NA IMPRENSA SERGIPANA**

De modo geral, praticamente tudo que envolvesse o FASC era noticiado: o período de elaboração com as sucessivas reuniões da Comissão central, o concurso de cartaz para a divulgação do evento e seu resultado, os cursos de curta duração pré-FASC, vendas de ingressos de barracas, programação oficial, quantidade de pessoas que circularam em São Cristóvão nos dias do Festival, acidentes automobilísticos, ocorrências policiais (geralmente para tratar de roubos), quantidade de verba, comentários sobre as apresentações que mais se destacaram, além de várias fotos de grupos artísticos, autoridades presentes e do público em geral.

A cobertura da imprensa falada e escrita foi apontada desde o primeiro FASC, em seu “Relatório Final”<sup>98</sup>, como um dos pontos positivos do evento. Segundo consta neste relatório, os jornais *Gazeta de Sergipe*, *Diário de Aracaju*, *Jornal da Cidade*, *A Presença* e *Jornal da Semana* acompanharam todas as atividades. Observou-se que a divulgação começou logo

---

<sup>98</sup> Programação Oficial. *Folders*. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC VI. Assunto Documentos das Comissões. Caixa 02. Ano 1977. / Fundo FASC VII. Assunto Documentação da Comissão Central. Caixa 02. Ano 1978. / Fundo CULTART/Secretaria. Assunto Controle de Materiais e Serviços/Divulgação. Caixa 01. Ano 1979.

<sup>99</sup> Arquivo Central da UFS. Fundo FASC I. Assunto Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano 1972.

após a Comissão Central decidir pela criação de um festival como atividade de extensão cultural. A *Gazeta de Sergipe* anunciava numa matéria em destaque: “São Cristóvão à espera do Festival”<sup>100</sup>, mostrando a expectativa positiva em torno dessa realização.

A Comissão organizadora do I Festival trabalha firme para garantir o brilhantismo da festa que promete se repetir no próximo ano ficando anual [...]. Espera-se que grande número de sergipanos e de brasileiros de outros Estados esteja presentes ao acontecimento e uma hospedaria está sendo remodelada para abrigar os visitantes durante os três dias do Festival.

A recepção aos visitantes sempre foi motivo de críticas, devido aos problemas com a falta de infraestrutura adequada de São Cristóvão para atendê-los. Reclamava-se do mau calçamento das ruas, da falta de saneamento básico, hospedarias, restaurantes, banheiros públicos, dentre outros serviços fundamentais. Como a procura era grande, o preço dos produtos nos poucos estabelecimentos existentes geralmente era alto, provocando reclamações, como mostra esta matéria sobre o FASC de 1973:

O jornalista João Oliva Alves fez severa denúncia contra aqueles proprietários de bares e restaurantes que se fizeram presentes em São Cristóvão por ocasião do II Festival de Arte e que, agindo gananciosamente e num flagrante desrespeito ao povo, cobraram preços exorbitantes por refeições.

[...] Houve muitas reclamações, mas no final quem sofria mesmo era a bolsa dos consumidores e turistas em grande parte que devem ter levado uma boa imagem do Festival em se tratando da programação mas lamentando o fato de ter que pagar somas exorbitantes e muitas vezes em ambientes sem o mínimo de conforto e higiene e ainda por cima sujeito às intempéries do tempo com a chuva estragando de repente um prato de comida pago a peso de ouro.<sup>101</sup>

Também nesse ano foi divulgada a inauguração em São Cristóvão do Museu de Arte Sacra de Sergipe, apresentado como “vitória do II FASC”<sup>102</sup>, provavelmente devido à visibilidade que o Festival deu à cidade. Esteve presente na cerimônia o ministro do Planejamento João Paulo Reis Veloso, representando os interesses do Estado em desenvolver o turismo na região,

---

<sup>100</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 10 de agosto de 1972. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC I. Assunto Divulgação. Caixa 04. Ano 1972.

<sup>101</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 05 de setembro de 1973. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC II. Assunto: Divulgação. Caixa 04. Ano 1973.

<sup>102</sup> *Diário de Aracaju*. 09 e 10 de dezembro de 1973. Ibid.

através do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste para fins Turísticos<sup>103</sup> que atuava em Sergipe por meio de convênio com o Governo do estado, representado pela EMSETUR.

Verificou-se, pois, que a atenção ao patrimônio histórico, além de ser um assunto recorrente em Sergipe, estava ligado também a este projeto nacional. Em 1974, a professora Albertina recebeu um ofício<sup>104</sup> comunicando a visita à Sergipe do professor Vicente Costa e Silva, delegado da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, na qualidade de observador do ministro Reis Velloso, a fim de verificar os trabalhos na execução do Programa.

Quanto à repercussão do FASC nos jornais, nos primeiros anos, destaca-se ainda as críticas da Comissão dirigidas aos sergipanos por estarem negligenciando sua participação; o que nos leva a refletir sobre a recepção da comunidade. Ao que parece, a Universidade concebia e propagandeava o Festival como “o grande evento cultural”. Ou seja, seu conceito não foi construído pela comunidade que o recebeu; antes, já estava previamente estabelecido, o que indica que a extensão cultural foi feita nesse momento inaugural de forma muito mais de cima para baixo que propriamente através da participação e interação da comunidade.

Apesar da comissão está se desdobrando para que tudo fique devidamente preparado, os organizadores do FASC, estão lamentando a falta de interesses que vem sendo demonstrada pela população sergipana, já que acha ser o acontecimento, uma obrigação para todos os sergipanos visto trata-se de um grande evento cultural da terra.

[...] os de fora aproveitam a oportunidade que o evento oferece, enquanto os da terra ficam a “ver navios”, fazendo por isso um apelo, para que todos façam sua inscrição, a fim de que não passe despercebida a oportunidade que a UFS oferece, para o enriquecimento cultural do Estado.<sup>105</sup>

---

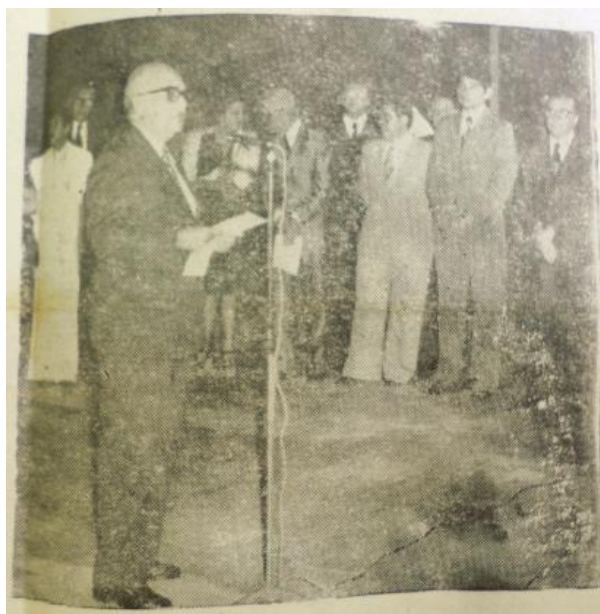
<sup>103</sup> Este Programa foi criado em 1973, sendo coordenado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) em conjunto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e EMBRATUR. Sergipe foi um dos estados abrangidos na primeira etapa do Programa, juntamente com Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Ver: Ministério da Cultura. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 9ª Coordenadoria Regional, São Paulo. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=415>. Acesso em 02 de janeiro de 2014.

<sup>104</sup> Ofício nº 425, de 29 de agosto de 1974. Fonte: Arquivo Central da UFS. Fundo: Cultart Direção. Caixa: 01. Assunto: Correspondências/ Relatórios. Documento das Comissões. Ano: 1974.

<sup>105</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 15 de agosto de 1973. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC II. Assunto Divulgação. Caixa 04. Ano 1973.

Apesar do espaço para o diálogo e debate estarem pouco abertos no FASC, resultado em grande medida do contexto no qual ele estava inserido de vigilância, censura e consonância com as propostas de eventos culturais estabelecidas pelo MEC (com ênfase no folclore, patrimônio cultural e com caráter pedagógico), houve de modo geral um número significativo de público, compreendendo uma média de vinte a quarenta mil, segundo os dados anuais da EMSETUR.

Um dos momentos mais aguardados era o da cerimônia de abertura, realizado com maior pompa devido entre outros fatores à presença de diversas autoridades: reitor, governador do estado, prefeitos de São Cristóvão e Aracaju e ministro da Educação e Cultura eram os que geralmente estavam presentes.



Manuel Diégues Júnior, diretor do Departamento de Assuntos Culturais do MEC (DAC), discursando na cerimônia de abertura do IV FASC, em 1975. [Fonte: *Gazeta de Sergipe*. 27 de setembro de 1975. Fundo: FASC IV. Cx. 04. Ano: 1975].

Em 1975, o diretor do DAC, Manuel Diégues Júnior fez a abertura do IV FASC no palanque oficial montado especialmente para esta ocasião e que depois servia de espaço para os espetáculos. Um trecho do seu discurso, publicado no jornal *Gazeta de Sergipe*, apresenta a arte como elemento conciliatório:

acontecimentos como este [o FASC], ocorrem pela providência Divina, pois enquanto existem bocas que se abrem para mendigar o pão, e outras destroem com pólvora, somente a arte é capaz de proporcionar a fraternidade à humanidade.

A pintura, a música, arte cênica, as apresentações folclóricas, a trapeçaria [sic] e as demais manifestações de arte mostradas neste Festival, proporcionando enriquecimento cultural e artístico de nossa gente.<sup>106</sup>

O ministro da Educação e Cultura, na época Ney Braga, era apresentado desde 1974 como patrono do evento. Nesse ano, ao fazer a abertura do III FASC, ele recebeu o título de “Cidadão honorário de São Cristóvão”. Seu discurso é, em muitos aspectos, esclarecedor da articulação e consonância da UFS com as propostas do MEC, tendo no FASC a prática mais contundente dos resultados dessa relação:

Assim quer o Brasil suas universidades.

Abertas, dinâmicas, flexíveis: professores e estudantes saindo da sala de aula para irem ao encontro das aspirações comunitárias, melhorando os padrões sócio-econômicos culturais do povo brasileiro.

Mais satisfeito fico ainda, ao ver que as iniciativas do Festival de Arte estão integradas aos objetivos do Ministério da Educação e Cultura, desde as apresentações do Teatro Universitário, celeiro inesgotável de novos talentos para a nossa dramaturgia, aos espetáculos folclóricos, indispensáveis à preservação da identidade e cultura nacionais contra os desgastes de um tempo em constante mutação, a velocidade cada vez mais espantosa.

Deixo aqui a certeza do êxito do III Festival de Arte de São Cristóvão e a esperança de poder, um dia, a abertura de iniciativas desta natureza em muitas unidades da nossa federação, pela importância de que elas se revestem na consolidação de uma cultura genuinamente brasileira.<sup>107</sup>

Retomo aqui o conceito de modernização autoritária esboçado no livro de Rodrigo Patto Sá Motta. Se analisado de modo descontextualizado, o discurso de Ney Braga pareceria retratar um modelo de Estado progressista e até mesmo democrático, pois aparenta apoiar tanto a livre manifestação artística, quanto a circulação de ideias ao atribuir às universidades as características de “Abertas, dinâmicas, flexíveis”. Observa-se aí a construção e difusão de uma representação sobre a realidade social forjada nos interesses do grupo que detinha naquele momento o poder político e almejava alcançar receptividade e legitimidade na sociedade.

---

<sup>106</sup> Trecho do discurso de Manuel Diégues. *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 27 de setembro de 1975. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Direção. Assunto Divulgação. Caixa 04. Ano 1973.

<sup>107</sup> Discurso de Ney Braga. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC III. Assunto: Documento da Coordenação Central. Caixa: 02. Ano: 1974.

Torna-se mais evidente também que a relação entre as universidades e o estado autoritário não era marcada apenas por enfrentamentos e que através do FASC o Governo propagandeou seu apoio à cultura; embora, contraditoriamente, a promoção desta fosse marcada pela vigilância e censura.

As universidades representam espaço privilegiado para observar os entrecosques das diferentes forças que moveram o experimento autoritário brasileiro. Elas eram importantes lócus de modernização do país, bem como campo de batalha entre os valores conservadores e os ideais de esquerda e de vanguarda; eram instituições que o regime militar, simultaneamente, procurou modernizar e reprimir, reformar e censurar. (MOTTA, 2014: 16).

Quanto à ideia do folclore como símbolo da cultura e identidade nacional não se pode dizer que é algo próprio do contexto do período militar. Na década de 1930, durante o governo Vargas, difundiu-se bastante o folclore como representativo de um passado idealizado e de um presente forjado, com finalidades unificadoras. Pouco mais de trinta anos depois, esse tipo de recurso reaparece de modo mais eminente demonstrando o empenho em exaltar um passado romântico, ocultando contradições e conflitos no presente. No *Jornal Universitário* de Recife/PE foi publicada uma matéria em 1977, que colabora na difusão desse pensamento, defendendo a importância da cultura folclórica como elemento nacionalizador:

O folclore, em sua dinâmica essencial, é visto, atualmente, como elemento nacionalizador, não somente no Brasil como em vários outros países.

[...] Complexo, riquíssimo, variado é o folclore do nosso imenso país. Alguns fatos folclóricos guardam, é certo, alguma homogeneidade em todo o território nacional, o que não deixa de ser impressionante.

Os românticos começaram a recolher lendas, contos e músicas, depois de Mário de Andrade, como salientamos e as pesquisas tiveram início. Hoje em dia, o “complexo espiritual da nacionalidade” no dizer de Renato Almeida, “onde o folclore está mergulhado, vem sendo científica e criteriosamente recolhido e analisado”. [...]

Só assim as raízes da nossa nacionalidade viram à tona e serão mais conhecidas, admiradas e amadas.<sup>108</sup>

---

<sup>108</sup> *Jornal Universitário*. Recife. Outubro/novembro de 1977. Arquivo da UFS. Fundo: FASC VI. Assunto: Divulgação. Caixa 04. Ano: 1977.

Voltando às repercussões do FASC na imprensa, notou-se que através dele era feita a divulgação de algumas das atividades realizadas pela FUNARTE, bem como a propaganda desta instituição como patrocinadora do evento<sup>109</sup>:

Com o propósito de obter uma avaliação dos festivais de arte que tem patrocinado em todo o Brasil e colocar em pauta a validade e eficácia desse tipo de ajuda a FUNARTE realizou no Rio de 7 a 9 desse mês o I Encontro Nacional de Coordenadores de Festivais de Arte.

Desse encontro participaram quatorze coordenadores de festivais de todo o Brasil [entre eles Albertina Brasil, representando Sergipe], assessores do corpo técnico e representantes dos diversos institutos da FUNARTE. Na abertura do Encontro o Diretor Executivo da FUNARTE Roberto Parreira ressaltou a necessidade desses festivais promoverem além das apresentações artísticas cursos e seminários com sentido pedagógico e cada coordenador apresentou um relatório com o histórico, os objetivos e os resultados obtidos nos festivais de sua cidade<sup>110</sup>. [...]

Estes festivais começaram a surgir em vários Estados calcados no sucesso e projeção alcançados pelo Festival de Inverno de Ouro Preto. [...] O Governo vem estimulando a realização destes encontros de Turismo cultural para que se difundam o conhecimento das manifestações artísticas locais regionais ou interregionais [sic].<sup>111</sup>

Com base nesta notícia pode constatar-se que o FASC não foi um exemplo isolado dentro da produção de atividades artísticas financiadas pelo Governo e que o próprio modelo de festival com programação diversificada e caráter pedagógico estava sendo usado em outros estados.

Levantam-se aqui algumas indagações, que apesar de fugirem ao alcance de resposta dessa pesquisa, podem contribuir para que outros trabalhos possam se interessar pelo assunto. Os anos 1970 tiveram uma efervescia cultural herdada em grande parte dos movimentos artísticos da década de 1960, com releituras e transformações no campo do teatro, cinema, música, artes plásticas, caracterizada em alguns aspectos pelo uso da arte como forma de engajamento político<sup>112</sup>. A repressão aos artistas e a todos aqueles que optaram pela resistência cultural<sup>113</sup>

---

<sup>109</sup> “Funarte libera apoio para o festival”. Título da matéria que saiu no *Jornal da Cidade*. Aracaju. 17 de julho de 1979. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/Secretaria. Assunto: Correspondência/ Controle de Material e Serviço/ Divulgação. Caixa 01. Ano 1979.

<sup>110</sup> “O Festival de Arte de São Cristóvão” – Relatório apresentado no Encontro de Coordenadores de Festivais da FUNARTE. Aracaju, outubro de 1977. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC VI. Assunto Documentação das Comissões. Caixa 02. Ano 1977.

<sup>111</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 12 de novembro de 1977. Arquivo da UFS. Fundo FASC VI. Assunto Divulgação. Caixa 04. Ano 1977.

<sup>112</sup> Para conhecer o panorama cultural dos anos 1960 e as transformações nele provocadas pela Ditadura, ver as obras de Marcos Napolitano, *O Regime Militar Brasileiro: 1964-1985*. (1998) e *Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. (2008).

abafou estas expressões culturais, principalmente devido ao ocultamento promovido pela censura. Ao mesmo tempo, o Governo investia em festivais (evento que ganhou muita popularidade quando as emissoras de TV passaram a integrá-los a sua programação)<sup>114</sup>, apesar de serem produzidos com uma proposta voltada à educação. O Estado teria se utilizado, então, de estratégias de cooptação? Em que medida não houve uma releitura dos festivais, adequando-se aos interesses da União em criar espaços de propaganda, consentimento e legitimidade? Considerando o fato de a Ditadura não ter se reconhecido oficialmente como tal, se autodenominando “Revolução”, a necessidade de estratégias para manter tal representação foi uma constante, especialmente nos primeiros anos, quando as camadas mais amplas da sociedade aparentavam desconhecer seu caráter autoritário.

O estudo do FASC neste primeiro momento, de 1972 a 1979, revelou que ele teve uma dinâmica própria, não sendo afetado diretamente pelo processo de auge e declínio dos governos militares. Imaginava-se que com paulatino desprestígio político destes e principalmente com a crise econômica em meados dessa década, o interesse em manter os investimentos financeiros na cultura fossem diminuir. De fato, isso foi percebido em 1979, quando a arrecadação para o Festival sofreu alguns cortes, tendo também que enfrentar o problema da inflação. Contudo, mesmo assim, esse ano recebeu uma quantia recorde de verbas, se comparado às edições anteriores.

Observou-se também a consonância entre as diretrizes do MEC e a proposta do FASC, a presença da censura moldando a programação artística, além do beneficiamento profissional de funcionários da UFS envolvidos na organização, como Albertina Brasil e Clodoaldo de Alencar Filho, que assumiu a coordenação e foi um dos responsáveis por mudanças no evento, apesar do malogro de algumas delas, como a expansão de três para oito dias de festival.

Pôde-se verificar ainda que os problemas na organização e execução, evidenciados em 1978 com o pedido de demissão de Clodoaldo de Alencar Filho e Aglaé Fontes, não se deram por falta de recursos financeiros, mas nutridos especialmente por disputas políticas internas e pela insistência em se fazer um mega evento, apesar das sucessivas falhas na administração e da falta de infraestrutura para tal.

---

<sup>113</sup> Um estudo vasto sobre os movimentos culturais dos anos 1960 e os diferentes rumos tomados pela resistência cultural e a resistência armada encontra-se no livro de Marcelo Ridenti (2000), *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*.

<sup>114</sup> Sobre os festivais de canção promovidos pelas emissoras de TV, como Record, Excelsior e Rede Globo, ver MELLO, Zuzi Homem de. *A Era dos Festivais: uma parábola*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

## **II. O FASC NAS RUAS: PRESTÍGIO, INSTABILIDADE E NOVOS RUMOS (1980-1985)**

O limiar dos anos 1980 aponta para o desfecho da Ditadura brasileira na medida em que crescia a instabilidade na economia, movimentos de oposição, greves e disputas internas nas Forças Armadas. Todos esses fatores corroboraram em diferentes proporções para o desmantelamento das forças de sustento do regime militar.

A proposta de iniciar o processo de distensão, dirigido de forma lenta, segura e gradual, conforme foi arquitetado, já vinha esboçada no mandato do Presidente Geisel (1974-1978), o que provocou reprovação e muitas críticas por parte das alas mais extremistas das Forças Armadas, não dispostas a abandonar as instâncias do poder político. A fim de dar continuidade ao seu projeto, Geisel empenhou-se, com o apoio do Chefe do Gabinete da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, a lançar a candidatura do general João Baptista de Oliveira Figueiredo, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), em outubro de 1978. (SKIDMORE, 1989)<sup>115</sup>.

Alcançando a maioria de votos, Figueiredo assumiu a presidência da República (1979-1985) com o desafio de chefiar um país mergulhado numa forte crise econômica, com grande insatisfação social, sem perder o controle sobre o processo de abertura política. Para isso, procurou inicialmente compor sua equipe formada por nomes como Golbery do Couto e Silva na chefia da Casa Civil e Mario Simonsen no Ministério do Planejamento. Destaco esses dois nomes porque pouco tempo depois ambos renunciaram a seus cargos devido a enfiamentos políticos internos e à pressão social sobre eles, em especial sobre o ministro do Planejamento que tinha a responsabilidade de guiar a política econômica. Esse acontecimento nos primeiros anos do mandato de Figueiredo já são indicadores da instabilidade de seu governo. (SKIDMORE, 1989).

Buscando conter os efeitos desastrosos da crise econômica nacional, agravada sobremaneira pela constante alta nos preços do petróleo no mercado internacional, a política econômica de desenvolvimentismo adotada nos dois últimos governos teve que ser substituída pela de recessão. Apesar das medidas para conter a taxa inflacionária, que chegou a cerca de 200% ao

---

<sup>115</sup> Apesar de ter sido apontada inicialmente como uma obra factual, pertencente à história tradicional, e de ter certa empatia por Castelo Branco, o livro de Thomas Skidmore é considerado fonte de considerável importância para o entendimento de fatos políticos e econômicos decorrentes do período militar. Ver: FICO, Carlos. *Além do golpe - Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

ano em 1983, não houve muitos avanços e o quadro continuou instável, com estagnação da economia e consequentemente grande agitação social. (COUTO, 1998).

Como resultado dessa situação e também da crescente reprovção à manutenção da Ditadura, passaram a existir greves de ampla repercussão como a ocorrida em 1980, quando da paralização dos metalúrgicos do ABC paulista<sup>116</sup>. Eles iniciaram uma greve geral em 1º de abril, que após quarenta e um dias foi totalmente reprimida pelas forças policiais, tornando público a continuidade de ações repressivas por parte do Governo, mesmo num período em que se propagandeava a abertura política. Muitas pessoas foram presas e enquadradas na Lei de Segurança Nacional, principalmente líderes de movimento sindical, como Luiz Inácio da Silva. Apesar da derrota na greve, as forças sindicais tiveram uma grande conquista com a fundação naquele ano do Partido dos Trabalhadores (PT), e em 1983 com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Também em 1980, os professores universitários entraram em greve, encontrando apoio entre as lideranças estudantis, motivados principalmente pela falta de recursos na educação e, em especial, pelos salários aviltados. As cobranças sobre o ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella (1979-1980) intensificaram, e ele, que já vinha com pouco respaldo dentro do Governo por ser considerado liberal, foi afastado do cargo, sendo substituído pelo general Rubem Carlo Ludwig (1980-1982). Após trinta e cinco dias de negociações a greve foi encerrada, mas continuaram a suceder em 1981, 1982 e 1984. (MOTTA, 2014).

O enfraquecimento da Ditadura tornava-se cada vez mais evidente abrindo caminho para uma série de manifestações desejosas do imediato retorno à democracia. O auge desse movimento ocorreu com a campanha das *Diretas Já*, em 1984, que levou milhões de pessoas às ruas exigindo eleições diretas para presidente da república. Entre os participantes estavam muitos políticos, entre eles, Luís Carlos Prestes, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, dentre outros. Também foi notória a presença de artistas como Chico Buarque de Holanda, Gianfrancesco Guarnieri, Fafá de Belém, dentre outros. Segundo Marcelo Ridenti,

Com o fim do AI-5 e da censura prévia no final de 1978, seguidos da anistia em 1979 e da reforma partidária de 1980, durante o governo Figueiredo, acentuou-se a

---

<sup>116</sup> O ABC paulista é uma região que compreende as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, localizadas no estado de São Paulo.

presença dos artistas na esfera pública, aparecendo em comícios ou na propaganda eleitoral pelo rádio e televisão, sobretudo nos promovidos pelo recém-criado Partido dos Trabalhadores, e noutros partidos com facções de esquerda como o PMDB, sucessor do antigo MDB. A presença dos artistas foi marcante principalmente na campanha derrotada das *diretas-já* [...]. A campanha foi derrotada em votação no Congresso Nacional, que manteve as eleições indiretas. [...] Esse resultado decepcionou a maioria dos brasileiros, inclusive os artistas que se enfrontaram na campanha, como Aquiles Reis, do MPB-4, que expressou seu desapontamento ao dizer-me: “Eu acompanhei muito e vi o Tancredo falando de diretas e conchavando por indiretas, nunca me enganou.” (2000: 351).

Diante desse contexto de derrocada dos governos militares, investiga-se se o FASC teria o suporte para manter sua estrutura colossal no período de 1980 a 1985, guiando-se, pois, por uma dinâmica diferente daquela trilhada pelo Estado, ou se o desgaste da Ditadura corroborou para a sua decadência.

Foram utilizadas na construção desse texto as fontes encontradas no Arquivo Central da UFS, que trás a documentação anual do FASC, compreendendo: relatório, projeto, tabelas de gastos e previsões orçamentárias, ofícios, portarias, correspondências entre a Comissão Central e a Divisão de Censura de Divisões Públicas (DCDP), e entre aquela e a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), *folders*, listagem dos membros das comissões e diversos recortes de jornais, provindos da *Gazeta de Sergipe*, *Jornal da Manhã*, *Jornal de Sergipe*, *Jornal da Cidade*, *Tribuna de Aracaju*, *Diário de Aracaju*, *Folha da Praia* (ente os sergipanos) e *A Tarde*, de Salvador/BA. A imprensa teve peso determinante para compreender as repercussões sociais e políticas dessas seis edições. Através dela percebeu-se que neste período existiram diversas críticas à organização do Festival, que chegaram a atingir a imagem da Reitoria da UFS.

## **1. NUANCES ADMINISTRATIVAS: ENTRE GLÓRIAS E INSTABILIDADES**

Após cumprir os quatro anos de seu mandato, José Aloísio de Campos, reitor da UFS desde 1976, foi substituído por Gilson Cajueiro de Hollanda<sup>117</sup> (1980-1984). A administração de

---

<sup>117</sup> Gilson Cajueiro de Hollanda era filho do Professor Manoel Mendes de Hollanda, um dos fundadores da antiga Escola de Química de Sergipe. O quarto reitor da UFS era Economista, graduado pela antiga Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe. Trabalhou na administração dos reitores Luiz Bispo e Aloísio de Campos, sendo Diretor da Faculdade de Economia. Durante seu mandato foi concluída a construção do prédio do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET) e do Restaurante

Aloísio de Campos deixou uma repercussão positiva, principalmente pela continuidade que ele deu ao FASC, como já explanado anteriormente, e pelo empenho na construção do campus em São Cristóvão<sup>118</sup> (lembrando que, até então, a Universidade funcionava de modo fragmentado, com as faculdades e reitoria situadas em prédios separados, no centro de Aracaju).

Um dos principais desafios do novo reitor era melhorar a estrutura administrativa do FASC, especialmente depois da edição de 1979, que apesar de ter um investimento alto não foi bem recebida, devido tanto à insistência da Comissão em estender o evento para uma semana, quanto à pouca importância dada aos artistas locais e à comunidade sancristovense. Diante disso, uma das primeiras iniciativas de Gilson Cajueiro foi buscar o apoio da imprensa jornalística, divulgando as novidades com o intuito de atrair o público. Falava-se, inclusive, em firmar o evento como o terceiro festival mais importante do país:



Gilson Cajueiro de Hollanda. [Fonte: *Tribuna de Aracaju*. 23 de novembro de 1984. Fundo: CULTART/Direção. Cx. 04-A. Ano: 1984].

O professor Clodoaldo de Alencar, já está fazendo os primeiros contatos para que esse ano, a coisa saia perfeita, cobrindo assim o fracasso do ano passado. Em termos de atrações culturais, Clodoaldo pretende aumentar o nível de apresentações para que o público se interesse em ver. Está nos planos também incluir na programação apresentações de bandas de música de nosso Estado, incentivando os nossos músicos [...] São planos para que o Festival venha apresentar atrações de alto nível e se firmar como o terceiro festival de arte mais importante do país.<sup>119</sup>

---

Universitário (RESUN). Além disso, o Hospital Sanatório, atual Hospital Universitário (HU), foi incorporado aos cursos de saúde. Em abril de 2012, Gilson Cajueiro faleceu.

Fonte: <http://www.infonet.com.br/odilonmachado/ler.asp?id=126636> e <http://reitoria.ufs.br/pagina/luiz-hermilio-aguiar-oliveira-1992-1996-11204.html>. Acesso em 08 de junho de 2014.

<sup>118</sup> Em sua homenagem, o nome do campus de São Cristóvão se chama Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos.

<sup>119</sup> *Diário de Aracaju. Coluna Diário Turístico*. Aracaju. 28 de maio de 1980. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC IX. Assunto: Documentação das comissões e da Comissão Central. Caixa 03. Ano: 1980.

Paralelo a isso, muitos jornais continuavam a apregoar que ele era o “maior evento cultural de Sergipe” e São Cristóvão, a “quarta cidade mais antiga do Brasil”<sup>120</sup>. A relação cultura, arte e patrimônio histórico continuava a manter um sentido bastante condizente com as políticas culturais do MEC e as pretensões locais de desenvolver o turismo em São Cristóvão, sendo efetivada através do FASC, prática máxima da representação dessa união de interesse no estado.

Mesmo demonstrando alguns sinais de melhora na organização do FASC, ainda assim os preparativos foram feitos meio às pressas. Verificou-se que as mudanças de reitor significaram momentos de ruptura no Festival, pois havia a partir daí mudanças no quadro de membros das comissões, bem como na forma de administração dos recursos captados. Gilson Cajueiro constituiu a Comissão Central, através da Portaria nº594<sup>121</sup>, faltando pouco mais de um mês para a abertura do evento. A Comissão foi presidida pela vice-reitora Aldelci Figueiredo, tendo por Supervisor Clodoaldo de Alencar Filho, que nesse ano passou a ocupar o cargo de pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, e Aglaé Fontes de Alencar na Coordenação Geral<sup>122</sup>. A falta de retorno à comunidade com notícias sobre a preparação do evento gerou insatisfação:

Bom, amanhã, dia 1º de setembro, estarão faltando simplesmente um mês e meio para o FESTIVAL DE SÃO CRISTÓVÃO e nenhuma medida ainda foi tomada para a sua realização. [...] É lógico que a mudança de reitor buliu com na estrutura administrativa do FASC, agora o que não é justo, é que a Comunidade pague por questões políticas de ordem interna. Os artistas ainda não foram chamados para discutir o FASC os grupos artísticos nem contactados [*sic*] os órgãos que colaboram não foram convidados [*sic*] e a gente fica a ver navios.<sup>123</sup>

Mesmo com o malogro da edição passada, optou-se por fazer um festival de dez dias, a se realizar de 25 de outubro a 3 de novembro de 1980. Entretanto, pouco tempo depois ficou evidente a falta de dinheiro para tal. A Comissão, aparentemente alheia à crise econômica que

---

<sup>120</sup> *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 07 e 08 de setembro de 1980. Ibid.

<sup>121</sup> Portaria n.º 594, de 10 de setembro de 1980. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC IX. Assunto: Documentação das comissões e da Comissão central. Caixa 03. Ano: 1980.

<sup>122</sup> O cargo de Coordenador Geral sempre foi atribuído ao diretor do CULTART, que em 1980 era Yvonete Lopes de Oliveira. Ela, porém, se isentou dessa tarefa, alegando acúmulo de cargos. Ofício nº 23/80/CULTART. De Yvonete Oliveira para Clodoaldo de Alencar Filho, pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários. Aracaju. Em 24 de setembro de 1980. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC IX. Assunto: Correspondência. Caixa 01. Ano: 1980.

<sup>123</sup> *Gazeta de Sergipe*. Coluna *Resenha*, de Jorge Lins. Aracaju. 31 de agosto de 1980. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC IX. Assunto: Documentação das comissões e da Comissão central. Caixa 03. Ano: 1980.

assolava o país, havia solicitado à FUNARTE a quantia de 2 milhões de cruzeiros; todavia recebeu apenas Cr\$ 670.000,00 mil<sup>124</sup>. No início de setembro, Aglaé Fontes anunciou oficialmente a alteração para três dias de evento<sup>125</sup>, vindo a acontecer no período de 24 a 26 de outubro de 1980.

Os problemas internos na organização do Festival ficaram mais notórios em 1982 com os pedidos de demissão em caráter irrevogável da diretora do CULTART, Yvonete Lopes, do pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, Clodoaldo de Alencar Filho, da professora Leila Guimarães de Carvalho, responsável pela Coordenação de Atividades de Extensão (CECAC) e de Aglaé Fontes de Alencar, Coordenadora de Cursos do FASC e uma das principais responsáveis pelas atividades artísticas.

Todos esses nomes compunham os então pilares da extensão cultural da UFS. Apesar de o motivo para tal não ter sido publicado oficialmente, supõe-se que a necessidade de reformulação da filosofia do FASC, requisitada através da imprensa em vários momentos e o papel de destaque que Alencar vinha ocupando (sendo nesse momento o principal mentor do Festival), além dos possíveis entraves entre a Reitoria e a Comissão no repasse das verbas e as críticas à extensão encastelada da UFS contribuíram para a formação de um clima de instabilidade interna, pondo em cheque até mesmo a eficiência da gestão de Gilson Cajueiro.

Os jornais falavam em “fim da dinastia dos Alencar”<sup>126</sup> e “crise na Universidade Federal de Sergipe”<sup>127</sup>, sendo comum às matérias apontarem que houve muita concentração de poder ao longo dos anos, desde 1972, nas mãos de Clodoaldo Alencar Filho e de sua esposa, Aglaé D’Ávila Fontes de Alencar.

O Reitor Gilson Cajueiro de Hollanda tem nas mãos uma faca de dois gumes no que diz respeito à política cultural da UFS. Se por um lado, tem a oportunidade de renovar por completo a linha de ação, por outro corre o risco (se não for ágil o suficiente) de comprometer a realização do Festival de Arte de São Cristóvão (com equipes sempre comandadas pelo Prof. Alencar).

---

<sup>124</sup> Plano de Aplicação por Projeto. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Recursos Orçamentários. Caixa 05. Ano: 1980.

A mudança de valores também foi noticiada no jornal *Tribuna de Aracaju*, em 31 e 01 de setembro de 1980 e na edição de 03 de setembro. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC IX. Assunto: Documentação das comissões e da Comissão central. Caixa 03. Ano: 1980.

<sup>125</sup> *Tribuna de Aracaju*. 03 de setembro de 1980. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC IX. Assunto: Documentação das comissões e da Comissão Central. Caixa 03. Ano: 1980.

<sup>126</sup> *Folha da Praia*. Aracaju. 15 a 22 de maio de 1982. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XI. Assunto: Concursos/ Documentação das comissões/ Divulgação. Caixa 06. Ano: 1982.

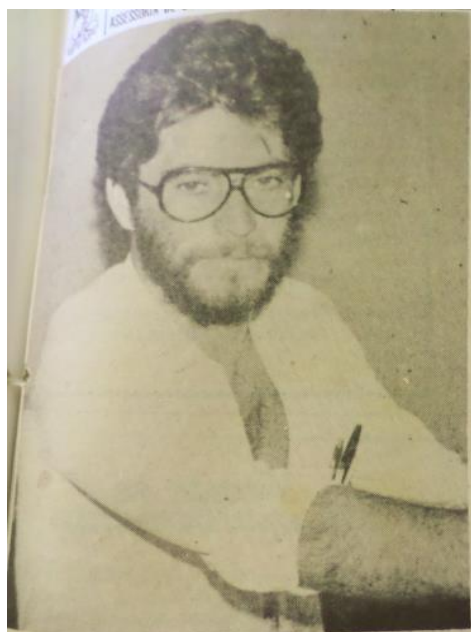
<sup>127</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 12 de maio de 1982. Ibid.

É público e notório que a Universidade dentro de sua política cultural é meio fechada à comunidade e nos seus poucos arrancos de aproximar essa relação, a coisa tem corrido meio sem energia. [...]

O que a comunidade artística espera é que o reitor Gilson Cajueiro de Hollanda aproveite o fôlego desse período, e reúna seus assessores para discutir a mais clara e objetiva e consciente atitude para a formação da nova política cultural da Universidade.<sup>128</sup>

Com a realização do XI FASC comprometida, o reitor se viu na difícil missão de fazer nomeações às pressas. O período de transição foi bastante conturbado e prejudicial à imagem de Cajueiro. Com o Festival às portas e sem nenhuma determinação sua para resolver a crise administrativa, os jornais passaram a questionar a sua competência. No *Jornal da Cidade*, por exemplo, Amaral Cavalcante escrevia na coluna *Pique Geral* que “Nenhum outro reitor foi tão omissos como esse”.<sup>129</sup> Em 19 de junho, por fim, os cargos foram preenchidos, com promessas de transformações e melhorias no evento<sup>130</sup>.

O novo pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários passou a ser Jocelino Francisco de Menezes e na Coordenação de Cursos foi admitido Neilton Santana dos Santos. A direção do CULTART, e o conseguinte cargo de Coordenador Geral do FASC, foram entregues ao comando do jornalista Nestor Emanuel de Andrade Amazonas, que protagonizou um dos períodos mais polêmicos do evento, permeado por críticas ao trabalho da Comissão e à possibilidade de sua extinção devido à alegação recorrente de falta de verba.



Nestor Amazonas, Diretor do CULTART. [Fonte: *Gazeta de Sergipe*. 01 de setembro de 1982. Fundo: FASC XI. Cx. 06. Ano: 1982].

O desgaste da política cultural da UFS e da credibilidade de seus administradores alcançou um ponto crítico, pois se outras edições se propunha a reformulação do Festival, no ano de 1982 falava-se mesmo na sua falência em termos de gerenciamento.

<sup>128</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 12 de maio de 1982. Ibid.

<sup>129</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 21 de maio de 1982. Ibid.

<sup>130</sup> *Tribuna de Aracaju*. 19 de junho de 1982. Ibid.

Diante da situação de desespero criada por causa da falência do Festival de Arte de São Cristóvão, este ano, quando se realiza o XI FASC está surgindo uma série de divergências entre a PROEX [Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários] e artistas sergipanos que já se mostram insatisfeitos com a política de distribuição de cachets, onde prevalece a proteção financeira maior para alguns grupos em detrimento de outros.

Na área musical é onde o problema está se complicando cada vez mais [...] Até mesmo o coral da UFS terá uma boa participação no “bolo” – receberá Cr\$ 150.000,00.

Somente os cineastas sergipanos nada receberão, apesar de terem uma ampla participação na retrospectiva e na mostra de filme sergipanos<sup>131</sup>. Estes foram os infelizes.<sup>132</sup>

Não havia uma padronização nos valores dos *cachet* pagos aos artistas convidados. Em geral, o que estava determinado era que a Comissão pagaria a hospedagem, a alimentação e emitira um certificado de participação. Mas isso poderia variar nas negociações específicas com cada grupo, o que gerava algumas insatisfações, motivadas em grande medida, pela forma como as decisões eram tomadas internamente, sem maiores esclarecimentos à comunidade:

Existem grupos locais que estão ganhando mais de Cr\$ 100 mil cruzeiros para se apresentarem no XI Festival de Arte de São Cristóvão [1982], enquanto que outros não estão ganhando nada.

Como também, um só artista ganha mais que um grupo de oito pessoas. A política está em tudo e em todas.<sup>133</sup>

Observou-se que os festivais promovidos nos anos 1980 estavam adquirindo uma forma própria, no sentido de não servirem tão somente aos interesses de legitimidade da política

---

<sup>131</sup> A Mostra de Filmes Sergipanos aconteceu na edição passada, em 1981, e foi divulgada como um dos destaques da programação. Foram apresentados doze filmes sergipanos e cinco brasileiros.

Relação dos filmes sergipanos: *Encontro Cultural em Laranjeiras*, de Djaldino Mota Moreno e Antônio Jacintho Filho; *São João: Povo em Festa*, de Marcelo Déda Chagas; *Carro de Bois*, de Floriano Santos Fonseca; *Momento M*, realização coletiva; *Procissão dos Alitos*, de Marcelo Déda Chagas, *Feliciana, a artesã do carrapicho*, de Djaldino Mota Moreno; *Taieira na Festa de Reis*, de Djaldino Mota Moreno; *Cotidiano*, de Jorge Alberto Moura.

Relação de filmes brasileiros: *Tati, a garota*, de Bruno Barreto; *Quando o carnaval chegar*, de Carlos Diégues; *Como era gosto meu francês*, de Nelson Pereira dos Santos; *O rei da noite*, de Hector Babence; e *Um anjo mau*, de Roberto Santos. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC X. Assunto: Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano: 1981.

<sup>132</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 24 de setembro de 1982. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC XI. Assunto Concursos/ Documentação das comissões/ Divulgação. Caixa 06. Ano 1982.

<sup>133</sup> *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 29 de setembro de 1982. Ibid.

cultural do Estado, em nível nacional, e da própria UFS, em nível local devido às especificidades de sua recente instalação. Estes festivais passaram a serem permeados cada vez mais por debates e polêmicas que envolviam sua administração e a comunidade, reclamante de maior participação na tomada de decisões envolvendo o evento.

Se em 1982 a Universidade passava por dificuldade em melhorar a imagem de sua política cultural, descrédito do FASC e agitações estudantis lideradas pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), que exigia da reitoria o custeio de moradias nas proximidades do campus, bem como a redução dos preços das refeições no Restaurante Universitário (RESUN)<sup>134</sup>, em 1983 a situação piorou com o agravamento da crise econômica e a decisão do MEC em realizar a partir de setembro daquele ano a Campanha de Salvação Nacional da Educação com o objetivo de alertar a sociedade para os efeitos da crise sobre o sistema de ensino e mobilizar a sociedade a participar mais ativamente da vida escolar, realizando inclusive atividades para a arrecadação de dinheiro. Segundo notícia que saiu na *Gazeta de Sergipe*:

A campanha foi anunciada ontem [28 de setembro], pela ministra Esther de Figueiredo Ferraz, durante a abertura do Encontro Nacional de Dirigentes de Educação, Cultura e Esporte, que reunirá, esta semana, em Brasília, cerca de 500 participantes, num fórum [sic] permanente de discussão.

Segundo a Ministra, a Campanha de Salvação Nacional será amplamente anunciada pelos meios de comunicação, e pretender fazer, ao final, com que as comunidades participem mais da vida escolar, trabalhando em mutirão ou se empenhando em captar novos recursos financeiros, pois os Cr \$ 1,2 trilhão do orçamento do MEC para 1984 são insuficientes para mudar o quadro atual da educação no país.<sup>135</sup>

Segundo Boris Fausto (1996), a recessão de 1981 a 1983 teve graves consequências. Além de ter gerado forte insatisfação dos empresários nacionais que em grande maioria retirou seu apoio ao governo, provocou queda nos indicadores do Produto Interno Bruto (PIB), prejuízos a indústrias de bens de consumo duráveis, em especial, as de eletrodomésticos e de bens de capital, elevada taxa de desemprego e inflação. O quadro de instabilidade no setor econômico alcançou altos níveis, chegando a ser chamado de “estagflação”, para indicar a coexistência da estagnação e inflação.

---

<sup>134</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 28 de agosto de 1982. *Tribuna de Aracaju*. 26 de outubro de 1982. Ibid.

<sup>135</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 27 de setembro de 1983. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Correspondência/Relatório. Caixa 01 - B. Ano: 1983.

Os efeitos dessa conjuntura logo foram sentidos na UFS, abalando a organização, já fragilizada, do Festival de Arte de São de Cristóvão. A Comissão encontrava-se diante de dois desafios: superar os trabalhos de Clodoaldo de Alencar Filho e sua equipe e adequar o planejamento do evento às circunstâncias atuais de menor entrada de recursos financeiros. Ao que parece, a proposta de fazer um festival de grandes dimensões, com programação variada durante três dias, não foi abandonada e dentro dessa condição os organizadores chegaram à conclusão que o dinheiro para tal realização “simplesmente não existe”. Entre reformular o evento ou decretar sua extinção, optou-se num primeiro momento por essa última alternativa, conforme foi noticiado:

O reitor da Universidade Federal de Sergipe, Gilson Cajueiro de Hollanda, anunciou ontem [22 de junho de 1983] praticamente o fim do Festival de Arte de São Cristóvão ao admitir sua impraticabilidade diante da crise financeira que a UFS atravessa. [...]

O jornalista Nestor Amazonas, diretor do Centro de Cultura e Arte da Universidade, também confirmou as dificuldades e foi mais adiante ao revelar que a Universidade já está estudando uma maneira de substituir o FASC [...] Segundo projeções do diretor do CULTART para o FASC deste ano, que seria sua décima segunda edição, cerca de Cr\$ 35 milhões de cruzeiros seriam gastos e este dinheiro “simplesmente não existe”, disse.<sup>136</sup>

Depois da divulgação dessa notícia, as reações foram adversas, com grande mobilização da imprensa falando sobre o assunto. Havia os que se pronunciavam a favor da decisão e os que mostraram reprovação à possibilidade de extinguir o FASC, esboçando duras críticas ao reitor Gilson Cajueiro e a Nestor Amazonas, sendo que esse grupo constituía a maioria. A notícia sobre o possível fim do festival foi divulgada ainda no jornal *A Tarde* de Salvador: “Espera-se que a reitoria da Universidade Federal de Sergipe encontre uma fórmula, apesar das graves dificuldades financeiras porque está passando, para não deixar desaparecer o festival, maior festa cultural da região”.<sup>137</sup>

Em consequência da crise econômica, algumas pessoas consideraram o festival dispensável, tendo em vista que a UFS como um todo passava por precariedades:

---

<sup>136</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 23 de junho de 1983. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Direção. Assunto Correspondência/Relatório. Caixa 01 - B. Ano 1983.

<sup>137</sup> *A tarde*. Salvador/BA. 27 de junho de 1983. Ibid.

Não há verba para a realização do Festival de Arte de São Cristóvão, diz o reitor Gilson Cajueiro de Hollanda assessores [*sic*], e demais componentes da direção da Universidade Federal de Sergipe. [...]

“Impossível fazer um festival dessa natureza com investimentos inferiores a 40 milhões de cruzeiros”, afirmação já reiterada inúmeras vezes por porta-vozes da reitora da UFS. O dilema está criado, partindo da premissa de que o país está em crise econômica, a recessão é uma realidade, a própria Universidade está ameaçada de fechar e, portanto não se tem recursos para investir em supérfluos. Eis a realidade, nua e crua: Festival de Arte agora é supérfluo. Mas será esta a opinião dos que vêm [*sic*] no Festival de Arte de São Cristóvão um meio de sobrevivência?<sup>138</sup>

Estas declarações chamam atenção para outro aspecto do Festival: ele dinamizava também a economia de São Cristóvão, através da expansão do setor do turismo. Com a vinda de muitos visitantes, grandes e pequenos comerciantes lucravam com hospedagem, alimentação, venda de artesanatos e bebidas. Com a consolidação do festival, em meados dos anos 1970<sup>139</sup>, sua realização, ainda que com todas as falhas de organização, passou a ser considerado algo garantido, incentivando os investidores locais. Além disso, a possibilidade de suspensão do evento traria problemas à Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR), uma de suas colaboradoras desde 1972, que através de articulações com a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), favoreceu a integração do FASC em seu Calendário cultural, sendo divulgado, portanto, nacionalmente, conforme aponta esta matéria que saiu na *Gazeta de Sergipe*:

o coordenador de Promoções da Empresa Sergipana de Turismo, Antônio Barbosa, crê que o fato deixará o Estado de Sergipe em péssima situação diante da Empresa Brasileira de Turismo - Embratur - pois o FASC já faz parte do Calendário Nacional de Turismo. [...]

O deputado estadual Lauro Rocha, ex-prefeito de São Cristóvão, disse que se for realmente configurada a falência do FASC esta será mais uma prova de que a administração atual da UFS foi totalmente fracassada.<sup>140</sup>

---

<sup>138</sup> *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 05 de julho de 1983. Ibid.

<sup>139</sup> A mudança de reitores era um momento de ruptura dentro do FASC pondo em risco a sua continuação, especialmente nos primeiros anos, quando Luiz Bispo terminou seu mandato (1972-1976). O fato de Aloísio de Campos, seu sucessor, ter dado continuidade ao evento garantiu certa estabilidade à sua execução, e a partir daí a consolidação do FASC como política cultural da UFS ganhava forma, à medida também que crescia a entrada de recursos financeiros advindos do Departamento de Assunto Culturais do MEC (DAC) e da Fundação Nacional das Artes (FUNARTE). Sua repercussão em nível nacional ganhava também maiores proporções, devido à política de articulação entre as universidades na divulgação de suas atividades artístico-culturais e à participação da imprensa.

<sup>140</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 30 de junho de 1983. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Direção. Assunto Correspondência/Relatório. Caixa 01 - B. Ano 1983.

Verificou-se que o reitor Gilson Cajueiro de Hollanda e o diretor do CULTART, Nestor Amazonas, foram muito mais apontados como os responsáveis pelos problemas do FASC que propriamente a crise atravessada pela economia brasileira. Nesse momento de instabilidade, a competência de ambos foi posta em cheque, na medida em que crescia uma esfera de antipatia em relação à suas imagens. Houve um movimento na imprensa em favor da manutenção do Festival, paralelo às críticas aos seus organizadores:

Até quando vão ignorar a olhos nus, que o desenvolvimento de um povo depende muito da sua cultura? Até quando vamos ter que enfrentar o descaso e a falta de respeito, antes as nossas gritantes necessidades culturais?

Chega até ser bem fácil, acabar com o FASC. Basta uma folha datilografada pela sua Magnificência que rima com eficiência, mas nem sempre. Difícil mesmo, é ter que se engolir essa xaropada toda, com pregões cansados e já tão explorados como: “estamos em crise”, “não tem dinheiro”, “não podemos fazer”, “não temos condições”, e coisas do gênero.<sup>141</sup>

Semelhantemente, foi publicada uma matéria na *Gazeta de Sergipe*, expondo desaprovação à proposta expansiva do Festival que, como já dito anteriormente, não se ajustava às condições reais de execução:

Bom, a crise é geral, embora possa estar mais acentuada na Universidade Federal de Sergipe. Mas como já dizia o velho filósofo da vida “Governar sem crise não é governar. Governar é demonstrar capacidade, tem que ser em crises mesmo”.

[...] O Encontro Cultural de Laranjeiras<sup>142</sup>, promovido pelo Governo do Estado através da Secretaria de Educação e Cultura gastou este ano (janeiro de 1983) 4 vezes menos o que a alta Cúpula (eu acho ótimo esse negócio de Alta Cúpula) da

---

<sup>141</sup> *Jornal da Cidade*. Coluna *João de Barros*. 01 de julho de 1983. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Direção. Assunto Correspondência/Relatório. Caixa 01 - B. Ano 1983.

<sup>142</sup> O Encontro Cultural de Laranjeiras é considerado por muitos o maior evento cultural de Sergipe na atualidade. Ele surgiu em 1975, em forma de quermesse, organizado pelo prefeito do município, José Monteiro Sobral, com o objetivo de arrecadar fundos para a cidade através de venda de artesanatos e comidas típicas, exposições e apresentações de grupos folclóricos. A cidade de Laranjeiras, situada a aproximadamente vinte quilômetros da capital Aracaju, é umas das mais antigas do estado de Sergipe, fundada em 1832. É conhecida pela riqueza de manifestações culturais, com destaque para o folclore, por sua arquitetura colonial e importância que teve no ciclo do açúcar, com a presença de diversos engenhos.

Fonte:

[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=917:encontros-culturais-de-laranjeiras-sergipe&catid=40:letra-e&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=917:encontros-culturais-de-laranjeiras-sergipe&catid=40:letra-e&Itemid=1). Acesso em 10 de junho de 2014.

Universidade declarou ter gasto com o FASC do ano passado. Ora bolas, mudem a política do Festival. O FASC de tão pretencioso baba.<sup>143</sup>

Após dias de mobilização da imprensa jornalísticas, em uma espécie de campanha em prol do FASC, em que circularam matérias como “Salvem o festival”<sup>144</sup>, ele finalmente teve condições de ser realizado. Mas como isso foi possível será assunto do próximo tópico. Por hora, interessa perceber a crise administrativa da UFS, no que diz respeito à sua política cultural de extensão universitária, durante a gestão de Gilson Cajueiro e Nestor Amazonas, proporcionada pela crítica conjuntura nacional de recessão econômica e por questões locais, circunscritas na especificidade do trabalho desses gestores.

Mesmo após a efetivação do XII FASC, em 1983, a reprovação a seus organizadores continuou, demonstrando que a insatisfação com eles não se restringia à hipótese de cancelamento do Festival. Nesse contexto, a memória sobre Albertina Brasil e Clodoaldo de Alencar Filho é atualizada no sentido de valorizar seus trabalhos, comparando-os com os da atual Comissão:

No jogo de empurra e de indefinições, que ocorreu depois, até que o Festival fosse finalmente programado, uma imagem construída ao longo de doze anos foi sendo perigosamente desgastada. [...] As pessoas não são insubstituíveis, mas fica bem claro que Alencar Filho, Albertina Brasil, Aglaé e alguns outros, fazem muita falta.<sup>145</sup>

O mandato de Gilson Cajueiro inseriu-se em um período de transição, em nível nacional, no qual floresceram instabilidades tanto no campo político quanto na esfera econômica. Seu trabalho na organização do FASC, para além das questões que envolviam o financiamento federal, encontrou dificuldades de ordem interna com o pedido de demissão coletiva dos principais responsáveis pela área da extensão cultural, em 1982. Conforme ficou evidente, a nova equipe liderada por Nestor Amazonas não conseguiu desenvolver melhorias na execução do evento, o que desencadeou uma crise administrativa interna, até então inexistente na UFS. Gilson Cajueiro, ao final de seu mandato estava com a imagem bastante desgastada, sendo

---

<sup>143</sup> *Gazeta de Aracaju. Coluna Jorge Lins \* Cultura.* Aracaju. 26 e 27 de junho de 1983. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Correspondência/Relatório. Caixa 01 - B. Ano: 1983.

<sup>144</sup> *Jornal de Sergipe.* Aracaju. 05 de julho de 1983. Ibid.

<sup>145</sup> *Jornal da Cidade.* Aracaju. 30 e 31 de agosto de 1983. Ibid.

apontado, em geral, como o responsável pela decadência do FASC, como se pôde perceber na consulta às matérias de jornais, a exemplo desta que saiu no *Jornal da Cidade*:

O comentário geral é que esse ano o Festival de Arte de São Cristóvão morreu mesmo. Perdendo essência de ano para ano, o FASC nos últimos tempos degingolou [...]. Desorganizado e feito de improvisos, deixou de ser, inclusive, uma atração turística. Este ano até crime de morte teve no FASC<sup>146</sup>. E ele morreu também, nas mãos do reitor Gilson Holanda.<sup>147</sup>

O término de sua administração se deu em 1984, quando do processo de eleição para escolha de um novo reitor. Até este momento, Gilson Cajueiro acumulou muitos opositores, de tal modo que sua saída também foi marcada por polêmicas e reprovações. Assim,

Os estudantes da Universidade Federal de Sergipe realizaram passeata exigindo a saída imediata do Reitor Gilson Cajueiro de Holanda, para eles uma figura indesejável. Os universitários pedem a nomeação e posse urgente de um dos nomes da lista sêxtupla enviada pelo Conselho Universitário ao Ministério da Educação, a fim de que possam ficar livres, o mais breve possível, do incômodo Gilson Holanda.<sup>148</sup>

Observou-se, portanto, que o período de 1980 a 1985 foi permeado por nuances administrativas, que caminharam gradativamente da fase de glórias, em muito alcançadas pela consolidação do FASC e transferência da UFS para o campus de São Cristóvão, para a fase de instabilidades, na qual coexistiram crises econômicas, agitações sociais e dificuldades de gerenciamento, especialmente, no que se refere ao Festival de Arte de São Cristóvão.

Antes de terminar esse tópico, porém, deve-se fazer algumas ponderações a respeito do processo de eleição, acima elucidado, compreendendo-o dentro do contexto da Ditadura civil-militar. Busca-se, brevemente, problematizar a ideia de eleições para reitor dentro desse período.

---

<sup>146</sup> A morte a que a notícia se refere é a do vigilante do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), José Ferreira, morto por José Salvador Moura, durante o XII FASC. Fonte *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 01 de novembro de 2013. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Direção. Assunto Correspondência/Relatório. Caixa 01 - B. Ano 1983.

<sup>147</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 02 e 03 de novembro de 1983. Ibid.

<sup>148</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 28 de setembro de 1984. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Divulgação. Caixa 04 - B. Ano: 1984.

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2014), a crítica à forma como era feita a escolha dos dirigentes foi um importante passo na luta pela democratização dentro das universidades. Isso porque antes de 1964, a nomeação de reitores era feita através de uma lista tríplice (produzida pelos órgãos colegiados e, portanto, sem a participação da comunidade universitária), que era entregue ao Governo Federal. Durante a Ditadura, o processo manteve-se praticamente o mesmo. A única diferença é que a lista passou a ser preenchida por seis nomes, provavelmente para haver mais chances da União encontrar um candidato com perfil mais “conveniente”.

No período da transição política, durante o governo Figueiredo, começaram a existir mobilizações dentro das universidades, já enquadradas nas assembleias de greve em 1980, em prol da participação de professores, alunos e funcionários na escolha do reitor. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) foi uma das pioneiras nesse sentido, pois em agosto de 1980 a comunidade universitária foi convidada a sugerir nomes para lista, a qual foi encaminhada aos órgãos colegiados e estes a repassaram ao MEC, para que o Presidente da República pudesse escolher. Esse procedimento foi repetido ao longo dos próximos anos, em várias universidades, apesar de nem todos os órgãos colegiados colaborarem, aceitando a lista produzida informalmente. Ainda assim, esse foi o primeiro passo para a vitória que só veio a se concretizar em 1995, por meio da Lei 9.192<sup>149</sup>, responsável por regulamentar o processo de escolha dos dirigentes universitários, no qual o corpo docente tem direito 70% dos votos na escolha do candidato. (MOTTA, 2014).

## **2. EM DIREÇÃO AO PODER LOCAL: A DIMENSÃO POLÍTICA DO FASC**

Uma das principais polêmicas envolvendo o FASC no período de 1980 a 1985 foi a ausência de verba, ou pelo menos a insuficiência desta para se fazer o Festival, conforme pôde-se notar nas declarações do reitor e de Nestor Amazonas, diretor do CULTART entre 1982 e 1984. A pesquisa busca averiguar, no entanto, se realmente foi gritante a diminuição dos recursos financeiros cedidos pelo Governo Federal, analisando para isso as tabelas e relatórios orçamentários, bem como os convênios selados nesses anos.

---

<sup>149</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9192.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9192.htm). Acesso em 14 de junho de 2014.

A Comissão Central em 1980 era composta pela vice-reitora, Aldelci Figueiredo dos Santos, pelo pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, Clodoaldo de Alencar Filho e pela professora Aglaé D'Ávila Fontes de Alencar, ocupando os cargos de Presidente, Supervisor e Coordenador Geral, respectivamente. Essa formação manteve-se, praticamente a mesma no ano seguinte, havendo apenas um remanejamento de cargos: o Presidente da Comissão de 1981 passou a ser Djenal Gonçalves Soares, o novo vice-reitor da UFS, já dentro do quadro da equipe de Gilson Cajueiro (1980-1984), e a diretora do CULTART, Yvonte Lopes de Oliveira voltou a assumir a Coordenação Geral, entregue anteriormente a Aglaé Fontes devido a acúmulo de cargos. Esta, por sua vez, continuou desenvolvendo trabalhos na coordenação de cursos e na elaboração da programação artística.

No dia 30 de julho de 1980 foi assinado na cidade do Rio de Janeiro um Convênio entre a FUNARTE e a UFS para a realização de “Projetos integrados”, ou seja, que envolvessem universidades e festivais de arte<sup>150</sup>. Os recursos dele decorrentes foram depositados em conta da UFS, na Caixa Econômica Federal, e somavam um total de Cr\$ 1.501.000,00, os quais deveriam ser utilizados de acordo com o Plano de Aplicação<sup>151</sup>. Este Plano estabelecia a divisão do valor depositado em diversas atividades culturais, conforme foi apresentado na terceira cláusula do convênio:

a) A CONVENTE [UFS] obriga-se a realizar os seguintes subprojetos: Grupos Artísticos, Calendário Cinematográfico Anual, Concurso de Poesia Falada do Nordeste, Salão Nacional de Artes Plásticas, VIII Festival Nacional de Cinema Amador e Defesa do Folclore (PROJETO UNIVERSIDADE)<sup>152</sup> e Festival de Arte de São Cristóvão (PROJETO FESTIVAIS DE ARTE), tudo nos prazos e condições constantes no processo nº 809/80 FUNARTE [número do processo do Plano de Aplicação, enviado em anexo ao Convênio].<sup>153</sup>

Algumas vezes estas atividades culturais eram promovidas em conjunto, durante os dias do FASC, mas como espetáculos paralelos e independentes. Sendo assim, os recursos eram

---

<sup>150</sup> Convênio nº 87/80. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/Direção/ Documentação Administrativa. Assunto: Recursos Orçamentários. Caixa 05. Ano: 1980.

<sup>151</sup> Plano de Aplicação. Anexo ao Convênio nº 87/80. Ibid.

<sup>152</sup> O Projeto Universidade (PU) e o Projeto Festivais de Arte foram criados pela UFS, mais especificamente pelo CULTART, a fim de sistematizar as atividades artístico-culturais desenvolvidas e apresenta-las a órgãos federais, como FUNARTE e MEC, a fim de obter financiamento. O segundo dizia respeito especificamente ao FASC e o primeiro englobava as demais atividades de extensão cultural promovidas pela UFS.

<sup>153</sup> Convênio 87/80. Terceira Cláusula – Das normas aplicáveis. Item a). Pág. 2. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Direção/ Documentação Administrativa. Assunto Recursos Orçamentários. Caixa 05. Ano 1980.

aplicados especificamente para cada projeto, obedecendo às cláusulas do Convênio e ao seu Plano de Aplicação, segundo o qual foi destinado para o FASC o valor de 670 mil cruzeiros<sup>154</sup>. Comparando-se ao ano anterior, no qual a FUNARTE forneceu Cr\$ 1.135.000,00<sup>155</sup>, a maior contribuição registrada desde 1972, houve de fato uma diminuição nos investimentos do Governo Federal neste ano. Todavia, é importante frisar que, ainda assim, essa foi uma das mais altas verbas da FUNARTE entregues à efetivação do Festival, comparando-se dos anos de 1976, quando ela participou pela primeira vez, a 1978. Ao que tudo indica, a verba de 1979 foi extraordinária, não seguindo o valor médio geralmente entregue à UFS, como pode ficar visível na tabela abaixo:

<b>Verbas da FUNARTE destinadas ao FASC</b>	
1976	Cr\$ 215.000,00
1977	Cr\$ 450.000,00
1978	Cr\$ 404.950,00
1979	Cr\$ 1.135.000,00
1980	Cr\$ 670.000,00

Provavelmente, a Comissão organizadora contava com o aumento anual das verbas da FUNARTE, como vinha acontecendo até 1980, mas teve que se adaptar às pressas neste ano à uma quantia inferior. Ao que parece, a Comissão não contava com essa diminuição, e uma prova disso está no “Demonstrativo da Execução Físico-Financeira de Programas e ou Convênios – 1980”<sup>156</sup>, uma tabela apontando os valores requisitados e os recebidos para a execução do evento, onde mostra que foi solicitado à FUNARTE mais de 2 milhões de cruzeiros.

Ao analisar as tabelas de previsão e gastos orçamentários de 1981, verificou-se uma melhoria no montante captado. Além da FUNARTE ter aplicado 750.000 cruzeiros<sup>157</sup> no Festival, a contribuição do Governo de Sergipe foi maior, com 100.000 cruzeiros, e a Fundação Roberto

<sup>154</sup> Informação também presente na tabela orçamentário do IX FASC: “Demonstrativo da Execução Físico-Financeira de Programas e ou Convênios – 1980”. Ibid.

<sup>155</sup> Previsão de Despesas por Fonte. Quadro Analítico. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC VIII. Assunto: Documentação da Coordenação Central/ Música – COMARCE. Caixa 02. Ano: 1979.

<sup>156</sup> “Demonstrativo da Execução Físico-Financeira de Programas e ou Convênios – 1980”. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/Direção/ Documentação Administrativa. Assunto: Recursos Orçamentários. Caixa 05. Ano: 1980.

<sup>157</sup> Tabela com a descrição de gastos, aplicação e fontes. “Execução Orçamentária do X Festival de Arte de São Cristóvão”. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC X. Assunto: Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano: 1981.

Marinho participou pela primeira vez, veiculando a propaganda do evento na TV Globo e somando Cr\$ 150.000,00 à planilha orçamentária do FASC<sup>158</sup>.

Desde os tempos de Albertina Brasil que se almejava a veiculação da propaganda do FASC na Rede Globo a fim de dar maior notoriedade ao evento<sup>159</sup>. Apesar de não ser o foco desta pesquisa, é interessante pensar o papel desta emissora e o próprio processo de sua criação, nos anos 1970, como meio de comunicação articulado aos interesses do Estado, percebendo os beneficiamentos e também restrições nessa relação. Isso pode ser objeto de investigação para futuras pesquisas, aprofundando os estudos já existentes e trazendo novas informações. Segundo Marcelo Ridenti (2000), é importante perceber os alcances e limites que os funcionários da Rede Globo possuíam, entendendo isso dentro da própria relação entre artistas de esquerda e a indústria cultural, consolidada em grande medida devido à modernização conservadora promovida pela Ditadura, em especial nos anos do governo Médici (1969-1974).



Cartaz do X FASC (1981), divulgando o apoio da Fundação Roberto Marinho na realização do Festival.

Ainda sobre a administração do X FASC, a dificuldade em se ajustar a proposta de Festival ao orçamento existente aparece nos ofícios enviados ao pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários e ao reitor pela Coordenadora Geral Yvone Lopes de Oliveira, nos quais inicialmente, conforme consta no Ofício nº185<sup>160</sup>, a previsão de gastos feita no mês de abril era de Cr\$ 3.700.000,00. Já em setembro outro ofício foi encaminhado ao pró-reitor<sup>161</sup>, agora

<sup>158</sup> A Fundação Roberto Marinho manteve o apoio na divulgação do FASC até o ano de 1988.

<sup>159</sup> Como forma de agradecimento foi entregue uma Medalha de Mérito à Fundação Roberto Marinho. *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 22 de julho de 1981. *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 11 e 12 de outubro de 1981. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC X. Assunto: Divulgação. Caixa 04. Ano: 1981.

Sobre a trajetória da Rede Globo nos anos 1970, ver: WANDERLEY, Sônia Maria de Almeida Ignatiuk. *A construção do silêncio. A Rede Globo nos projetos de controle social e cidadania*. Niterói: UFF, 1995. (Dissertação de mestrado).

<sup>160</sup> Ofício nº185/81/CULTART. Em 29 de abril de 1981. Ofício enviado ao Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, Clodoaldo de Alencar Filho, e ao Reitor, Gilson Cajueiro, pela Diretora do CULTART e Coordenadora Geral do X FASC, Yvone Lopes de Oliveira. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC X. Assunto: Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano: 1981.

<sup>161</sup> Ofício 441/81. Em 14 de setembro de 1981. *Ibid.*

com a previsão de Cr\$ 4.688.000,00. Por fim, os gastos finais do evento superaram as duas previsões, totalizando Cr\$ 5.880.443,07<sup>162</sup>.

A somatória dos recursos captados foi de Cr\$ 5.538.000,00, ficando, portanto um *déficit* que foi coberto, em parte, pela aplicação de 250.000 cruzeiros vindos de um convênio selado com a FUNARTE<sup>163</sup> para o favorecimento do Projeto Universidade da UFS. Por meio desse foram entregues a quantia de 601.000 cruzeiros, os quais seriam administrados pelo CULTART na promoção das demais atividades dirigidas por esse órgão. Ainda assim, ficou um saldo negativo nas contas do FASC, equivalente a 92.443,07 cruzeiros.

Em uma conversa informal com Aglaé Fontes, ela disse que não podia ficar saldo negativo, pois a Universidade não tinha como pagar e por isso o Festival só era feito dentro das condições financeiras existentes. Entretanto, não foi o que aconteceu em 1981, conforme aponta a tabela com os detalhamentos de recursos e gastos. Nessas circunstâncias, supõe-se que o CULTART, ou a reitoria da UFS, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX) buscava o patrocínio de empresas e instituições em nível local, já que a FUNARTE não cobria despesas além dos valores estabelecidos nos convênios.

O FASC de 1982, por sua vez, foi produzido no bojo da crise administrativa da UFS na área da extensão cultural, pois, como já foi dito, os principais responsáveis pelo setor pediram demissão e Gilson Cajueiro teve que fazer nomeações às pressas, sob pena de não se realizar o Festival naquele ano por falta de equipe, o que traria mais reprovações a seu trabalho. Como se sabe, assumiram Jocelino de Menezes, Neilton Santana dos Santos e Nestor Amazonas, nos cargos de Vice-reitor, Coordenador de Cursos e Diretor do CULTART (consequentemente Coordenador Geral do FASC), respectivamente.

A partir desse ano, já começam a circular na imprensa algumas matérias chamando atenção para as dificuldades financeiras na execução do Festival e a possibilidade de seus organizadores optarem por cancelá-lo, muito embora não saísse nesse primeiro momento

---

<sup>162</sup> Tabela com a descrição de gastos, aplicação e fontes. “Execução Orçamentária do X Festival de Arte de São Cristóvão”. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC X. Assunto: Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano: 1981.

<sup>163</sup> Convênio selado entre a FUNARTE e a UFS em 16 de março de 1981, na cidade do Rio de Janeiro, para realização de atividades artístico-culturais, inseridas dentro do Projeto Universidade da UFS. O número do Convênio está ilegível. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC X. Assunto: Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano: 1981.

nenhuma declaração oficial da UFS a respeito<sup>164</sup>. Em todo o caso, a crise financeira nacional, que vinha se acentuando desde 1981, e os conflitos internos da UFS, com os pedidos de demissões coletivas, fragilizaram sua imagem enquanto instituição capaz, naquele momento, de promover um evento que demandava tantos recursos financeiros e trabalho de seus organizadores.

Ainda assim, a edição deste XI FASC contou com uma arrecadação maior que a do ano anterior. Se de fato a nova Comissão teve que organizar tudo em cima da hora, contando ainda com certa inexperiência, também é verdade que eles dispuseram, apesar das queixas, de mais recursos, para preparar o evento.

Mesmo diante dos tempos difíceis que a economia brasileira atravessava, a Comissão elaborou uma previsão de gastos equivalentes a 21.066.128,00<sup>165</sup> cruzeiros, solicitando à FUNARTE pouco mais de seis milhões<sup>166</sup>. Provavelmente, o projeto de organização e execução do evento teve que ser reformulado, pois a FUNARTE transferiu para a UFS o crédito de Cr\$ 1.250.000,00<sup>167</sup>. Essa foi a maior quantia já repassada por esse órgão, superando assim o investimento, até então recorde, de 1979. Outras empresas e instituições também colaboraram, *a saber*, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco do Estado de Sergipe (Banese), Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás), dentre outras. Os recursos finais captados, conforme consta na lista de financiamento do XI FASC<sup>168</sup>, somaram Cr\$ 17.369.749,00. Não foi a primeira vez que estas empresas aqui mencionadas investiram no Festival. No entanto, observou-se que ao longo dessa primeira metade da década de 1980, a contribuição destas torna-se cada vez maior, passando a ser de grande importância para o alcance de verbas necessárias. Isso talvez aponte para um novo rumo no FASC, nesse período, onde houve a paulatina descentralização da UFS e FUNARTE como principais instituições promotoras do evento.

---

<sup>164</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 27 e 28 de julho de 1982. *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 24 de setembro de 1982. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC XI. Assunto Concursos/ Documentação das comissões/ Divulgação. Caixa 06. Ano 1982.

<sup>165</sup> “Previsão de Custos para o XI FASC”. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XI. Assunto: Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano: 1982.

<sup>166</sup> “Previsão de Custos para o XI FASC”. Item “RECURSOS SOLICITADOS à FUNARTE”: Cr\$ 6.103.516,00. *Ibid.*

<sup>167</sup> “Fontes de Financiamento do XI FASC”. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XII. Assunto: Documentação da Coordenação Central/ Correspondências. Caixa 02. Ano: 1983. Observação: os dados sobre o orçamento do FASC de 1982 encontram-se nas caixas referentes à documentação do FASC de 1983.

<sup>168</sup> “Fontes de Financiamento do XI FASC”. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC XII. Assunto Documentação da Coordenação Central/ Correspondências. Caixa 02. Ano 1983.

O ano de 1983 foi o mais polêmico desde a criação do FASC, com várias repercussões negativas na imprensa do trabalho de Nestor Amazonas e Gilson Cajueiro, conforme foi apresentado anteriormente. A documentação financeira existente não revela a situação da Universidade no início deste ano, nem se já havia alguma verba garantida para o XII FASC. O que se sabe, com base na pesquisa aos jornais, é que os principais organizadores do evento declararam que o dinheiro para realizá-lo “simplesmente não existe”<sup>169</sup>.

A situação se agravou quando o Conselho Presbiteriano proibiu que os espetáculos do FASC fossem apresentados dentro das Igrejas e Conventos de São Cristóvão, devido ao “comportamento inapropriado dentro do recinto”<sup>170</sup>, principalmente por parte de estudantes universitários acusados de cometerem atos sexuais nas dependências desses espaços. Desde 1972 que as Igrejas eram usadas pelo FASC, principalmente nas apresentações de música erudita, concretizando a aspiração do maestro Antônio Carlos Plesh, um dos seus idealizadores. Através da parceria entre o Conselho e a UFS, esses locais eram ocupados sem que se pagasse por isso. Agora, a Universidade, além de dispensar tempo procurando novos estabelecimentos, teria que separar uma parte da verba para pagar o aluguel de seu uso.

Apesar da FUNARTE ter entrado com um valor maior que o da edição passada, somando 2 milhões de cruzeiros<sup>171</sup> à verba do XII FASC, não havia ainda condições de promovê-lo, pois, segundo os cálculos de Nestor Amazonas, eram necessários cerca de 35 milhões de cruzeiros<sup>172</sup>. Mesmo com a participação do Instituto Nacional de Artes Cênicas (INACEN), da SUDENE e do BNB o valor ainda era insuficiente. No bojo dessa crise, o governador de Sergipe, João Alves Filho<sup>173</sup>, numa jogada estrategicamente política, insurgiu como o

---

<sup>169</sup> Declarações de Nestor Amazonas. *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 23 de junho de 1983. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Direção. Assunto Correspondência/Relatório. Caixa 01 - B. Ano 1983.

<sup>170</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 01 de setembro de 1983. Ibid.

<sup>171</sup> Documentação financeira. XII Festival de Arte de São Cristóvão – 1983. Tabela com o detalhamento das fontes de recursos. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XII. Assunto: Documentação da Coordenação Central/ Correspondências. Caixa 02. Ano: 1983.

<sup>172</sup> Declarações de Nestor Amazonas. *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 23 de junho de 1983. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Direção. Assunto Correspondência/Relatório. Caixa 01 - B. Ano 1983.

<sup>173</sup> João Alves Filho é um dos políticos mais conhecido de Sergipe, pois vem ocupando cargos no estado ao longo dos últimos quarenta anos. Foi prefeito de Aracaju de 1974 a 1977; ministro do Interior entre 1987 a 1990; governador de Sergipe em três mandatos: de 1983 a 1987, de 1991 a 1994 e de 2003 a 2006, e atualmente é prefeito de Aracaju (2012-2016). Natural deste município, nascido em 1941, João Alves Filho além de político, filiado ao Partido Democratas (DEM), é também engenheiro civil. Uma das principais polêmicas envolvendo sua administração refere-se às acusações de corrupção passiva e formação de quadrilha, pelas quais João Alves Filho tornou-se réu em 2013 do Supremo Tribunal de Justiça (STJ).

Fonte: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/prefeito-de-aracaju-e-reu-no-stj-por-corrupcao-passiva>. Acesso em 18 de junho de 2014.

salvador do Festival, arcando com praticamente metade do orçamento<sup>174</sup>. Desta forma, através de um Convênio com a Secretaria Estadual de Educação e Cultura, foi entregue à Universidade a quantia de Cr\$ 15.192.000,00<sup>175</sup>.

No dia 06 de julho foi anunciado na *Gazeta de Sergipe*: “Governador garante realização do FASC”<sup>176</sup>. Possivelmente, João Alves Filho conseguiu por meio dessa medida propagandear sua administração, fazendo uso da própria crise econômica em seu favor, como pode ser notado nas declarações do prefeito de São Cristóvão, Horácio Souza Lima:

o representante do Executivo Municipal da cidade de São Cristóvão informou também que “o apoio do Governador do Estado não ficará restrito à realização do FASC, mas que aquela autoridade para os problemas graves por que passa aquele município, a exemplo dos demais municípios sergipanos que sofrem os reflexos da crise econômico-financeira vigente no País”.<sup>177</sup>

Em outra matéria, a participação do Governo estadual no FASC foi apontada como “a única saída, já que a UFS só admitiu a extinção por absoluta falta de recursos”<sup>178</sup>. A possibilidade de acabar o Festival gerou grande mobilização na imprensa em prol de sua manutenção apesar das dificuldades alegadas pelos organizadores. No entanto, não se tinha definido ao certo o que poderia ser feito para que isso não acontecesse. Ao assumir quase metade dos custos, no auge desse impasse sobre os rumos do Festival, o governador acabou ganhando estima da comunidade, aparecendo como o responsável por solucionar o problema:

O Festival de Arte de São Cristóvão vai ser realizado mesmo sem a Universidade poder por falta de dinheiro, mas como o Governador JOÃO ALVES quer a coisa, parece que ficou fácil de ser resolvida [...] Boa medida do governador e muita compreensão do reitor. Sinal verde!

---

<sup>175</sup> Convênio 543/83. S/ data. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XII. Assunto: Documentação da Coordenação Central / Correspondências. Caixa 02. Ano: 1983. Informação presente também em: Documentação Financeira - XII Festival de Arte de São Cristóvão – 1983. Tabela com o detalhamento das fontes de recursos. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Correspondência/Relatório. Caixa 01 - B. Ano: 1983.

<sup>176</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 06 de julho de 1983. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/ Direção. Assunto Correspondência/Relatório. Caixa 01-B. Ano 1983.

<sup>177</sup> Idem.

<sup>178</sup> *Tribuna de Aracaju*. 29 de setembro de 1983. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/ Direção. Assunto Correspondência/Relatório. Caixa 01-B. Ano 1983.

A crise administrativa da UFS parece não ter atingido a captação de recursos para o Festival. Não comprometeu, pelo menos, a credibilidade dos organizadores em solicitar recursos, apesar da atuação desses profissionais ter ficado desprestigiada na imprensa. Isso pode ser explicado pelo fato do FASC está, nesse período, já consolidado como grande evento cultural de Sergipe, tendo inclusive repercussão em outros estados do país. Apesar de ser uma atividade inserida diretamente no campo da cultura, há muita proximidade com a esfera política, sendo perceptível o interesse de alguns poderes, federais, estaduais e municipais, em se apropriar ou ter sua administração atrelada a uma atividade de interesse público.

Na cerimônia de abertura do XII FASC, em 1983, estavam presentes no palanque oficial, montado para receber as autoridades, entre eles estavam o reitor Gilson Cajueiro; o Senador sergipano Lourival Batista<sup>179</sup>; Antônio Luiz de Araújo e o cônego Claudionor de Britto Fontes, representando a FUNARTE e o MEC, respectivamente; o prefeito de São Cristóvão, Horácio Souza Lima; o governador João Ales Filho, dentre outras. Este era o momento mais importante do Festival, politicamente falando, pois seus principais financiadores discursavam, e nessa ocasião eram propagadas visões político-ideológicas, usando o tema do apoio à cultura como viés construtor de seus discursos.

O deslocamento do FASC rumo ao poder local parece se delinear com mais nitidez em 1983. Além da análise às fontes de recursos financeiros, outro episódio percebido como indicativo dessa gradativa mudança se deu na abertura oficial do evento. Até então, ela era feita pelo reitor da UFS ou, na grande maioria das vezes, pelo ministro do MEC. Neste ano, a palavra foi dada a João Alves Filho, o qual proferiu o discurso de abertura, em muito propagandístico de sua gestão:

A arte e a cultura do povo nordestino tem feito a união em meio ao sofrimento, pois é um trabalho permanente e a expressão da própria vida, que nem sempre é bem vivida e muitas vezes é tragada pelas estruturas opressoras e injustas e por isso[aceitei] sem discussão participar da realização deste Festival, com a maior parte por conta do Governo do Estado, para não deixar se suprimir este importante evento.<sup>180</sup>

---

<sup>179</sup> É considerado um dos políticos mais importantes de Sergipe. Nasceu em Entre Rios/BA, onde se formou em medicina pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mas foi em Sergipe que ele constituiu família e desenvolveu sua carreira política. Foi deputado estadual entre 1974 e 1951, prefeito da cidade de São Cristóvão de 1951 a 1954, governador de Sergipe entre 1967 e 1971 e senador no período de 1971 a 1995. Faleceu em 2013, aos 97 anos, na cidade de Brasília.

<sup>180</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 30 e 31 de outubro de 1983. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Direção. Assunto Correspondência/ Relatório. Caixa 01-b. Ano 1983.

Se nos anos 1970, o palanque de abertura era um momento de legitimação do Estado brasileiro como patrono da arte, com a crise dos anos 1980, esse espaço passou a ser ocupado pela administração local. O discurso do governador, em boa medida, foi reforçado pelas palavras do reitor, segundo o qual: “o Festival só pode [sic] se realizar graças à preciosa e imprescindível ajuda do Governador João Alves que não mediu esforços para que o FASC fosse realizado, interpretando o desejo do povo sergipano”<sup>181</sup>.

Os investimentos do Governo do estado na execução do FASC provavelmente lhe permitiram brechas para interferir em questões internas da própria Universidade, como ocorreu no processo de transição de reitores, em 1984. Durante a fase de indicação dos nomes para compor a lista sêxtupla houve denúncia por parte do Presidente da Associação dos Docentes, professor Luiz Alberto, de intromissão de João Alves Filho na escolha do novo reitor, devido a interesses pessoais<sup>182</sup>.

Enquanto a escolha do novo dirigente da UFS não saia, Gilson Cajueiro participou de toda fase de elaboração do FASC de 1984, tendo em vista que só deixou o cargo em novembro daquele ano, quando Eduardo Antônio Conde Garcia<sup>183</sup> (1984-1988), tomou posse. Boa parte da Comissão permaneceu a mesma, já que foi escolhida ainda no mandato do antigo reitor, com exceção de Nestor Amazonas, que saiu do CULTART e foi substituído pelo ex-Coordenador de Cursos, Neilton Santana dos Santos.

Nesta edição a participação do Governo do estado foi ainda maior. Através de um convênio firmado entre a Secretaria Estadual de Educação e Cultura e a UFS foram entregues 40 milhões de cruzeiros<sup>184</sup> para serem aplicados no Festival. Em contrapartida, a verba liberada

---

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 27 de setembro de 1984. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Direção. Assunto Divulgação. Caixa 04-B. Ano 1984.

<sup>183</sup> Nascido em Aracaju, no ano de 1944, Eduardo Antônio Conde Garcia formou-se em medicina pela Universidade Federal de Sergipe. Foi o quinto reitor desta instituição. Em sua gestão ocorreu a implantação do projeto arqueológico da UFS, responsável por realizar o salvamento de peças arqueológicas na região alagada pela Hidroelétrica de Xingó, localizada entre os estados de Sergipe e Alagoas. Também houve a criação do Mestrado em Geografia, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), do Programa de Apoio às Atividades de Pesquisa, do Encontro Sergipano de Coros e o início da construção dos blocos de anatomia patológica e a reforma do Hospital Universitário (HU).  
Fonte: <http://reitoria.ufs.br/pagina/luiz-herm-nio-aguiar-oliveira-1992-1996-11204.html>. Acesso em 08 de junho de 2014.

<sup>184</sup> Convênio 614/84. S/data. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XIII. Assunto: Correspondência/ Documentação da Coordenação Central. Caixa 01. Ano: 1984.

pela FUNARTE foi de 3 milhões de cruzeiros<sup>185</sup>. Apesar de ser um valor eminentemente inferior, continuou ascendente a quantia destinada pela Fundação, chegando ao recorde de aumento neste ano. Além disso, várias outras empresas continuaram a contribuir com recursos financeiros, entre elas, o Banco do Brasil, Petrobrás, SUDENE, Banco do Nordeste do Brasil, Serviço Nacional da Indústria (SESI) e Banco Brasileiro Comercial<sup>186</sup>.

Observou-se que a imagem de João Alves Filho tornava-se cada vez mais positiva, crescendo em popularidade, ao passo em que ele era apontado como o responsável pela manutenção do evento. Uma matéria no *Jornal de Sergipe*<sup>187</sup> chegou mesmo a afirmar que ele deu cinquenta milhões para o FASC, quando de fato o valor registrado no convênio e na documentação financeira da comissão era de quarenta milhões. Em todo o caso, se observa que o FASC continuou, apesar de em outra lógica de atrelamento ao poder instituído, a ser espaço de legitimação de autoridades almejantes de reconhecimento e perpetuação no poder.

No que diz respeito aos investimentos no FASC, os anos de 1984 e 1985 foram bastante prósperos, em virtude do alto capital aplicado pelo governo do estado. Neste último ano, a organização do Festival foi realizada pela nova equipe montada pelo reitor Eduardo Garcia. Uma das novidades foi o retorno de Clodoaldo de Alencar Filho, agora como vice-reitor. Com base na análise às matérias de jornais, notou-se que após o malogro da administração de Nestor Amazonas, Clodoaldo de Alencar Filho passou a ter seu trabalho valorizado, em grande medida por ele ter participado do período de construção e consolidação do FASC, junto com Albertina Brasil, desde 1972. Diante da conjuntura administrativa de Nestor Amazonas, em que se cogitou o próprio fim do evento, houve como foi dito anteriormente, uma reelaboração da memória a respeito de Clodoaldo e de sua equipe.

A nova Comissão, portanto, era presidida pelo vice-reitor, tendo na Supervisão a professora Maria da Glória Santana Almeida, nova pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários, e na Coordenação Geral Lânia Maria Conde Duarte, diretora do CULTART. Já a partir de 1984, com a maior entrada de recursos, começou a se delinear uma nova fase de estabilidade no FASC.

---

<sup>185</sup> Lista de recursos captados. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XIII. Assunto: Correspondência/ Documentação da Coordenação Central. Caixa 01. Ano: 1984.

<sup>186</sup> Idem.

<sup>187</sup> *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 28 e 29 de outubro de 1984. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Direção. Assunto Divulgação. Caixa 04-A. Ano 1984.

Conforme expõe Boris Fausto (1996), após o ápice do quadro denominado “estagflação” em 1983, a economia brasileira começou a dar alguns sinais de alívio, se reativando em 1984 devido em grande medida às exportações, combinado a uma queda no preço do petróleo. Todavia, é importante ressaltar que isso não significou diretamente uma melhoria de vida dos trabalhadores, que continuaram sentindo no bolso o peso de uma inflação de mais de 200% ao ano.

Em 1985, a professora Lânia Duarte entrou com pedido de abertura de crédito em favor do XIV FASC, no valor de 185 milhões de cruzeiros<sup>188</sup>. Desse montante, o Governo do estado colaborou com a maior parte, *a saber*, 100 milhões de cruzeiros<sup>189</sup>. Contribuíram ainda a SUDENE<sup>190</sup>, Banco do Brasil<sup>191</sup>, Banco Banorte, SUDENE e Prefeitura de Aracaju<sup>192</sup>. Não se sabe se houve participação da FUNARTE, já que não há registro disso na documentação financeira, e igualmente no *folder* do evento não foi feita menção a este órgão, diferentemente do que ocorria nas outras edições<sup>193</sup>. No entanto, a representação do Governo Federal não ficou suprimida, pois o responsável pelo recém-criado Ministério da Cultura (MinC), ministro Aloísio Pimenta esteve presente da cerimônia de abertura, entre as autoridades presentes no palanque oficial.

O XIV FASC foi realizado já na nova fase política do país, durante a gestão de José Sarney (1985-1990), primeiro presidente civil desde o golpe de 1964. A transição para a democracia foi marcada por avanços e recursos. Contrariando a grande mobilização social ocorrida em 1984 pelo imediato retorno das eleições diretas para Presidente da República, o chefe do executivo foi escolhido de forma indireta pelo Colégio Eleitoral, ainda amparado pela

---

<sup>188</sup> Ofício nº160/85. Aracaju, 25 de novembro de 1985. Enviada pela Coordenadora Geral do XIV FASC, Lânia Maria Conde Duarte, ao Coordenador Geral de Planejamento da UFS (COGEPLAN/UFS), professor Murilo Andrade Macedo. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC XIV. Assunto Correspondências. Caixa 01. Ano 1985.

<sup>189</sup> Ofício nº160/85. Nele está o detalhamento das fontes de recurso e de sua aplicação. *Ibid*.

<sup>190</sup> Convênio 010/85, firmado na cidade de Recife em 24 de outubro de 1985 entre a SUDENE e a UFS. Através deste foi entregue, a fim de ser aplicado nas despesas com o XIV FASC, a quantia de Cr\$ 20.000.000,00. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC XIV. Assunto Documentação da Coordenação Central/Divulgação/ Documentação das comissões. Caixa 02. Ano 1985.

<sup>191</sup> Ofício 87/85/G VR. Campus Universitário, 22 de agosto de 1985. De Clodoaldo de Alencar Filho para Camilo Calazans de Magalhães, Presidente do Banco do Brasil S/A. Neste Ofício, o vice-reitor da UFS acusou recebimento de Cr\$ 20.000.000,00, destinados ao XIV FASC. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC XIV. Assunto Correspondências. Caixa 01. Ano 1985.

<sup>192</sup> Ofício nº160/85.

<sup>193</sup> *Folder* do XIV FASC. De 29 de novembro a 01 de dezembro de 1985. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC XIV. Assunto Documentação da Coordenação Central/Divulgação/ Documentação das comissões. Caixa 02. Ano 1985.

Constituição de 1967<sup>194</sup>. Conclui-se, com isso, que parte do aparato legal do sistema autoritário coordenou esse processo de mudança, não ocorrendo nesse primeiro momento uma ruptura institucional. (SKIDMORE, 1989).

Apesar do nome vitorioso no Colégio Eleitoral ter sido o de Tancredo Neves, quem assumiu a presidência foi seu vice, José Sarney. Isso porque entre janeiro e março de 1985, mês da cerimônia de posse, Tancredo Neves apresentou sinais de debilidade na sua saúde. Mesmo assim, ele se empenhou em uma intensa campanha no país, ganhando popularidade e simpatia de boa parcela da sociedade civil. Nesse período, seu quadro médico se agravou e ele foi submetido à cirurgia e uma série de exames, o que provocou grande expectativa e mobilização social em prol da sua recuperação. Assim,

Tancredo morreu a 21 de abril, na data simbólica da morte de Tiradentes. Multidões foram às ruas para acompanhar o corpo na saída de São Paulo, na passagem por Brasília e Belo Horizonte até o enterro em São João del Rei. Uma parte das manifestações resultava da comoção provocada pela morte de um presidente [...], mas havia também a sensação de que o país perdera uma figura política importante, em um momento delicado. (FAUSTO, ANO: 515).

Uma das primeiras medidas do governo Sarney, já em 15 de março, foi o estabelecimento do Decreto nº 91.144<sup>195</sup>, responsável por criar o Ministério da Cultura (MinC). Supõe-se que essa medida em muito foi resultado da intensa atividade desenvolvida dentro do MEC no campo da cultura, desde a reformulação administrativa pela qual ele passou em 1970, por meio do Decreto 66.967/70<sup>196</sup>, visando desenvolver mecanismo que atuassem no fomento de atividades artístico-culturais, sem desarticulá-las do aspecto pedagógico pelo qual o ministério também se orientava. Agora com a criação do MinC propunha-se a construção de uma política nacional de cultura condizente com os “novos tempos” pelo qual passava o país<sup>197</sup>.

### **3. “A ARTE NAS RUAS”: TENTATIVAS DE APROXIMAÇÃO COM A COMUNIDADE**

---

<sup>194</sup> Elaborada pelo Congresso Nacional que foi transformado em Assembleia Nacional Constituinte, por ocasião do Ato Institucional nº 4, baixado em 7 de dezembro de 1966, na vigência do governo Castelo Branco (1964-1967).

<sup>195</sup> Decreto n.º 91.144. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/12503/decreto-criacao-minc.pdf/44fecef5-12b2-4af7-a526-1b9b7768ff74>. Acesso em 10 de junho de 2014.

<sup>196</sup> Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d66967.pdf>. Acesso em janeiro de 2014.

<sup>197</sup> Decreto n.º 91.144. Exposição de motivos. Pág. 1.

Este último tópico pretende analisar a construção da programação artística do FASC e a relação mantida com a comunidade, tendo em vida que na década anterior, existiram queixas por parte desta, acusando os organizadores do Festival de não abrirem espaço para que os artistas e a população de São Cristóvão de um modo geral pudessem dar sugestões e participar ativamente da elaboração do evento.

Uma das principais finalidades do FASC era estabelecer formas de diálogo entre a UFS e a comunidade. Na prática, entretanto, o processo de entrosamento caminhava em direções nem sempre condizentes com tal meta. No quadro de membros das diversas comissões não havia representantes dos interesses de artistas locais nem da população sancristovense. Entre os representantes convidados estavam os das Prefeituras de São Cristóvão e Aracaju, do Governo estadual e da imprensa local. Apesar de dinamizar a vida cultural de Sergipe, proporcionando a artistas locais uma oportunidade de divulgarem os seus trabalhos, a relação Universidade/comunidade parece ter se configurado muito mais “de cima para baixo” do que propriamente através do diálogo, tão defendido pela filosofia da extensão universitária. Algumas matérias nos jornais indicavam as controvérsias dessa tentativa de aproximação:

a reclamação é uníssona de toda classe artística de Sergipe que mais uma vez ficou de fora da elaboração da programação e da comissão do festival. [...] O Festival vai acontecer quase que às escondidas. Ninguém foi convidado a participar da reunião [...] e a comissão traz algumas aberrações gritantes (com redundância e tudo) como o Prof. Homero da Área de Educação Física, de quem inclusive sou amigo pessoal, coordenando MÚSICA POPULAR. Mas que diabos, entende o Sr. Homero do movimento musical de Sergipe para coordenar um Festival de Arte, que queriam ou não, é o maior evento cultural do estado?

A comissão a que a notícia se refere é a de 1980, a primeira formada na gestão de Gilson Cajueiro<sup>198</sup>. Nos anos seguintes, continuaram a existir reclamações nesse sentido. Em 1984, o *Jornal de Sergipe* fez uma matéria em edição especial com questionamentos sobre o FASC para jornalistas e membros das comissões. Ao ser indagado sobre a participação dos moradores de São Cristóvão na elaboração do evento, o jornalista João de Barros, colunista do *Jornal da Cidade*, respondeu:

---

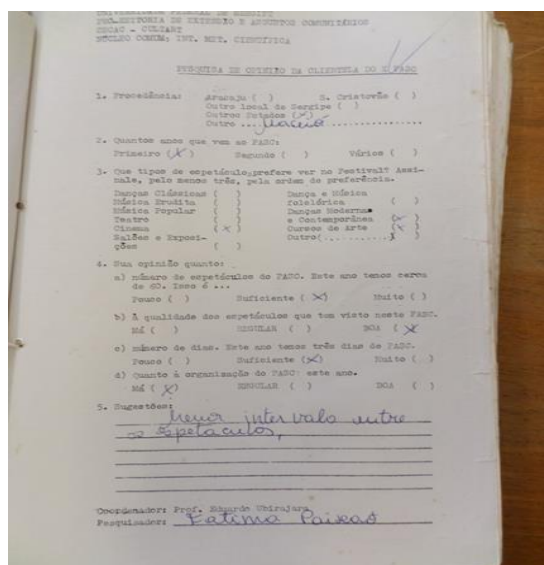
<sup>198</sup> Homero Brito de fato fez parte da Coordenação de Espetáculos, responsável por dirigir atividades sobre música popular. Fonte: “Comissão Central do IX FASC”. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC IX. Assunto Documentação das comissões e da Comissão Central. Caixa 03. Ano 1980.

O FASC sempre foi um pecador nesse sentido. Sempre foi uma festa de fora para dentro, sem pedir licença, impondo à comunidade local um tremendo auê [sic], para o qual ela não foi consultada, preparada, nem convocada para participar. Uma festa de estranhos na casa dos outros.<sup>199</sup>

Em uma conversa informal, Amaral Cavalcante disse que apesar de algumas investidas na busca de melhorar o entrosamento, o diálogo era praticamente superficial, configurando-se dessa forma, desde a criação do Festival, sem perspectiva de reais melhoras nos anos seguintes:

São Cristóvão era "ocupada" pela UFS e recebia a programação pronta. Lembre-se, trata-se da década de 70, onde as perspectivas de comunicação entre o poder e o povo estavam sendo, apenas, ensaiadas. Lembre-se, estávamos na era lisérgica<sup>200</sup> [sic] e falávamos uma linguagem diferente, contestadora.<sup>201</sup>

Numa tentativa de mudar essa situação, foi realizado em 1981 uma “Pesquisa de Opinião Pública da Clientela do X FASC”<sup>202</sup> com o objetivo de avaliar as impressões e aspirações dos espectadores. Foram distribuídos quatrocentos formulários para dentro e fora do estado. Apesar das principais dificuldades de comunicação se dar com a população de São Cristóvão, a maior parte das fichas foram preenchidas por moradores de Aracaju. Elas eram compostas por cinco questões, sendo as quatro primeiras objetivas, de múltipla escolha, e a última subjetiva.



Perguntava-se sobre qual a cidade do entrevistado, quantidade de vezes que participou do Festival, Exemplar do formulário da Pesquisa. [Fonte: Fundo FASC X. Cx. 02. Ano: 1981].

<sup>199</sup> *Jornal de Sergipe*. Edição especial. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Direção. Assunto Divulgação. Caixa 04-A. Ano 1984.

<sup>200</sup> Palavra própria do vocabulário de Química. Diz respeito a um composto cristalino que se forma a partir de ligações com alcaloides. Provavelmente, Amaral Cavalcante utilizou a palavra como uma metáfora para se referir às delicadas ligações entre a sociedade identificada com uma postura mais contestadora e instâncias ligadas ao poder, como a própria Universidade.

<sup>201</sup> Entrevista concedida à autora. Aracaju. Em 03 de junho de 2014.

<sup>202</sup> “Pesquisa de Opinião Pública da clientela do X Festival de Arte de São Cristóvão” – 1981. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASCX. Assunto: Documentação da comissão central. Ano 02. Ano: 1981.

espetáculo favorito, opinião sobre a programação artística e a organização, e por fim, deixava um espaço em branco para sugestões.

As respostas, em geral, tiveram dois temas principais: melhorar a infraestrutura (alojamentos, hotéis, restaurantes, impedir trânsito de veículos nos locais dos espetáculos e iluminação) e a organização das apresentações (marcar tempo de duração, melhorar acústica, evitar choques de horários e as alterações feitas de última hora). Ainda sobre as apresentações, houve uma grande demanda de pedidos de shows de MPB, citando nomes como Gilberto Gil, Moraes Moreira, Gal Costa, Caetano Veloso, dentre outros; seguindo-se da necessidade também de maior participação de artistas sergipanos, da ampliação do número de peças teatrais, folclore e de atividades infantis. Esta demanda também era perceptível em outros momentos. Uma matéria publica na *Gazeta de Sergipe* também exprimia insatisfação quanto a isso: “A comissão teima em não trazer um nome artístico de apelo popular pra a abertura”.<sup>203</sup>

A ausência destes artistas de renome nacional pode ser explicada muito mais pelo contexto de vigilância ao qual o Festival ainda estava submetido nessa primeira metade dos anos 80, que propriamente por falta de condições financeiras. Mesmo com o fim da censura prévia<sup>204</sup> em 1979 e o paulatino desmantelamento dos órgãos de informação e segurança, toda a programação artística continuou a ser enviada ao Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), do Departamento de Polícia Federal de Sergipe.

Sendo assim, manteve-se o procedimento ocorrido na década de 1970, com exceção do envio de materiais para a Assessoria de Segurança e Informação (AESI). Conforme indica José Vieira da Cruz (2012), não se sabe exatamente quando este órgão foi desativado na UFS, pois ainda hoje parece tabu, dentro desta instituição, falar sobre a existência da AESI. Os documentos encontrados são escassos e não dão conta de explicar sua extinção. Sabe-se apenas que isso ocorreu de modo legal com a Constituição de 1988, mas ao que tudo indica, ela se tornou inativa já no início dos anos 1980.<sup>205</sup>

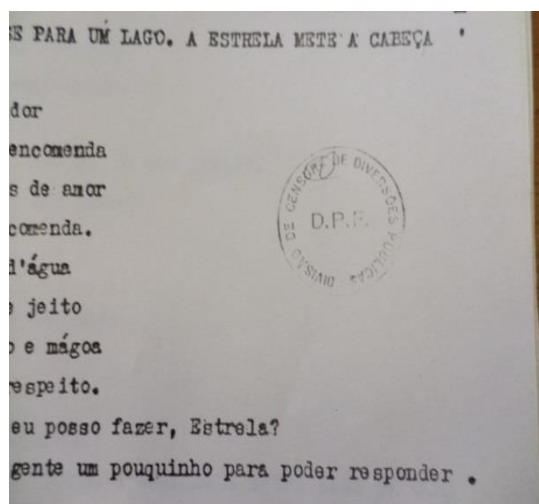
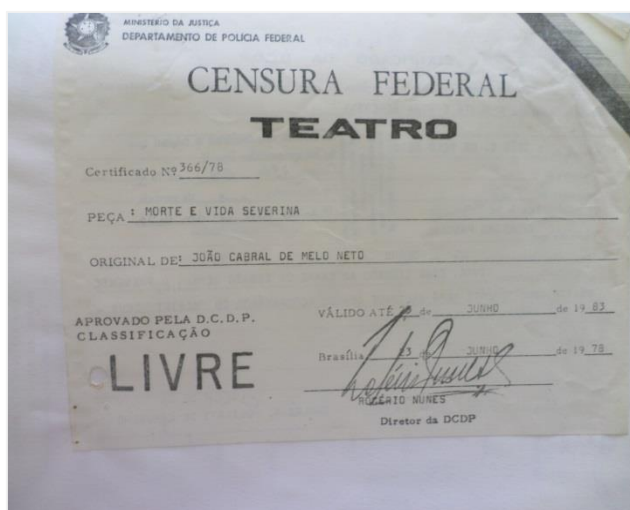
---

<sup>203</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 25 3 26 de outubro. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC X. Assunto: Divulgação. Caixa 04. Ano: 1981.

<sup>204</sup> O fim da censura prévia se deu através do Decreto 83.973/79, que tinha como principal objetivo abrandar as ações da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). A partir desse Decreto também foi criado o Conselho Superior de Censura, responsável por rever, em grau de recurso, as determinações da DCDP.

<sup>205</sup> Para a produção desta Sessão II, foi analisada toda a documentação de 1980 a 1985 presente no Arquivo Central da UFS, em especial as correspondências emitidas e recebidas pela Comissão Central, de modo que não foi encontrado nenhum diálogo entre esta e a AESI, nem informações que remetessem à permanência de seu funcionamento.

Só se apresentava no FASC os artistas convidados pela comissão, desde que cumprissem todos os requisitos exigidos: preenchimento correto da ficha de inscrição, dispor de cópias do *script* do espetáculo carimbadas pela censura e, por fim, apresentar o certificado de liberação da censura federal<sup>206</sup>. Toda essa documentação era repassada ao Chefe do SCDP que julgava ser conveniente ou não a proposta de programação e averiguava, nos ensaios da censura, a consonância da apresentação dos espetáculos com as determinações vindas dos censores de Brasília. No entanto, em decorrência do enfraquecimento do poder de atuação desse órgão, somado ao desprestígio da Ditadura, a censura nesses últimos anos se deu apenas no sentido de classificar a faixa etária do público, ou seja, estabelecer até que idade poderia assistir determinada apresentação. Houve apenas uma única exceção em 1984, quando o Grupo Teatral Imbuuçã<sup>207</sup> foi proibido de apresentar no FASC a peça *Escreveu não leu, cordel comeu*<sup>208</sup>.



Certificado da Censura Federal apresentado pelos grupos artísticos convidados. Carimbo da censura federal. [Fonte: Fundo: FASC IX. Cx. 07. Ano 1980].

Em geral, a lembrança da censura é associada diretamente ao período militar. No entanto, como já foi tratado na Sessão anterior, muito do aparato legal utilizado pelos censores já

<sup>206</sup> IX Festival de Arte de São Cristóvão. Normas. Item 4. Fundo: FASC IX. Assunto: Documentação das comissões e da comissão central. Caixa 03. Ano: 1980.

<sup>207</sup> O Grupo Imbuuçã de Teatro nasceu como resultado de uma série de ações promovidas pelo Serviço Nacional de Teatro, nos anos 1970. Em 1977, alguns diretores de teatro vieram à Aracaju para ministrar diversas oficinas de teatro. Ao final desse trabalho, foram realizadas apresentações. Devido ao sucesso que elas fizeram, um grupo de 36 participantes resolveu criar o Grupo Imbuuçã de Teatro. O grupo recebeu muita influência do Teatro Livre da Bahia, que utilizava o cordel como dramaturgia, ao trocarem experiências no Festival de Arte de São Cristóvão. Atualmente, dos trinta e seis integrantes da formação inicial permaneceram apenas dez. Fonte: site oficial do Grupo: <http://www.imbuaca.com.br/>. Acesso em 12 de junho de 2014.

<sup>208</sup> Programa Oficial do XIII Festival de Arte de São Cristóvão, examinado pelo SCDP. Observação: Não há na documentação o *script* da peça, impossibilitando uma análise sobre seu conteúdo. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XIII. Assunto: Correspondências/ Documentação da Coordenação Central. Caixa 01. Ano: 1984.

estava regulamentado desde 1946<sup>209</sup>. Deve-se também fazer uma diferenciação entre a censura política, aplicada à imprensa, e aquela imposta sobre as chamadas “diversões públicas”, sobre a qual essa pesquisa se debruça. A primeira foi explicitamente utilizada nos dois casos de ditadura existentes no Brasil: a do Estado Novo (1937-1945) e a Militar (1964-1985) e está legalmente abolida desde a Constituição de 1988, que marcou um dos principais passos na consolidação da democracia no-pós-85. Já a segunda, esteve presente de formas diferenciadas ao longo da história do país, sendo que a principal alteração durante os governos militares foi que ela passou a ser exercida, guiando-se por duas lógicas: a da preservação à “moral e aos bons costumes”, já conhecida pelos artistas, e a do combate a mensagens “subversivas”, agregando assim um sentido eminentemente político, aplicado com uma intensidade até então inexistente. Muito embora, compartilha-se aqui da percepção de que toda censura é um ato político<sup>210</sup>. (FICO, 2012).

Mesmo com a abertura política, os órgãos de censura continuavam atuando, demonstrando assim as contradições que envolveram esse processo. Segundo Carlos Fico, para a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) “era difícil lidar com a dubiedade da ‘abertura política’, que ao mesmo tempo afirmava a possibilidade de uma redemocratização e mantinha, não obstante, um instrumento como a censura dos costumes” (2012: 92). Isso porque o censura a temas políticos nas diversões públicas já era quase inexistente, diferentemente do que aconteceu com os temas ligados à ordem dos comportamentos e da moral, que continuaram sendo alvo da censura até 1988, mostrando assim a existência de permanências de práticas criadas ou intensificadas durante o período militar<sup>211</sup>.

Retomando a discussão sobre a programação do FASC, notou-se que durante o período de 1980 a 1985 manteve-se a proposta de elaborá-la com diversas manifestações artístico-culturais. Permanecia, portanto, a ideia de um festival “multi-arte”, usada inclusive para indicar a especificidade e identidade do evento. Geralmente, a diferença na quantidade de

---

<sup>209</sup> Decreto 20.493, de 24 de janeiro de 1946, responsável por regulamentar o Serviço de Censura de Diversões Públicas.

Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=77528&norma=104221>. Acesso em 18 de junho de 2013.

<sup>210</sup> Beatriz Kushnir, no livro *Cães de Guarda - Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, defende que toda censura é política, no sentido de derivar de uma atitude de dirigentes políticos, chefes do Estado, independentemente assim se ela tem o propósito de coibir “ameaças” à moral ou ao *status quo*, no sentido político restrito.

<sup>211</sup> Carlos Fico no seu artigo “Prezada censura: cartas ao regime militar” (2002) e Paulo Cesar de Araújo no livro *Eu não sou cachorro não – Música popular cafona e ditadura militar* (2010) apontam para dois importantes aspectos da censura durante o período militar: a participação e apoio de grupos da sociedade civil, bem como a tentativa de controle dos comportamentos, coibindo a difusão de condutas consideradas desviantes da “moral e dos bons costumes.”

espetáculos por gênero era pequena, principalmente entre os de música, folclore e teatro, que eram apresentados em maior número. Notou-se, porém, que na área das apresentações musicais, o estilo popular continuava, tal como se deu nos anos 70, a ter pouco espaço, embora fizesse muito sucesso no país.

Conforme explica Luiz Tatit (2004), a consolidação da identidade musical brasileira se deu com a canção, marcada pela oralidade e influência dos mais diversos grupos sociais, afastando-se do excessivamente abstrato e sublime da tradição musical europeia. Essa influência do popular está presente, por exemplo, nas partituras de Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazareth e Villa Lobos, refletindo uma característica que irá perdurar na música brasileira: a circularidade entre o erudito e o popular, resultado de influências mútuas que se confluíam na elaboração das canções.

Durante o FASC, no entanto, o estilo musical posto em maior quantidade era o erudito, com apresentações de corais, orquestras e bandas sinfônicas. Considerando que os artistas locais e a comunidade não participavam da escolha dos espetáculos e que o FASC atendia aos interesses da Universidade e do MEC em usar a extensão cultural como instrumento pedagógico para imprimir na comunidade valores educacionais e civis, guiados por suas diretrizes; conclui-se então que a preferência por espetáculos de música erudita se enquadrava nessa proposta de levar “conhecimento” ao povo, “civilizá-lo” através da arte. Em contrapartida, esse tipo de posicionamento gerava duas consequências contraditórias: ao mesmo tempo em que legitimava a aproximação da UFS com a comunidade, apresentando aquela como *locus* do conhecimento, comprometia a construção do próprio diálogo, gerando insatisfações pela forma como a programação era produzida e imposta. O estilo popular, por sua vez, ficava muito mais restrito às manifestações folclóricas, também articuladas com a ideia de identidade nacional, na qual o “povo” é representado de forma romântica, valorizando tradições e elementos aglutinadores, enquanto os conflitos sociais são maquiados.

Foi somente a partir de 1982 que começou a se delinear ações mais contundentes de aproximação com a comunidade em busca de apoio e também de legitimação, já que a partir deste ano, a própria competência do reitor Gilson Cajueiro em administrar a UFS estava sendo posta em cheque.

Através da pesquisa aos jornais, pôde-se perceber alguns reflexos dessas ações. A *Tribuna de Aracaju*, publicou uma matéria intitulada “Um festival com a comunidade”<sup>212</sup>, propagandeando a realização de reuniões na UFS a fim de ouvir sugestões da população e obter seu apoio para o XI FASC:

Com toda gente especialmente convidada, marcando presença lá no Campus Universitário, foi realizado no dia passado [30 de junho de 1982] a primeira de uma série de reuniões tendo em vista o Décimo Primeiro Festival de Arte de São Cristóvão, que buscará a todo custo a participação efetiva da comunidade. A reunião contou com a participação direta do reitor Gilson Cajueiro de Hollanda que demonstrou sua preocupação quanto a um trabalho desenvolvido com a comunidade, e não para a comunidade.

Outra medida tomada em 1982 diz respeito à elaboração da programação. Buscando dar mais espaços aos artistas locais, foi preparado a “Noite da música sergipana”<sup>213</sup>, no segundo dia do evento, exclusivamente com show de música popular apresentado por músicos do estado. Provavelmente, houve aí o interesse de agradar ao público, atendendo a uma demanda que vinha se repetindo há anos. Ainda assim, é importante mencionar que os espetáculos de música erudita e de folclore estavam em maior número<sup>214</sup>.

A falta de dinheiro em 1983, paradoxalmente, ajudou na aproximação dos organizadores com a comunidade por duas razões complementares: primeiro, gerou um sentimento de luta pela manutenção do Festival; e segundo, permitiu espaço ainda maior para a participação dos artistas locais já que não havia recursos suficientes para arcar com as despesas da contratação de vários grupos de fora<sup>215</sup>. Tendo por tema “Nordeste: nossa cultura”, destacou-se em quantidade o número de espetáculos folclóricos produzidos por grupos sergipanos, que em geral tiveram boa repercussão:

Se lembro bem, a UFS alertou em tempo, sobre a crise financeira existente, que poderia até mesmo acabar com o FASC... Se lembro bem, toda comunidade se levantou contra essa possibilidade, afirmando que o FASC deveria acontecer de

---

<sup>212</sup> *Tribuna de Aracaju*. 01 de julho de 1982. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XI. Assunto: Concursos/Documentação das Comissões/ Divulgação. Caixa 06. Ano: 1982.

<sup>213</sup> *Folder* do XI FASC. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XI. Assunto: Concursos/Documentação das Comissões/ Divulgação. Caixa 06. Ano: 1982.

<sup>214</sup> *Idem*.

<sup>215</sup> Programa Oficial do XII FASC. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XIII. Assunto: Documentação da Coordenação Central/ Correspondências. Caixa 02. Ano: 1983.

qualquer maneira [...] Com base em tudo isso, assistimos a um Festival de Arte mais calmo, mais tranquilo, com oitenta por cento de sua programação ocupada por grupos locais, que justiça seja feita, deram seu recado da melhor maneira possível.<sup>216</sup>

A elaboração das próximas edições manteve o cuidado de se aproximar mais dos interesses da comunidade, pelo menos se passou a divulgar mais esse propósito. Notou-se que uma das medidas tomadas para tal foi a contratação de artistas mais reconhecidos, com boa expressão local ou nacional, apostando nas apresentações de música popular como um dos principais atrativos. Nesse sentido, o XIII FASC, de 1984, foi aberto pelo Mestre Sivuca, conhecido nacionalmente, e com trabalhos também fora do país<sup>217</sup>, pela sua performance musical peculiar, com grande desenvoltura em diversos instrumentos musicais, em especial na sanfona. Sua presença no Festival foi, portanto, um dos maiores destaques<sup>218</sup>.

Semelhante em 1985, no XIV FASC, um dos espetáculos mais comentados foi o “Show de Música Popular Brasileira”<sup>219</sup>, constituído por quatro apresentações independentes de artistas sergipanos, com destaque para Chico Queiroga e o Grupo Cataluzes, com os shows “Noites Morenas” e “Relógio Solar”, respectivamente. Ambos possuíam notoriedade no estado, pelos trabalhos musicais ligados à MPB.

Este último Festival foi o primeiro a ser realizado no contexto de transição política. O fim da ditadura brasileira parece ter produzido reflexos no projeto organizativo do FASC, pois, ao menos na teoria, era quase unânime a ideia de que ele entraria em uma nova fase, na qual poderia desfrutar de mais liberdade de atuação e melhor comunicação com a sociedade. A imprensa divulgava que nesse ano, o evento traria uma “filosofia afiada com os novos tempos em que vive o país”<sup>220</sup>. O professor Antônio Garcia, presidente da Academia Sergipana de Letras, foi uma das pessoas que saíram na defesa de mudanças na proposta do FASC:

---

<sup>216</sup> *Jornal da Cidade*. Coluna João de Barros. Aracaju. 01 de novembro de 1983. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Correspondência /Relatório. Caixa 01-B. Ano: 1983.

<sup>217</sup> Nascido em Itabaiana, na Paraíba, no ano de 1930, Severino Dias de Oliveira, o mestre Sivuca, foi maestro, compositor, instrumentista, arranjado e cantor, tornando-se um dos principais músicos brasileiros. Ficou conhecido nacionalmente e internacionalmente por suas habilidades musicais. Desenvolveu trabalhos em Portugal, Paris, Escandinávia, Japão e Nova York. Morreu em 2006, aos 76 anos de idade. Fonte: [www.sivuca.com.br](http://www.sivuca.com.br). Acesso em 17 de junho de 2014.

<sup>218</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 05 de dezembro de 1984. *Tribuna de Aracaju*. 07 de dezembro de 1984. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Direção. Assunto Divulgação. Caixa 04-A. Ano 1984.

<sup>219</sup> *Tribuna de Aracaju*. 20 de novembro de 1985. *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 22 de novembro de 1985. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Divulgação. Caixa 04-B. Ano 1985.

<sup>220</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 30 de novembro de 1985. *Ibid.*.

O professor Antônio Garcia [...] afirmou [ao tratar das sessões culturais] que “há uma diferença das que foram feitas anteriormente e a deste XIV FASC, afinadas com o espírito da Nova República”. Antônio Garcia ressaltou que por causa do regime autoritário, entremeava-se os anseios populares com temas acadêmicos ligados à história, à poesia, ao conto e à cultura clássica, mas, uma vez desencadeado o processo democrático no país, não há mais necessidade de camuflar a atividade cultural.<sup>221</sup>

Aliado a isso, difundia-se que o evento se tornaria menos elitizado<sup>222</sup> e que teria a possibilidade de se reestruturar devido ao retorno de Clodoaldo de Alencar Filho à sua organização<sup>223</sup>, pois ele esteve à frente, juntamente com Albertina Brasil, dos tempos tidos como “áureos” do FASC, ou seja, as primeiras edições na década de 1970. Isso revela a contradição de interesses e opiniões sobre o evento, pois se para alguns a auge do evento foi nesse período, para outros ele se configurou como o mais elitista e esvaziado de diálogo com a comunidade.

Agora, com o processo de redemocratização em andamento, ampliavam-se as possibilidades de criação de mecanismos favoráveis à fomentação do debate e do diálogo. O FASC tinha, portanto, o desafio de se enquadrar nos novos tempos, pois não poderia mais se esconder à sombra de um estado autoritário e do controle que ele impôs sobre as artes para justificar as dificuldades em permitir a livre circulação de ideias e de manifestações artístico-culturais.

Nesse primeiro momento, ao analisar apenas o FASC de 1985, não é possível identificar se ele de fato estava “afinado com o espírito da nova república”, até porque as mudanças tenderam a se processar mais lentamente no processo de consolidação da democracia. Durante treze anos o Festival foi promovido sob a égide dos governos militares. Interessa saber, portanto, como ele se desenvolveu nos próximos dez anos em que foi produzido pela UFS, sendo necessário para tal um estudo das rupturas e permanências verificadas nessa nova fase.

---

<sup>221</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 1 e 2 de dezembro de 1985. Ibid.

<sup>222</sup> *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 10 e 11 de novembro de 1985. Ibid.

<sup>223</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 20 de junho de 1985. Ibid.

### **III. A “GRANDE PEDINTE” E A TRANSFERÊNCIA DO PROJETO DO FASC PARA OS PODERES ESTADUAL E MUNICIPAL (1986-1995)**

O período aqui analisado se caracterizou pelo restabelecimento da democracia, com o retorno da sociedade civil às instâncias de poder. Apesar do primeiro Presidente dessa nova fase ainda ter sido eleito pelo voto indireto, o processo de conquista do direito de escolha dos representantes políticos já se configurava praticamente irreversível diante da força de movimentos sociais em prol desse fim e do modo como a Ditadura civil-militar foi perdendo sua hegemonia, apresentando-se de forma desprestigiada, com os militares apontados como os “grandes responsáveis”, se não os únicos, por todas as arbitrariedades cometidas e pelo estado de instabilidade em que chegara o país, especialmente no campo econômico. (TELES; SAFATLE, 2010).

A política desenvolvimentista que outrora serviu de legitimação dos governos militares, principalmente os de Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974), era agora usada para expressar sua incompetência devido às consequências desastrosas que ela, aliada à crise mundial do petróleo, posteriormente acarretou, como aumento da dívida externa, congelamento dos salários, inflação e desempregos.

Os meados dos anos 1980 e o início da década de 1990 foi um período, portanto, marcado pela negação do passado recente, numa busca de afastamento da herança deixada pela Ditadura, pretendida mesmo por aqueles que a apoiaram (lembrando que no momento de preparação do golpe em 1964 foi bastante significativa a articulação de grupos civis, em particular grande parte do empresariado e os demais opositores de João Goulart, com os setores das Forças Armadas simpáticos à intervenção). Isso também pôde ser percebido entre aqueles que foram coniventes e aceitaram pela omissão a implantação de um Estado autoritário, se beneficiando dele enquanto podia. Basta lembrar que durante a “era do milagre econômico”, apesar de todas as controvérsias que envolvem esse termo, o Governo teve grande popularidade entre largos setores da sociedade.

Com o fim da Ditadura, porém, parece ter-se estabelecido duas espécies de grupos antagônicos, de relações quase isoladas, frequentemente interpretadas numa lógica maniqueísta: “autoritários x democráticos”, “militares x civis”. Percebem-se aí as lutas de

representação e de memória, cuja problemática fundamental é o ordenamento da própria estrutura social. Ou seja, diante de uma conjuntura político-social que enseja descontinuidades, os conflitos de interesses tendiam a se intensificarem num esforço de autolegitimação e negação mútua. Evidentemente que a chamada “sociedade civil” é um campo bastante extenso, complexo e múltiplo, formada por diversos grupos sociais de aspirações quase sempre diferenciadas, quando não divergentes. Nesse sentido, não basta considerar apenas as práticas decorrentes dessa sociedade (que de modo geral se traduziram, nesse primeiro momento, em lutas pelo retorno do Estado de direito), nem tão pouco enquadrá-la como pertencente a um bloco com homogeneidades ideológicas. Com base na proposta de Roger Chartier para o entendimento da multiplicidade da dinâmica social, entende-se que dentro dessa aparente unidade da sociedade civil, no contexto de pós-85, existiram vários conflitos de interesses entre diferentes grupos, os quais tendiam a generalizar suas aspirações, representando-as como as da própria “sociedade civil”, num desejo de alcançar novos espaços, de maior destaque, na reestruturação administrativa das instâncias de poder, decorrentes do processo de transição política.

A proposta desta Sessão, no entanto, não é adentrar nos meandros da constituição dos diversos projetos políticos e sociais no cenário de crise da Ditadura e retorno à democracia. Busca-se compreender como o Festival de Arte de São Cristóvão, nosso objeto de investigação, foi conduzido pela Universidade Federal de Sergipe e como ela se articulou para alcançar os recursos financeiros necessários à sua execução. Para isso, foram utilizadas diversas fontes documentais, entre elas os Projetos anuais do FASC, *folders* das programações, comunicações internas, portarias, ofícios, convênios, tabelas com previsão de gastos e custos orçamentários, recortes de jornais, organograma das comissões e correspondências. Todo esse material encontra-se disposto no acervo do FASC, presente no Arquivo Central da UFS. A fim de complementar a pesquisa à imprensa, também foram utilizados jornais presentes no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Além disso, também foram explorados relatos das experiências vividas por alguns membros das comissões organizadoras do evento, a partir de entrevistas realizadas pela autora.

Após 1985, o Festival esteve diante da perspectiva e desafio de modificar o seu perfil, possibilitando o debate e o diálogo efetivo com a comunidade, tão cobrados ao longo dos últimos anos. Esse desafio de aproximação com o público compôs a dinâmica das últimas nove edições do evento. Nove e não dez. Isso porque o último FASC abrangeu o final de 1994

e o início de 1995. Não havendo assim, como se esperava, uma edição para cada ano. Depois desse período, ele só veio reaparecer em 1997, mas com uma estrutura diferenciada, porquanto passou a ter como principal promovedor a Prefeitura de São Cristóvão. A Universidade entregou a responsabilidade do Festival ao Prefeito do município, Armando Batalha (1996-2000/ 2000-2004)<sup>224</sup> e a partir daí passou a atuar apenas como colaboradora, mas de modo muito mais discreto.

Esse período do FASC, de 1997 a 2005, correspondente ao domínio do poder público local, não foi contemplada por essa pesquisa, porque a abordagem pretendida tem como foco a ingerência do Estado na Universidade como estratégia de legitimação, criando mecanismos de cultivo de uma cultura cívica, tendente a fomentar o amor pela pátria, sentimento de identidade nacional e consensos. Observou-se que isso esteve presente no FASC especialmente na década de 1970, quando sua promoção em muito estava atrelada à comemoração da independência do Brasil. Já no decênio seguinte o Festival aparece com outro enfoque, que já vinha delineando nos últimos anos, mas que nos anos 1980 ganhou um contorno mais nítido, estando mais ligado às questões locais. Ainda assim, até 1995, ele continuou sendo organizado pela Universidade com a participação financeira de órgãos federais. Busca-se perceber como as mudanças no Governo Federal alteraram as relações deste com a UFS e conseqüentemente, como se comporta o FASC nesse período, marcado por transições e defesa da democracia; ou seja, que papel o Festival passou a ocupar nessa nova conjuntura política.

No período pós-85, a Universidade procurou tornar-se mais aberta para o desenvolvimento das ciências e em defesa das liberdades, alterando, em função da própria complexidade da sociedade, as relações com o Estado, que se configurava como democrático por garantir a representação política, ao mesmo tempo em que mantinha os resquícios dos tempos da Ditadura, especialmente nos primeiros anos, antes da promulgação da Constituição de 1988. Até aí, alguns aparatos largamente utilizados pelo período militar continuaram a existir, pelo menos legalmente, como o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), apesar de se encontrar bastante desgastado e sem respaldo na realização de suas atividades.

---

<sup>224</sup> Armando Batalha de Gois, nasceu em 1963 e tornou-se um político sergipano. Foi vereador (1993) e depois prefeito da cidade de São Cristóvão em dois mandatos consecutivos a partir de 1996. Na sua gestão realizou-se anualmente o Festival de Arte de São Cristóvão. Posteriormente em 2007, tornou-se deputado estadual e 2008 e 2012 foi candidato derrotado nas eleições para prefeitura de São Cristóvão.

Fonte: Assembleia Legislativa de Sergipe. Disponível em [http://www.al.se.gov.br/biografia.asp?numeropolitico=487&foto=dep\\_armando\\_batalha.jpg](http://www.al.se.gov.br/biografia.asp?numeropolitico=487&foto=dep_armando_batalha.jpg). Acesso em 15 de junho de 2014.

Importa, portanto, perceber como a Universidade Federal de Sergipe se articulou para manter o FASC após a Ditadura, já que ele em grande medida ele foi criado para atender às necessidades da política cultural dos governos militares, comprovados pelos altos investimentos públicos nos primeiros anos dos eventos, conforme discutidos anteriormente. Esta terceira fase do Festival esteve compreendida por três mandatos presidenciais: José Sarney (1985-1990), Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994). Eles serão analisados a partir das medidas tomadas com relação à política cultural, a fim de perceber como influenciou no Festival o posicionamento destes governos com relação à promoção de atividades artístico-culturais.

Não se pode desconsiderar, entretanto, os interesses próprios da UFS em criar e manter o evento, visto que este também representava a ponte de comunicação e, em grande medida, de legitimação de tal instituição com a comunidade em que ela estava inserida. O que teria levado a UFS a desistir daquele que foi o seu primeiro megaevento (e um dos mais importantes) de extensão cultural? Como o FASC foi organizado e se caracterizou nesses últimos nove anos? Este momento da pesquisa inspirou-se nas reflexões propiciadas por estas indagações.

## **1. O FASC NO PÓS-85: VÔOS RASTEIROS EM DIREÇÃO AOS NOVOS TEMPOS**

Entre os dias 24 a 26 de outubro de 1986, o XV FASC foi realizado na cidade de São Cristóvão, tendo por tema “O indianismo nas artes”. O reitor Eduardo Garcia, a pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários, Maria da Glória S. de Almeida e a nova diretora do Centro de Cultura e Arte (CULTART), Tereza Prado, elaboraram o Projeto desse evento, no qual já se encontravam presentes reflexões sobre as dificuldades de permanecer levando adiante esta empreitada:

O histórico da preparação dos Festivais mostra anos de garantida realização e anos de difícil planejamento. As dificuldades, advindas da escassez de recursos. Em momento algum, a Universidade pôde arcar os custos de um evento dessa monta.

O Governo do Estado tem contribuído com a maior parcela financeira exigida para a realização deste. A FUNARTE, a Fundação Roberto Marinho, junto com outras instituições e empresas, de diferentes formas, também vêm contribuindo para tornar

a realização do Festival o ponto culminante do Calendário Artístico da UFS e também o maior evento cultural do Estado. Num esforço conjunto, todos contribuem para que a Universidade Federal de Sergipe consiga ampliar sua política de extensão cultural, atuar como polo irradiador de cultura.<sup>225</sup>

A ideia de tornar a UFS um centro irradiador da cultura estava presente desde o momento de formação do FASC, em 1972. Pode-se dizer que tal posicionamento lhe custou caro, pois sendo a UFS o *locus* irradiador e centralizador, os espectadores operavam então como agentes meramente receptivos do conhecimento que dela emanava. Os próprios grupos artísticos tinham assim seu valor, nessa lógica, muito mais devido ao fato de serem convidados pela Universidade do que propriamente pelo que ofereciam independente dela. Por diversos motivos, muitos artistas ficavam à margem desse Festival, ocultados ou esquecidos, não intencionalmente por exigência do processo de seleção ou propositadamente por não corresponderem aos interesses dos organizadores, encontrando assim maiores dificuldades para divulgarem seu trabalho.

Mesmo após a Ditadura, o processo seletivo dos artistas que iriam compor a programação tinha como um dos critérios a entrega do certificado de liberação da censura de Brasília, bem como as cópias do *script* carimbas pelo SCDP de Sergipe. Isso leva a refletir sobre a atuação dos organizadores do Festival, que mesmo na ausência do Estado autoritário, optaram pela permanência da censura. Conforme Carlos Fico (2002) a prática da censura não deve ser remetida apenas aos censores, ao aparato institucional utilizado pelos governos militares, sendo importante atentar para a existência de uma demanda social a favor dela, chegando a cobrar ações mais enérgicas e eficientes dos órgãos responsáveis por esta atividade. Semelhantemente, o trabalho de Paulo Cesar de Araújo (2012) aponta que o autoritarismo não era restrito apenas ao sistema político, com os militares governando o país de forma arbitrária; mas estava também – e em certo sentido ainda permanece – enraizado nas relações sociais norteadas pelo autoritarismo e conservadorismo, sendo estas características da sociedade brasileira que se manifestam em atitudes de discriminação racial, de gênero, classe, dentre outras formas de exclusão.

---

<sup>225</sup> Projeto XV Festival de Arte de São Cristóvão. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XV. Assunto: Documentação da Coordenação Central / Documentação das Comissões de Cursos. Caixa 02. Ano: 1986.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

ESPECTÁCULO TEATRAL

CERTIFICADO Nº 14.814 DATA 28 MAIO DE 1987 28 MAIO DE 1987

TÍTULO A FUGA DAS NOTAS MUSICAIS

AUTOR(S) PAULO CÉSAR DE SOUZA BARROS

CLASSIFICAÇÃO **LIVRE**

CERTIFICADO DE LIBERAÇÃO

RAYMUNDO BUSTACQUIO DE MESQUITA  
DIRETOR/DCDF - EM EXERCÍCIO

TÍTULO A FUGA DAS NOTAS MUSICAIS  
ESPÉCIE PEÇA TEATRAL CERTIFICADO Nº 14.814

RESUMENTE: PAULO CÉSAR DE SOUZA BARROS = ARACAJU/SE.

DECISÃO: LIVRE. CONDICIONADA AO EXAME DO ENSAIO GERAL. ESTE CERTIFICADO SÓ TERÁ VALIDADE QUANDO ACOMPANHADO DO SCRIPT DEVIDAMENTE CARIMBRADO PELA DCDF.

RSB 28 DE MAIO DE 87

VILMA HELENA SANAN DOMINGOS  
CHEFE DO SC/DCDF - SUBST.ª

Certificado de liberação da censura federal, enviado por artistas à Comissão organizadora do FASC, em 1986 e 1987. [Fonte: Fundo: FASC XVI. Cx.02. Ano 1987. Fonte: Fundo: CULTART/COARVIS. Cx.01. Ano 1986].

Não se pode determinar ao certo quais motivos levaram a Comissão organizadora do FASC a manter a exigência dos certificados e a enviar a programação ao SCDP<sup>226</sup>. Cabe dizer apenas que este tipo de posicionamento mostra continuidade de uma estrutura administrativa que censura, utilizando-se de resquícios do aparo legal deixado pela Ditadura, conforme expõe o ofício<sup>227</sup> enviado à Comissão por um diretor de um grupo de teatro:

Pelo presente estamos enviando (anexo) a Vossa Senhoria, os documentos CÓPIA LIBERADA DO TEXTO, REALEASE [liberação para divulgação pública], LIBERAÇÃO DA CENSURA FEDERAL, SBAT [Sociedade Brasileira de Autores] e o HISTÓRICO RESUMIDO DO GRUPO, que foram solicitadas para o XVI FASC – FESTIVAL DE ARTE DE SÃO CRISTÓVÃO.

Somente depois da publicação da nova Constituição, em 5 de outubro de 1988, e a consequente extinção dos órgãos de censura, que os organizadores do Festival passaram a

<sup>226</sup> Foram encontrados nos Fundos arquivístico do FASC referentes aos grupos artísticos de 1986 e 1987 os seguintes documentos: certificados de liberação da censura federal e a lista de alguns espetáculos da programação liberados pelo Serviço de Censura do Departamento de Polícia Federal de Sergipe. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XV. Assunto: Grupos Artísticos. Caixa: 07-A. Ano: 1986. Fundo: FASC XVI. Assunto: Documentação da Coordenação Central/ Documentação das comissões. Caixa 02. Ano 1987.

<sup>227</sup> Ofício nº 050/87. Aracaju, 19 de outubro de 1987. Do diretor do Grupo “Asas” de teatro, Paulo Barros, para Isaac Enéas Galvão, Coordenador na Área de Teatro do XVI FASC. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XVI. Assunto: Documentação da Coordenação Central/ Documentação das comissões. Caixa 02. Ano 1987.

exigir apenas a entrega do currículo dentro do prazo estabelecido, no qual constava o histórico do artista ou grupo, formação, indicação e/ou recebimento de prêmios e participações em Festivais anteriores, bem como o valor do *cachet* solicitado<sup>228</sup>.

Os procedimentos adotados pela Comissão na preparação do Festival, símbolo da extensão cultural da UFS, tendiam contraditoriamente a comprometer o diálogo com a população e a bloquear a livre participação de artistas. Ao longo dos anos isso foi questionado várias vezes na imprensa, e no pós-85 o nível de insatisfação parece ter aumentado, principalmente porque a permanência desses procedimentos associava a imagem da UFS a uma instituição reacionária, desarticulada com a nova conjuntura política:

a queixa maior é por parte da população de São Cristóvão que afirma não ter sido consultada para elaborar a programação. Segundo ela, tudo foi empurrado “guela abaixo” pela Universidade. Isso não é de admitir, principalmente agora, quando o país está vivendo numa democracia.<sup>229</sup>

A necessidade de mudança do esquema organizativo do FASC ficou evidente em vários momentos. O que de início aparecia muito mais nos comentários da imprensa passou a ser reconhecido também pelos organizadores, principalmente a partir dos anos 1980 quando as críticas à má administração do evento, combinados a uma crise interna na UFS com pedidos de demissão e à crescente diminuição dos recursos financeiros fomentaram entre os responsáveis pelo Festival a percepção quase unânime de era preciso pensar novos caminhos na formulação e execução do evento. O que pode ser notado, por exemplo, no relatório da décima quinta edição (1986), no item *Conclusão*, onde aparece o seguinte:

d) O FASC – é uma conquista dos sergipanos que necessita [de] uma redefinição, uma reestruturação em relação à:

1 - Cidade de São Cristóvão (mero palco de sua realização).

2 - Comunidade Artística – cujo saldo é apenas o cachet pago pelas suas apresentações no FASC.

---

<sup>228</sup> Critério de inscrição. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XXII. Assunto: Grupos Artísticos. Caixa 07. Ano: 1993.

<sup>229</sup> *Gazeta de Sergipe*. 28 de outubro de 1986. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XV. Assunto: Grupos Artísticos/ Divulgação/ Mostras e Exposições. Caixa 07-B. Ano: 1986.

3 - A Universidade Federal de Sergipe que precisa se descaracterizar como “a Grande Pedinte” dos recursos para efetivação do Festival.

e) É urgente a necessidade do encontro de todas as entidades e órgãos de cultura para discutir a Ação da Política Cultural e a produção artística de nosso estado.

f) Aprovação unânime da proposta de realização de um “SEMINÁRIO” para discutir e redefinir o FASC.<sup>230</sup>

Curiosamente esse Relatório não foi assinado, sendo substituído por outro que não trazia essas informações, elaborado pela pró-reitora de Extensão Maria de Almeida<sup>231</sup>.

Para a execução dessa edição foi estipulado o valor de mais de um milhão de cruzados (Cz\$ 1.423.000,00<sup>232</sup>), muito embora os gastos, mais uma vez, superaram essa previsão. No governo de José Sarney, a moeda nacional passou a ser o cruzado, a partir de fevereiro de 1986, como resultado das medidas decorrentes do Plano Cruzado, destinado a diminuir a inflação, agravada pela situação de crise econômica. A medida surtiu alguns efeitos, mas não em longo prazo, pois em 1989 a moeda foi novamente alterada, passando a ser o cruzado novo, sendo substituída na gestão do governo Collor pelo cruzeiro, demonstrando assim a permanência, nos anos 1980, do elevado grau de instabilidade financeira do país.

Quanto ao orçamento do FASC, grande parte daquele valor de custo previsto no projeto era destinada ao pagamento dos artistas e alugueis de espaços. O espetáculo de maior ocorrência nos custos da planilha de 1986 foi o de música popular, superando mais que o dobro o de música erudita, seguindo-se de folclore e teatro. Paralelo a isso, também ocorreu os Salões de artes plásticas, fotografia, artesanato e literatura.

O Governo de Sergipe deu uma contribuição mais modesta se comparada aos cem milhões de cruzeiros do ano anterior, não passando desta vez dos 3.076.000,00 cruzados<sup>233</sup>. Este ano houve eleições para governador, sendo eleito Antônio Carlos Valadares (1986-1990), candidato apoiado por João Alves Filho. Essa alteração de gestão pode ter implicado na diminuição dos recursos, sendo importante considerar também os gastos com a campanha eleitoral, além da cotação da nova moeda que surgiu para tentar solucionar os problemas

---

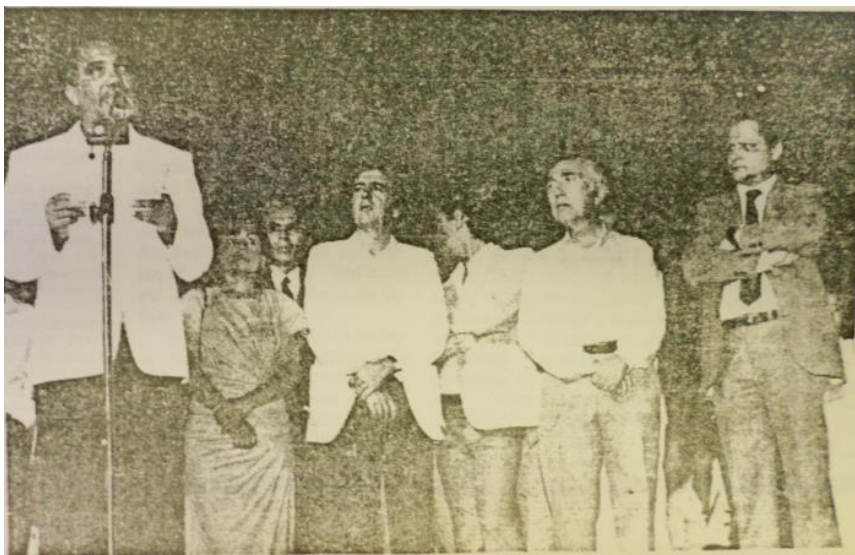
<sup>230</sup> Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Centro de Cultura e Arte. Relatório do XV Festival de Arte de São Cristóvão (Substituído). Fundo: FASC XV. Assunto: Documentação da Coordenação Central/ Documentação das Comissões de Cursos. Caixa 02. Ano: 1986.

<sup>231</sup> Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Centro de Cultura e Arte. Relatório do XV Festival de Arte de São Cristóvão. Ibid.

<sup>232</sup> Projeto do XV Festival de Arte de São Cristóvão. Ibid.

<sup>233</sup> Portaria nº 040, de 20 de janeiro de 1986. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Documentação Administrativa. Caixa 01. Ano: 1986.

causados pela inflação e a conseqüente desvalorização do cruzeiro. Mas ainda assim, o então governador João Alves Filho continuou a ter sua imagem atrelada ao financiamento do Festival, fazendo uso dele para difundir discursos propagandísticos de sua administração, no que tange ao apoio ao setor cultural.



João Alves Filho, à esquerda, discursando na cerimônia de abertura do XV FASC, em 1986. No canto direito, com os braços cruzados, o reitor Eduardo Garcia. [Fonte: *Jornal da Manhã*. 26 e 27 de outubro. Fundo FASC XV. Cx. 07-B. Ano 1986].

Quanto aos investimentos do MEC e do Ministério da Cultura (MinC), estes foram aplicados em atividades gerais do CULTART<sup>234</sup>. Ambos estavam apresentados como patrocinadores do FASC<sup>235</sup>, embora a documentação financeira existente não apontasse o quanto foi destinado especificamente para o evento. A FUNARTE, por sua vez, investiu apenas na II Semana de Folclore<sup>236</sup>, uma atividade promovida pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários juntamente com o CULTART, nos meses de julho e agosto, com o propósito de comemorar o dia do folclore (22 de agosto), incentivando e divulgando apresentações de grupos de projeção folclórica nas redes de ensino estadual e municipal<sup>237</sup>.

Uma das principais mudanças no âmbito da cultura durante o governo Sarney foi a criação do Ministério da Cultura, como já trabalhado em outro momento, através do Decreto 91.144<sup>238</sup>, em 15 de março de 1985, com a justificativa de melhor estruturar a política nacional de

<sup>234</sup> O MEC através da Secretaria de Ensino Superior (SESU) destinou 90.000 cruzados para o CULTART, e o MinC, através do Instituto de Arte e Projeto (INAP), 115.000,00. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Documentação Administrativa. Caixa: 01. Ano 1986.

<sup>235</sup> Folder da XV edição. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XV. Assunto: Grupos Artísticos / Divulgação / Mostras e Expedições. Caixa 07-B. Ano: 1986.

<sup>236</sup> A FUNARTE destinou para a II Semana de Folclore a quantia de 15.804.000,00 cruzados. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Direção. Assunto Documentação Administrativa. Caixa 01. Ano 1986.

<sup>237</sup> Projeto II Semana de Folclore. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Documentação administrativa/Cursos/Eventos. Caixa 02. Ano: 1986.

<sup>238</sup> Disponível em <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/12503/decreto-criacao-minc.pdf/44fecef5-12b2-4af7-a526-1b9b7768ff74>. Acesso em 10 de junho de 2014.

cultura. A nova pasta era constituída pelo Conselho Federal de Cultura (CFC), Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), Conselho Nacional de Cinema (Concine), Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), Fundação Nacional Pró-Memória, Fundação Casa Rui Barbosa, Fundação Joaquim Nabuco, Secretaria da Cultura e Empresa Brasileira de Filmes S/A (Embrafilme)<sup>239</sup>. Essa medida manteve o desenvolvimento de ações para o fortalecimento da área cultural, conforme vinha se delineando desde os anos 1970, com a reformulação da estrutura administrativa do MEC<sup>240</sup>. Entretanto, houve um movimento de ruptura e esquecimento da herança do período militar, ocorrendo, nesse sentido, uma descontinuidade de ações políticas entre os diferentes governos e administrações ministeriais. (CALABRE, 2009).

Essa característica teve implicações negativas dentro do Ministério da Cultura que foi marcado por instabilidades na gestão de Sarney, com alterações frequentes de ministros, resultando na interrupção de diversos projetos e pesquisas. Atuaram como ministro da Cultura entre 1985 e 1990: José Aparecido de Oliveira (1985), Aluísio Pimenta (1985-1986), Celso Furtado (1986-1988), Hugo Napoleão do Rego Neto (1988) e novamente José Aparecido de Oliveira (1988-1990).

A iniciativa mais relevante desse período foi a criação da Lei Sarney<sup>241</sup>, durante a gestão de Celso Furtado, responsável por conceder benefícios fiscais na área do imposto de renda para operações de caráter cultural ou artístico. Sendo assim, observa-se que houve uma mudança, com relação ao período militar, na concepção de financiamento da cultura, não constituindo o Estado como único ou o principal responsável pelo sustento dessa área. Tratava-se, portanto, de um projeto com vistas a promover a democratização cultural. Apesar disso, a Lei Sarney recebeu muitas críticas, especialmente pela falta de transparência na aplicação dos recursos. (CALABRE, 2009).

---

<sup>239</sup> Artigo 2 do Decreto 91.144.

<sup>240</sup> Decreto 66.967/70. Responsável por modificar a estrutura operacional do MEC, dando mais atenção a área da cultura. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d66967.pdf>. Acesso em janeiro de 2014.

<sup>241</sup> Lei 7.505, de 2 de julho de 1986, mais conhecida como Lei Sarney. Disponível em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109576/lei-sarney-lei-7505-86>. Acesso em 30 de maio de 2014.

## 2. “ARTE E DESASTRE DE UM FESTIVAL”: DESPRETÍGIO E AUSÊNCIA DE DIÁLOGO

Apesar dos esforços em fazer o FASC voltar aos bons tempos, os jornais noticiavam a diminuição de público<sup>242</sup>, as queixas da população sancristovense, constantemente alheia à elaboração do programa<sup>243</sup> e as frustração das expectativas no bom êxito do evento, como ficou explícito na matéria “Arte e Desastre de um Festival”:

Eu acompanhei o Festival de Arte de São Cristóvão desde seu primeiro ano de realização, quando seria apenas uma festa a comemorar o Sesquicentenário da Independência. Lá estive todos os anos [...] E como não poderia deixar de ser, este ano voltei. Lá vivi o atual contexto do Festival, e por isso a cavalheiro para pedir o seu fim [*sic*]. Evitaria só gastos... pouparia a Universidade de tal coisa... e abriria um novo espaço para se criar coisa nova, possível, real, dentro da nossa presente realidade.

Não só encontrei desastre na realização do XV FASC. Graças a Deus, havia ainda um pouco de arte. Mas pouco, muito pouco mesmo.

[...] eu também encontrei o desastre, da falta de crédito da nossa gente, ante uma promoção decadente por uma série de motivos naturais: acabou-se o “modismo” dos Festivais... a falta de verba para uma promoção de grande porte como é o Fasc... a falta de estrutura local e a participação ativa da comunidade. [...] <sup>244</sup>

A possibilidade de acabar com o Festival já se fazia presente em 1986, mas ainda não se apresentava como solução para os problemas que ele enfrentava. Havia muita discordância em relação ao seu provável fim. No entanto, é notável seu desgaste e dificuldade de atualização. Segundo Marcelo Ridenti (2000), o cenário cultural dos anos 1980 já não era o mesmo da década de 1970. Apesar de relativo pouco tempo, configuraram-se mudanças na própria concepção de cultura, bem como de artista e seu papel na sociedade. Apesar de se enquadrar em uma linha de apoio ao Estado, o FASC trazia uma proposta não estranha à grande parcela dos movimentos artísticos de contestação nos anos 1960 e 70: a ideia de usar a arte como um instrumento; embora com finalidades diferentes. Enquanto que estes últimos a concebiam como instrumento de conscientização político-social, a fim de preparar o povo para a luta contra o autoritarismo; no Festival de São Cristóvão ela adquiria um sentido eminentemente

---

<sup>242</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 26 e 27 de outubro de 1986. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC XV. Assunto Grupos Artísticos/ Divulgação/ Mostras e Exposições. Caixa 07-B. Ano 1986.

<sup>243</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 28 de outubro de 1986. Ibid.

<sup>244</sup> Declarações do jornalista João de Barros, na *Coluna* que leva o seu nome. *Jornal da Cidade*. Aracaju. 28 de outubro de 1986. A frustração das expectativas também foi constatada nos relatos da *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 28 de outubro de 1986. Ibid.

educador, civilizador, configurando-se como um meio de promover identidade nacional e refinamento cultural.

Esta proposta, porém, já não encontrava um bom respaldo na década de 1980 em diante, onde se firmava cada vez mais a necessidade de rompimento com o passado e afirmação de projeções mais futuristas, num movimento social e também cultural em que o indivíduo ganhava força em detrimento do coletivo, como resultado de um processo de busca pela profissionalização e de institucionalização da cultura. (AZEVEDO, 2012). O FASC, para além das dificuldades financeiras e da reprovação da população pela forma encastelada como era elaborado, não conseguia nestas últimas décadas do século XX atualizar-se para novamente alcançar legitimidade.

No ano seguinte, em 1987, por meio da Portaria nº 353/87<sup>245</sup>, o reitor Eduardo Garcia novamente constituiu a Comissão para organização do XVI FASC, mantendo a mesma composição do ano passado, com a pró-reitora Maria de Almeida no cargo de Presidente e Tereza Prado, diretora do CULTART, na Coordenação Geral. O Projeto dessa vez, que também foi elaborado por Eduardo Garcia e Clodoaldo de Alencar Filho, ampliou o prazo de realização do evento, optando por uma semana, apesar das experiências desastrosas de 1978 e 1979, em que muitas críticas foram deferidas contra tal decisão. A tentativa de redefinição da proposta do Festival, almejando melhor aceitação do público e repercussão mais positiva da atuação da UFS constituiu o principal ponto do Projeto:

hoje, ele [o FASC] está sendo repensado à luz da grande importância que já assumiu na comunidade sergipana e da necessidade inadiável de revitalizá-lo para que adquira nítidas funções pedagógicas.

Em encontros realizados no ano próximo passado com as diversas categorias artísticas e com intelectuais do Estado e de fora [...] ficou patente a necessidade de se estender o tempo de realização do Festival. O caráter de mero evento ou apresentação de espetáculos deveria dar lugar, também, a um processo de discussão, análise e amadurecimento do fazer artístico.<sup>246</sup>

Embora objetivasse propor mudanças, a concepção básica do FASC como instrumento educador estava estabelecida e permanecia desde sua criação. A principal modificação

---

<sup>245</sup> Portaria nº 353, de 21 de setembro de 1987. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XVI. Assunto: Documento da Coordenação Central/ Documento das comissões. Caixa 02. Ano: 1987.

<sup>246</sup> Projeto XVI Festival de Arte de São Cristóvão. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XVI. Assunto: Documento da Coordenação Central/ Documento das comissões. Caixa 02. Ano: 1987.

percebida é o intuito de guinar o movimento artístico para o debate, torná-lo lugar de discussões, afastando-se mais da tendência através da qual ele servia para formação de uma educação artística, cívica, pouco problematizada. Contraditoriamente, no mesmo Projeto ainda era explícita a noção de que o conhecimento, a educação e a cultura emanavam da Universidade, conforme se nota no item *Justificativa*: “O FASC vem se tornando polo irradiador de cultura e agente catalizador de diversos grupos artísticos. Não há dúvida de que se transformou em instrumento de conscientização de diversas camadas sociais”<sup>247</sup>. Nota-se que os organizadores do Festival construíram uma representação sobre ele, e por consequência, de sua própria atuação, pautada muito mais em suas próprias concepções e interesses do que propriamente na opinião que a população tinha a seu respeito.

O espaço dos espetáculos foi pela primeira vez descentralizado, devido aos problemas com a infraestrutura (lembrando que as igrejas continuavam fechadas para o Festival<sup>248</sup>). Por isso, optou-se por realizar o XVI FASC em três locais: São Cristóvão, Cidade Universitária e Auditório do Colégio Atheneu Sergipense, localizado no centro de Aracaju. Outro motivo para a descentralização foram as queixas dos sancristovenses por causa da “invasão” do público, num momento em que crescia na cidade certa antipatia pela agitação nas ruas da cidade, poucos preparadas para receber o Festival. Esta decisão, porém, não agradou aos artistas, já que a grande maioria queria se apresentar em São Cristóvão. Diante disso, os artistas sergipanos que compunham o segmento do teatro ameaçaram boicotar o Festival, pois não aceitaram ser remanejados para Aracaju. As declarações da presidente da Federação de Teatro Amador de Sergipe (FETAS), Virgínia Lúcia, ilustram os impasses da UFS na execução do evento, ficando cada vez mais acuada diante das desaprovações sem conseguir definir um plano de ação mais eficiente:

A minha posição diante desta questão, é que a Universidade deve cumprir o que foi determinado no Forum [*sic*] de debate, realizado no XV FASC, onde artistas e a comunidade de São Cristóvão, colocaram a necessidade de que Festival tenha uma infra-estrutura montada para sua realização em São Cristóvão.<sup>249</sup>

---

<sup>247</sup> Idem.

<sup>248</sup> *Jornal da Manhã*. Aracaju. 05 de setembro de 1986. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC XV. Assunto Grupos Artísticos/ Divulgação/ Mostras e Exposições. Caixa 07-B. Ano 1986.

<sup>249</sup> *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 29 de julho de 1987. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XVI. Assunto: Divulgação/ Pesquisa sobre o FASC/ Concurso/ Correspondência. Caixa 04. Ano: 1987.

Quanto aos recursos financeiros, não se sabe ao certo quais empresas e instituições patrocinaram devido à ausência de documentos comprobatórios que trouxessem o detalhamento orçamentário dos investimentos e gastos. No entanto, os custos com a programação e a infraestrutura foram em torno de três milhões e meio de cruzados<sup>250</sup>, um valor baixo, se comparado às edições anteriores a 1986, já que neste último ano também se verificou que a arrecadação foi mais modesta, um possível indicativo da diminuição de parcerias e/ou das verbas aplicadas ao evento.

### 3. O FASC NA IMPRENSA SERGIPANA: REPERCUSSÕES E CRÍTICAS

Em 1988, a proposta de executar o Festival em nove dias foi mantida, sendo o período de sua realização de 21 a 29 de outubro, durante os últimos meses do mandato de Eduardo Garcia, que foi sucedido na reitoria por Clodoaldo de Alencar Filho (1988-1992)<sup>251</sup>.

A abertura do FASC pela primeira vez foi marcada por um ato de protesto por parte de militantes do Comitê em Defesa dos Povos Oprimidos da América Latina, contrários à instalação do *stand* cultural de El Salvador<sup>252</sup>. Esse país vivia em um clima de guerra civil desde 1931, quando por meio de um golpe assumiu o poder Maximiliano Hernández Martíne, inaugurando um



<sup>250</sup> O valor exato foi de 3.535.394,00 cruzados. XVI Festival de Arte de São Cristóvão. Mapa Sintético. Discriminação de valor. Fundo: FASC XVI. Assunto: Documento da Coordenação Central/ Documento das comissões. Caixa 02. Ano: 1987.

<sup>251</sup> Clodoaldo de Alencar Filho foi o sexto reitor da UFS. Durante o seu mandato foram criados os Cursos de Bacharelado em Informática, Engenharia Agrônômica, Psicologia, Bacharelado em Ciências Sociais, Comunicação Social – Jornalismo, Arte e Educação, Rádio e Televisão. Além disso, houve a ampliação do acervo bibliográfico da BICEN e a criação do Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI). Fonte: <http://reitoria.ufs.br/pagina/luiz-herm-nio-aguiar-oliveira-1992-1996-11204.html>. Acesso em 02 de junho de 2014.

<sup>252</sup> *Jornal da Manhã*. Aracaju. 23 e 24 de outubro de 1988. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XVII. Assunto: Divulgação/ Cursos. Caixa 04. Ano 1988.

período de governos militares (1931-1979), marcado por instabilidade e agitações sociais. Em 1988, apesar de o país já ser governador por um civil, José Napoleón Duarte (1984-1989), o clima de tensão continuava<sup>253</sup>. Em resposta à manifestação ocorrida durante o FASC, o cônsul salvadorenho Vida Sorto Rubio teceu várias críticas ao Comitê, considerando a atitude “incoerente”, “um grande desserviço à tarde, à cultura e à união dos povos”<sup>254</sup>.

O que chama atenção nesse caso é o uso do FASC como espaço para manifestações de protesto, até então inexistentes, pelo menos nessa dimensão. Não se quer dizer que não houve momentos de protesto ou críticas durante o Festival. Não se pode ser categórico com relação a isso. No entanto, com base nos estudos das programações, dos projetos, do material submetido à censura e em entrevistas com membros da comissão, como Aglaé Fontes, Terezinha Oliva e Amaral Cavalcante, pode-se afirmar que, durante o período militar, que abarcou grande parte do evento (treze edições), o cuidado ao convidar artistas (ação permeada pela autocensura), a submissão da programação ao Serviço de Censura, os “ensaios gerais” e a presença de um forte policiamento nos dias do evento coibiram tentativas de protestos mais explícitas. Se houve, ficaram de modo discreto, não sendo necessariamente compreendidas pelo grande público e não tiveram repercussão na imprensa sergipana.

Os espetáculos dessa edição foram bastante divulgados pelos jornais, principalmente a participação do grupo Olodum na abertura, os shows de Wagner Tiso<sup>255</sup>, Paulinho da Viola<sup>256</sup>, Dominginhos, Elba Ramalho (cancelado)<sup>257</sup>, Pepeu Gomes<sup>258</sup>, Geraldo Azevedo<sup>259</sup>, Chico Queiroga<sup>260</sup> e Tonho Baixinho<sup>261</sup> – sendo estes dois últimos, artistas sergipanos que vinham se destacando no cenário musical. Além das trinta e uma apresentações musicais, o Folclore novamente continuou tendo grande espaço, 23 grupos no total, seguidos de teatro, dança e cinema (este geralmente em menor número)<sup>262</sup>.

---

<sup>253</sup> Sobre os conflitos em El Salvador durante o século XX, ver: CASANOVA, Plano Gonzáles (Org.). *América Latina: História de meio século*. 2 vols. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

<sup>254</sup> *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 21 de outubro de 1988. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XVII. Assunto: Divulgação/ Cursos. Caixa 04. Ano: 1988.

<sup>255</sup> *Jornal da Manhã*. Aracaju. 2 e 3 de outubro de 1988. Ibid.

<sup>256</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 13 de setembro de 1988. *Jornal da Manhã*. Aracaju. 15 de setembro de 1988. *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 18 de setembro de 1988. Ibid.

<sup>257</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 21 de setembro de 1988. *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 21 de setembro de 1988. *Jornal da Manhã*. 22 de setembro de 1988. *Jornal da Cidade*. Aracaju. 28 de outubro de 1988. Ibid.

<sup>258</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 29 de outubro de 1988. Ibid.

<sup>259</sup> *Jornal da Manhã*. Aracaju. 29 de outubro de 1988. Ibid.

<sup>260</sup> *Jornal da Manhã*. Aracaju. 01 de novembro de 1988. Ibid.

<sup>261</sup> *Jornal da Manhã*. Aracaju. 21 de outubro de 1988. *Jornal da Cidade*. Aracaju. 21 de outubro de 1988. Ibid.

<sup>262</sup> Programação Oficial e *Folder* do XVII FASC. Fundo: FASC XVII. Assunto: Divulgação/Cursos. Caixa 04. Ano: 1988.

Este ano também foi realizado pela primeira vez o FESTIVARTE – Educação e Arte, um subprojeto do FASC, ocorrido de 12 de agosto a 29 de outubro de 1988, que nasceu para colocar em prática as orientações de caráter pedagógico expostas no Projeto do ano anterior. Ele foi aplicado nas escolas municipais e estaduais com o intuito de preparar os alunos para o FASC, através de cursos, oficinas e diversas atividades artístico-culturais. A iniciativa teve uma repercussão bastante positiva na imprensa, que passou a reconhecer no evento sua dimensão educadora, com maior propriedade<sup>263</sup>. Este projeto teve o patrocínio da Fundação Projeto Rondon<sup>264</sup>. Já o FASC recebeu verba do Governo de Sergipe, Ministério da Educação (MEC), Superintendência do desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Ministério do Interior e Fundação Banco do Brasil, sendo que estes dois últimos patrocinaram mais de 80% do Festival.<sup>265</sup> Além disso, a Caixa Econômica Federal entregou dois milhões de cruzados para o evento<sup>266</sup>.

Não estão presentes na documentação do FASC, nem nos jornais, os valores específicos dos investimentos por instituição, exceto no caso da Caixa Econômica. Geralmente esta informação consta na documentação da coordenação financeira, em ofícios e portarias expedidos pela reitoria ou relatórios produzidos pelo CULTART. Sabe-se, porém, que o orçamento geral de gastos foi de quinze milhões, setecentos e um mil cruzados<sup>267</sup>.

A imprensa sempre desempenhou um papel importante no FASC, cobrindo os preparativos, a execução e os resultados do evento. Diante disso, a Comissão Central buscava com certa constância o apoio dos jornalistas. Não é por acaso que um representante da imprensa era anualmente nomeado para compor a Comissão. Neste ano, a pró-reitora Maria de Almeida

---

<sup>263</sup> *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 11 de agosto de 1988. *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 24 de agosto de 1988. *Jornal da Cidade*. Aracaju. 24 de agosto de 1988. *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 25 de agosto de 1988. *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 09 de setembro de 1988. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC XVII. Assunto Divulgação/Cursos. Caixa 04. Ano 1988.

<sup>264</sup> O Projeto Rondon foi criado durante o governo Costa e Silva, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional. Tendo por lema “integrar para não entregar”, o projeto visava levar estudantes e voluntários a áreas pouco desenvolvidas a fim de promover atividades assistencialistas e com isso, diminui uma possível “vulnerabilidade” ao comunismo, ao passo em que também envolvia os estudantes nesta proposta, desviando-os da organização estudantil de resistência à Ditadura. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. RJ: Zahar, 2014.

<sup>265</sup> Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Notícias culturais. XVII FASC. Fundo: FASC XVII. Assunto: Divulgação/Cursos. Caixa 04. Ano: 1988.

<sup>266</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 27 de julho de 1988. *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 28 de julho de 1988. *Jornal da Manhã*. 28 de julho de 1988. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XVII. Assunto: Divulgação/ Cursos. Caixa 04. Ano: 1988.

<sup>267</sup> Projeto XVII Festival de Arte de São Cristóvão. Orçamento Geral. XVII FASC. Fundo: FASC XVII. Assunto: Divulgação/Cursos. Caixa 04. Ano: 1988.

enviou uma carta aos jornalistas, publicada no *Jornal de Sergipe*<sup>268</sup>, na qual pedia abertamente o apoio desses profissionais. A ideia foi bem recebida e houve várias matérias com incentivos e elogios a seu trabalho, com destaque para as atividades ligadas FASC<sup>269</sup>.

Prezado Jornalista:

Dirijo-me diretamente a você, como estou fazendo a muitos dos seus colegas de profissão, a fim de informá-lo de que a UFS está dando início às medidas necessárias para a realização do XVII FASC.

Todos sabemos a força da imprensa para o mundo moderno.

Reconheço que no ano próximo passado foi de fundamental importância para o Festival de Arte de São Cristóvão contar com a colaboração da imprensa sergipana. O esforço dos que trabalharam no XVI FASC, para torná-lo bem sucedido, teve o alcance desejado, porque a todo o momento encontramos a disposição de vocês para nos ajudar a reverter a opinião que tendiam a se firmar de que o Festival estava morrendo. Ajudaram a despertar na sociedade sergipana para seu compromisso com um evento e estimulado por sergipanos inteligentes e conscientes da nossa capacidade de pensar e fazer.

O FASC está adquirindo suas feições. Por isso busco seu apoio, que pode expressar-se no interesse em informar-se sobre o andamento das propostas, nas notícias e nas sugestões capazes de permitir a todos fazer o melhor festival, dar-lhe o cunho que se persegue em torná-lo, com o esforço de todos, o grande festival da região nordestina.

Cordiais saudações,

Profa Maria da Glória Santa de Almeida

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

PROEX/UFS

De um modo geral, apesar das permanências das críticas apontando para o fim do FASC e seu desgaste eminente, como na matéria da *Gazeta de Sergipe*: “FASC: CANSADO, SEM ÂNIMO E SEM CRÉDITO”<sup>270</sup>, esta edição de 1988 teve uma repercussão positiva nos jornais<sup>271</sup> desde sua fase de elaboração, com uma das manchetes: “O XVII FASC deste ano

---

<sup>268</sup> *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 05 de agosto de 1988. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC XVII. Assunto Divulgação/ Cursos. Caixa 04. Ano 1988.

<sup>269</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 09 de agosto de 1988. *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 12 de agosto de 1988. *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 28 de agosto de 1988. *Jornal da Cidade*. Aracaju. 01 de setembro de 1988. *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 09 de outubro de 1988. Ibid.

<sup>270</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 13 e 14 de maio de 1988. Ibid.

<sup>271</sup> *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 29 de outubro de 1988. *Jornal da Cidade*. Aracaju. 22 de outubro de 1988. *Jornal da Manhã*. Aracaju. 26 de outubro de 1988. Ibid.

será o melhor”<sup>272</sup>. Além da boa aceitação que a programação teve, um grande destaque nos jornais foi a presença de Fernando Gabeira<sup>273</sup> no Festival. Sua participação se deu no dia 24 de outubro, no Auditório da Reitoria do campus universitário. Os interessados faziam as inscrições no CULTART e no Centro de Extensão e Ação Comunitária (CECAC) para participarem da palestra que Gabeira iria proferir no “Encontro marcado”, onde defendeu a vinda de maiores investimentos ao FASC e falou sobre a necessidade de antecipação das eleições presidenciais<sup>274</sup>.

Gabeira é um dos militantes mais conhecidos contra a Ditadura. Em 1964, no ano do golpe, trabalhava como redator no *Jornal do Brasil*, onde permaneceu até 1968. No ano seguinte, ele



Fernando Gabeira conversando com Maria da Glória (PROEX), à direita, e Tereza Prado (CULTART), ao centro. [Fonte: Arquivo Central da UFS. Estante do Acervo do FASC. Recortes de Jornais. S/Fundo].

foi um dos protagonistas do sequestro do embaixador norte-americano, Charles Elbrick, através de sua atuação no Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), um grupo clandestino de resistência armada. Suas experiências nesse episódio são narradas posteriormente no seu livro *O que é isso companheiro?*, de 1979, quando ele volta ao Brasil após ficar exilado por dez anos e começa a escrever

literaturas memorialísticas, tecendo uma análise crítica da luta armada.

Se esta edição do FASC teve relativo sucesso, a próxima, de 1989, encontrou dificuldades advindas especialmente da falta de verbas, mas ainda assim o período de nove dias foi mantido, ficando de 24 de novembro a 02 de dezembro. O XVIII FASC aconteceu durante o primeiro ano da nova gestão administrativa da UFS, tendo C. de Alencar como Reitor, Luiz

<sup>272</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 13 de outubro de 1988. Ibid.

<sup>273</sup> Fernando Gabeira é escritor, jornalista, político, membro fundador do Partido Verde. Em 1989 foi candidato derrotado à Presidente da República. Já em 1994 foi eleito deputado federal pela primeira vez, se reelegendo em 1998. Foi candidato a prefeito do Rio de Janeiro em 2008 e em 2010 a Governador. Atualmente continua desempenhando sua profissão de jornalista, tendo um programa na *GloboNews*. Dentre as suas obras mais conhecidas estão: *O que é isso companheiro?*, *O crepúsculo do Macho*, *Entradas e Bandeiras*, *Hóspede da Utopia*, *Nós que Amávamos tanto a Revolução e Vida Alternativa*.

Fonte: <http://gabeira.com.br/biografia/>. Acesso em 22 de junho de 2014.

<sup>274</sup> *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 02 de outubro de 1988. *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 25 de outubro de 1988. Gabeira concedeu ainda entrevista para o *Jornal da Manhã*, que foi publicada em 25 de outubro de 1988. Ibid.

Hermínio de Aguiar Oliveira, vice, e Elúzia Maria de Carvalho A. da Costa na Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Já a direção do CULTART permaneceu nas mãos de Tereza Prado.

Não se sabe se a fim de alcançar maior aproximação com a população ou se devido à falta de verba (como ocorreu em 1978 e 1983), a programação cultural foi preenchida na maior parte por grupos locais, sendo em maior ocorrência as apresentações musicais. Um dos maiores destaques ficou por conta do show de Alceu Valença no encerramento do evento<sup>275</sup>. A propósito este foi anunciado no jornal como “a salvação do festival”<sup>276</sup>, e a programação classificada como “fraquíssima”, não atendendo aos gostos do grande público. Apesar disso, também circularam notícias com um conteúdo positivo, ao retratarem a presença do poeta Araripe Coutinho<sup>277</sup>, coordenador do III Salão de Literatura e responsável por trazer professores de fora para debaterem sobre Literaturas, Letras e outros temas correlatos<sup>278</sup>.

A principal notícia veiculada nos jornais esse ano falava sobre as dificuldades em se manter o FASC devido à crescente falta de recursos. A própria data foi mudada de 20 a 28 de outubro para 24 de novembro a 02 de dezembro de 1989 porque a Comissão ainda não dispunha de verbas suficientes. Nessas circunstâncias havia também grande divulgação das empresas e instituições que decidiram apoiar o evento, como o Banco do Brasil<sup>279</sup>, a Caixa Econômica Federal<sup>280</sup> e a Secretaria de Cultura e Meio Ambiente<sup>281</sup>. Ainda assim persistiram informes sobre a decadência do evento, a exemplo deste, de autoria de Vieira Neto no *Jornal de Sergipe*:

Há dezoito anos a Universidade Federal de Sergipe realizava o I Festival de Arte de São Cristóvão de forma amadorística, sem dispor do mínimo de infraestrutura para que um evento de tal envergadura pudesse vingar de forma positiva. Até aí tudo bem. Findo o primeiro, o papo que rolava entre os organizadores era o de que “no próximo ano teremos condições de realizar um festival bem melhor”. E os anos

---

<sup>275</sup> Folder do XVIII FASC. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XVIII. Assunto: Correspondência/ Coordenação Central/ Divulgação/ Cursos. Caixa 01. Ano: 1989.

<sup>276</sup> *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 02 de dezembro de 1989. Ibid.

<sup>277</sup> Araripe Coutinho nasceu no Rio de Janeiro em 1968, mas vive em Aracaju desde 1979. Consagrou-se como poeta e escritor e atualmente faz parte da Academia Sergipana de Letras.

<sup>278</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 19 de setembro de 1989. *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 24 de agosto de 1989. *Jornal da Cidade*. Aracaju. 10 de agosto de 1989. Ibid.

<sup>279</sup> *Jornal da Cidade*, Aracaju. 01 de dezembro de 1989. *Jornal da Cidade*. Aracaju. 26 de setembro de 1989. Ibid.

<sup>280</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 26 de setembro de 1989. Ibid.

<sup>281</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 22 de setembro de 1989. *Jornal da Cidade*. Aracaju. 22 de setembro de 1989. *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 24 e 25 de setembro de 1989. Ibid.

foram passando, os problemas se agravando, sem que nenhuma providência tenha sido tomada para contorná-los. [...]

Com raras exceções a programação do Fasc [sic] a cada ano tem deixado muito a desejar. [...]

Este ano, houve até mudança de datas, quando um festival que vinha sendo organizado em outubro é transferido para o final de novembro. Isso não poderia acontecer se o Fasc fosse realmente considerado prioritário e dispusesse de uma infra-estrutura [sic] em moldes verdadeiramente profissionais.<sup>282</sup>

O intuito dessa pesquisa não é entrar na lógica jornalística de defesa ou ataque ao Festival, mas de analisá-lo e compreendê-lo em toda sua complexidade e contradição. De fato que desde o final dos anos 1970, especialmente 1979, que o FASC vinha apresentando sinais, se não de desgaste, de necessidade de atualização. As várias gestões seguintes de reitores e principalmente de diretores do CULTART tentaram a seu modo resolver esse problema. Na fase de Eduardo Garcia e nesse início de mandato de Alencar, observou-se melhor a aplicação de medidas a fim de redefinir o evento. Nem todas, porém, surtiram o efeito desejado (a exemplo da definição de três locais de apresentação, em 1987, para resolver o problema da infraestrutura), já outras foram bem recebidas (como a criação do FESTIVARTE atuando nas escolas públicas). De todos os obstáculos, a insuficiência de verba mostrava-se como o pior deles, apesar de que, no geral, mesmo nos anos mais difíceis a arrecadação foi significativa, conforme apontam os relatórios financeiros do evento. Todavia ela era considerada parca quando associada aos projetos do FASC, em geral bastante ostensivos.

A previsão parcial de gastos era de 625.379,00 cruzados novos. Mas esse valor não incluía o *cachet* com os grupos artísticos e demais despesas daí decorrentes, o que consistia um dos maiores pontos na planilha orçamentária. O convênio assinado entre o Serviço Social da Indústria (SESI) e a UFS conferiu ao Festival a quantia NCz\$ 39.000,00<sup>283</sup>. Já a Caixa Econômica Federal entrou com o crédito NCZ\$ 300.000,00, um dos mais importantes na arrecadação desse ano. A Fundação Roberto Marinho, no entanto, que colaborava com a divulgação desde 1981, negou-se a fazê-lo esse ano, alegando falta de espaço disponível<sup>284</sup>. O MEC foi um dos patrocinadores, conforme divulgado nos *folders* dessa edição; todavia não se tem registro de sua cota. Quanto ao MinC, cabe dizer apenas que ele contribuiu com trinta

<sup>282</sup> *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 17 de novembro de 1989. Ibid.

<sup>283</sup> Convênio 45/ 89/ COPEC. Em 27 de outubro de 1989. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Documentação administrativa/ Pessoal/ Divulgação. Caixa 02. Ano: 1989.

<sup>284</sup> Ofício PC/A – 273/89. Fundação Roberto Marinho. 22 de agosto de 1989. Do Gerente do Programa Cultural, Joel Ghivelder para o Reitor da UFS, Clodoaldo de Alencar Filho. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XVIII. Assunto: Correspondência /Coordenação central/ Divulgação/ Cursos. Caixa 01. Ano: 1989.

mil cruzados novos e que as mudanças decorrentes das eleições presidenciais, ocorridas em 15 de novembro de 1989, alterariam significativamente sua trajetória e autonomia nos próximos anos.

#### **4. O FASC NA ERA COLLOR**

Como resultado das eleições de 1989 assumiu a Presidência da República o candidato Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente a ser eleito pelo voto direto desde 1960. Seu governo, conhecido como “República das Alagoas”<sup>285</sup> ou “era Collor” promoveu o desmonte dos aparatos de sustentação da promoção cultural em nível federal, através de uma série de medidas restritivas, a exemplo das Leis 8.028<sup>286</sup> e 8.029<sup>287</sup>, promulgadas em abril de 1990. A primeira transformou o MinC em Secretaria e a segunda promoveu a extinção de diversos órgãos da administração pública, principalmente os envolvidos na área cultural, entre eles a FUNARTE.<sup>288</sup>

Com a supressão do Ministério da Cultura, conseqüentemente o Conselho Federal de Cultura (CFC) também foi desativado. Em seu lugar foi criado o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) concentrando grande parte de suas atribuições. Esta reforma institucional reduziu em mais de 50% os recursos para a área da cultura e provocou um grande número de demissões e de descontinuidades na execução de pesquisas e projetos. Vale citar ainda que a Lei Sarney, de 1986, foi revogada, sendo substituída pela Lei 8.313, de 1991, também conhecida como Lei Rouanet, em homenagem ao chefe da Secretaria da Cultura, Sérgio Paulo Rouanet (1991-1992). (CALABRE, 2009)

Sem a participação da FUNARTE e em meio a uma crise econômica nacional<sup>289</sup> foi organizado o XIX FASC. Realizado entre os dias 20 a 22 de dezembro de 1990, o evento foi aberto com os discursos do reitor Clodoaldo de Alencar Filho e do prefeito de São Cristóvão, Lauro Rocha. O Projeto, produzido pelo reitor, seu vice, a pró-reitora de extensão e o novo

---

<sup>285</sup> O nome “República das Alagoas” fazia uma alusão ao histórico político de Fernando Collor, pois tinha sido prefeito de Maceió entre 1979 e 1982 e governado de Alagoas, no período de 1987 a 1989.

<sup>286</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8028.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8028.htm). Acesso em 20 de maio de 2014.

<sup>287</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8029cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8029cons.htm). Acesso em 20 de maio de 2014.

<sup>288</sup> Artigo 1º da Lei 8.029. Também foram extintas: Fundação Nacional de Artes Cênicas (FUNDACEN), Fundação do Cinema Brasileiro (FCB), Fundação Nacional Pró-Memória, Fundação Nacional Pró-Leitura, Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos e Fundação Museu do Café.

<sup>289</sup> Em 19 de março de 1990, Fernando Collor retoma o cruzeiro como unidade monetária nacional por meio do Plano Brasil Novo, que tinha como principal finalidade conter os elevados níveis de inflação.

diretor do CULTART, Luiz Eduardo Oliva, questionava o papel do Estado com relação à cultura, que passava a ocupar cada vez mais um lugar secundário em meio aos problemas financeiros que o país vivia.

Sobrevivendo a todo tipo de crise, o Festival impõe-se apesar de perceber a necessidade de repensá-lo constantemente, fazendo com que o mesmo continue a ser um instrumento revitalizador [*sic*] das artes e da cultura sergipana e não apenas um evento onde anualmente se repitam meras apresentações sem a consequência natural que devem ter os eventos que se propõem à vanguarda.

A crise de 1990, atingindo mais frontalmente a área cultural e a Universidade Brasileira, requer uma reflexão mais profunda sobre as medidas adotadas pelo Governo Federal e as consequências [*sic*] que elas venham a ter, servido inclusive de subsídio não só para pensar a cultura nacional, como a própria necessidade de redimensionar as promoções culturais.

Contudo, ao se redefinir a nova Filosofia do Festival, torna-se imprescindível unir a produção cultural e científica da Universidade à pesquisa e experimentação artística, já que estas duas esferas – a Universidade e a produção artística de ponta – nem sempre se encontram ligadas, não compartilhando necessariamente da mesma dinâmica e não sofrendo portanto os mesmos problemas.<sup>290</sup>

Procurando efetivar esta proposta de aliar conhecimento científico e arte, foram concebidas quatro mesas redondas: Literatura; Cinema; Política cultura e científica; e Universidade Brasileira<sup>291</sup>. No entanto, acabou-se realizando apenas uma, provavelmente por dificuldades de recursos, nos dias 21 e 22, que teve por tema: “A Reforma Administrativa no governo Collor e a Perspectiva da Produção Cultural no Brasil”<sup>292</sup>. A grande parte do Programa foi preenchida por espetáculos, nos quais sobressaíram mais uma vez as apresentações musicais, principalmente os shows de MPB. Além disso, comemorou-se também os quatrocentos anos de São Cristóvão, tendo todos os espetáculos feitos na cidade, a fim de transformá-la no “grande palco”, sendo promovido ainda na madrugada do dia 23 de dezembro de 1990, à 01:00 hora, um baile de máscaras.

Os recursos financeiros que possibilitaram a execução dessa edição provieram do Ministério do Interior (MINTER), comandado por João Alves Filho (1987-1990), o qual se manteve presente nas cerimônias de abertura do evento, SESI e Banco do Brasil. O MEC continuava

---

<sup>290</sup> Projeto XIX Festival de Arte de São Cristóvão. Justificativa. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XIX. Assunto: Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano: 1990.

<sup>291</sup> XIX Festival de Arte de São Cristóvão. Programa - Fase Preparatória. Ibid.

<sup>292</sup> Folder do XIX FASC. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XIX. Assunto: Divulgação/ Grupos Artísticos/ Cursos/ Salão de Artes Plásticas/ Documentação das Comissões. Caixa 07. Ano: 1990.

apresentado como patrocinador,<sup>293</sup> no entanto não foram encontrados documentos que comprovassem o valor destinado por ele em favor do FASC.



Ao centro, João Alves Filho e o reitor Eduardo Garcia cumprimentando-se na abertura do XVII FASC, em 1988. [Fonte: Ibid.]

De modo geral, pode-se dizer que a repercussão na imprensa desta vez foi mais tímida, resumindo-se aos comentários de praxe sobre a programação, em especial os shows musicais e as críticas ao evento<sup>294</sup> (as quais remetiam a temas gerais, em grande medida similares aos proferidos nas edições anteriores, falando sobre a desorganização e a necessidade de redefinição). O apoio ao FASC, ressaltando como ponto positivo a decisão da UFS em promovê-lo mesmo em tempos de crise, ficou muito mais por conta dos próprios meios de divulgação da Universidade<sup>295</sup>.

No ano seguinte, optou-se por ampliar novamente o período de realização, promovendo assim o XX FASC de 23 de novembro a 07 de dezembro de 1991. Foi o mais extenso até então, com a programação dividida em duas fases: a primeira, mais ampla, composta por seminários, oficinas e Salões; e a segunda, preenchida pelos espetáculos. Entre estes, as apresentações de música popular continuavam predominantes. Nele a circulação de materiais foi um pouco maior tanto para defesa (feita principalmente a partir da divulgação em tom propagandístico das atividades a ser desenvolvidas<sup>296</sup>), quanto para ataque ao evento, e, sobretudo ao modelo de extensão cultural da UFS:

---

<sup>293</sup> Idem.

<sup>294</sup> *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 29 de novembro de 1990. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XIX. Assunto: Divulgação/ Grupos Artísticos/ Cursos/ Salão de Artes Plásticas/ Documentação das Comissões. Caixa 07. Ano: 1990.

<sup>295</sup> *A Presença*. Jornal Interativo do XIX Festival de Arte e São Cristóvão. Ibid.

<sup>296</sup> *Jornal da Manhã*. Aracaju. 19 de novembro de 1991. *Jornal da Cidade*. Aracaju. 13 de novembro de 1991.

A Universidade Federal de Sergipe, como qualquer Universidade, tem no bojo das suas intenções o compromisso, dentro do aspecto **Extensão Comunitária**. [...]

O problema é que, desde a Assessoria de Cultura, depois **Cultart**, desde a época da professora Albertina, Amazonas, Lânia Duarte, Tereza Prado ou até mesmo Luiz Eduardo Oliva, a UFS engatinha apenas, na definição de um trabalho que não tem linha, continuidade e que parece satisfazer-se apenas com a realização do Festival de Arte de São Cristóvão e na manutenção do Coral da Universidade. [...]<sup>297</sup>

Nesse Festival foram anunciadas as presenças do cantor Nando Cordel e da atriz e cantora Zezé Mota, que fez um show interpretando várias músicas de Caetano Veloso<sup>298</sup>. Outro ponto ressaltado pela imprensa foi a doação de vinte milhões de cruzeiros pela Fundação Banco do Brasil, sendo fundamental para o pagamento das apresentações artísticas<sup>299</sup>. Além dessa verba, foram aplicados no evento recursos advindos do SESI, Banco do Estado de Sergipe – Banese, Petrobrás e Governo de Sergipe<sup>300</sup>. Pela primeira vez, desde 1972, o FASC foi promovido sem a participação do MEC, muito provavelmente devido às medidas adotadas por Collor de redução de investimentos em atividades artístico-culturais.



Zezé Mota, um dos destaques do XX FASX, em 1991. [Fonte: *Jornal da Cidade*, 20 de novembro de 1991. Ibid.].

Segundo Amaral Cavalcante, a pior fase do Festival, no que diz respeito à falta de recursos, não se deu necessariamente com o fim da Ditadura, mas sim, e de modo bastante contundente, durante a administração de Collor:

em seu governo houve uma cisão, uma ruptura muito grande em todo o processo de formação e difusão da cultura no país. Mas eu acho que o Ministério da Cultura já vinha perdendo prestígio, um volume de orçamento reduzido, e os festivais foram ficando impraticáveis. No Governo do estado, o dinheiro que tinha para a cultura

<sup>297</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 15 e 16 de novembro de 1991. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/ Direção. Assunto: Divulgação/ Listagem de Patrimônio. Caixa 06. Ano: 1991.

<sup>298</sup> *Jornal da Manhã*. Aracaju. 19 de novembro de 1991. *Jornal da Cidade*. Aracaju. 20 de novembro de 1991. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XX. Assunto: Divulgação/ Salão de Artes Plásticas. Caixa 04. Ano: 1991.

<sup>299</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 20 de novembro de 1991. Ibid.

<sup>300</sup> XX FASC. Documentos contábeis. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XX. Assunto: Documentação da Coordenação central. Caixa 02-A. Ano: 1991.

também era pouco. Havia outras prioridades, e esse tipo de festival ficou impossível.<sup>301</sup>

A execução do FASC continuou admissível, apesar da eminente diminuição, e ausência nos últimos anos, dos recursos vindos de órgãos como o MEC, MinC e FUNARTE, cuja colaboração garantia certa estabilidade financeira ao evento. Com a extinção desses dois últimos, a carência de verbas ficou mais patente, sendo compensada, porém, pela participação de outras instituições e empresas. Sua promoção nessa última década do século XX passava, portanto, a ter uma base muito mais diversificada.

No ano seguinte, 1992, a provisão financeira adveio em grande parte da iniciativa local. Patrocinaram o XXI FASC: Governo de Sergipe, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, Banese, SESI, Empresa Viação Aérea de São Paulo – VASP, Caixa Econômica Federal e Fundação Augusto Franco<sup>302</sup>, que entregou a quantia de cento e cinquenta milhões de cruzeiros<sup>303</sup>. Quanto aos demais valores, não foi possível identificá-los devido à ausência de detalhamento do quanto foi investido.

Esta edição ocorreu de 20 a 22 de novembro, durante o último ano da gestão de Alencar Filho. Luiz Eduardo Oliva deixou a direção do CULTART para assumir a Pró-reitoria de Extensão de Assuntos Comunitários e conseqüentemente a Presidência da Comissão central do FASC. Em seu lugar ficou o professor Jorge Carvalho do Nascimento, sendo, portanto o Coordenador geral do Festival de 1992.

Os responsáveis por sua elaboração procuraram, em tese, colocar na prática os resultados do Projeto “Repensando o FASC”<sup>304</sup>, realizado no ano passado, quando após o término da vigésima edição do evento, a Universidade decidiu reunir artistas, intelectuais, escritores, professores, estudantes e o público em geral em torno de uma “pesquisa-ação”<sup>305</sup>, para repensarem o modelo do Festival adequando-o às circunstâncias atuais.

---

<sup>301</sup> Entrevista concedida à autora. Aracaju. Novembro de 2013.

<sup>302</sup> Instituída em Aracaju no dia 04 de setembro de 1987.

<sup>303</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 12 de novembro de 1992. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XXI. Assunto: Grupos Artísticos/ Divulgação. Caixa 07. Ano: 1992.

<sup>304</sup> Projeto Repensando o FASC. Aracaju, 1992. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XX. Assunto: Documentação da Coordenação central. Caixa 02-A. Ano: 1991.

<sup>305</sup> “A pesquisa-ação é um trabalho que vem sendo adotado para resolução de problemas organizacionais”. Projeto Repensando o FASC. Item *Metodologia*. Ibid.

1991 representou o ano da vigésima edição do Festival de Arte de São Cristóvão – FASC. [...] Todavia, em que pese circundar sempre o fantasma da crise na maioria dos festivais, neste ano, indiscutivelmente, não mais o fantasma circundava, mas a própria crise o atingiu em cheio, comprometendo decisivamente qualquer tentativa de repetir o modelo originariamente concebido [...]. Se a crise comprometeu o modelo, contraditoriamente, porém obrigava repensá-lo, maturar as circunstâncias e, até de forma radical, propor um outro modelo, sem perder a essência de sua finalidade – que é renovar e retroalimentar o fazer artístico. Por ser dialética, a crise pressupõe, antes que o fim, uma mudança, o que significa dizer um novo começo<sup>306</sup>.

Foram convidadas cento e sessenta pessoas para participarem do Projeto, das quais somente setenta e uma aceitaram. A partir daí criou-se oito comissões<sup>307</sup> encarregadas de apontar os aspectos positivos (forças impulsoras), negativos (forças restritivas) e sugerir novas linhas de ação para o Festival.

Como resultado, foram colocadas algumas questões para reflexão sobre o perfil e os objetivos do FASC, entre elas: “O festival tem ou não uma filosofia?” “Qual o papel da população de São Cristóvão?” “Se a UFS não tem condições de abarcar todo o processo, por que não descentralizar?” “Qual a política do Festival de Arte de São Cristóvão e, por extensão, qual a política cultural da universidade?” “O que foi, o que é e o que deve ser o FASC?” O festival é da universidade, realizado em São Cristóvão, e este [o FASC] não foi incorporado pela comunidade universitária e nem formou uma mentalidade na comunidade sancristovense de aceitação ao evento. Como se explica esse fato?<sup>308</sup>

Conforme o item *Conclusões e Sugestões* do Projeto<sup>309</sup>, as principais propostas indicavam para a manutenção do Festival em São Cristóvão e das apresentações artísticas diversificadas. Entretanto deveria ter uma nova estrutura organizacional capaz de superar os impasses econômicos e políticos-filosóficos. De modo geral, se verificou que apesar das várias sugestões o problema de definição do plano de ação para a elaboração do evento persistia, sem uma visualização clara dos caminhos a serem seguidos.

A programação do XXI Festival, no entanto, foi construída novamente sem a participação de representantes dos artistas locais. A tentativa de estabelecer o diálogo através do “Repensando

---

<sup>306</sup> Projeto Repensando o FASC. Ibid.

<sup>307</sup> Lista das comissões: 1) Artesanato, Turismo e Divulgação. 2) Literatura, Cinema e Fotografia. 3) Música Popular e Folclore. 4) Oficinas e Pesquisa. 5) Teatro e Música erudita. 6) Artes Plásticas. 7) Dança. 8) Comissão final, composta por doze profissionais representativos do FASC, desde seu surgimento até o presente, cuja participação foi integral. Projeto Repensando o FASC. Comissões. Ibid.

<sup>308</sup> Projeto Repensando o FASC. Comissão Final. *Questões Levantadas*. Ibid.

<sup>309</sup> Projeto Repensando o FASC. Item *Conclusões e Sugestões*. Ibid.

o FASC”, se apresentou muito mais como uma medida superficial que não alterou a forma de organização do evento, provocando maiores desgostos, principalmente porque não houve um retorno da Universidade, informando sobre os resultados obtidos. O jornalista Jairo de Araújo Andrade, que participou desse Projeto, atuando na comissão Cinema, Fotografia e Literatura, publicou matéria no *Jornal da Manhã* manifestando grande insatisfação com a Comissão organizadora do Festival de 1992:

Várias questões foram discutidas e analisadas. Propostas foram apresentadas. Promessas foram feitas de que tudo seria analisado e que as diversas sugestões seriam levadas à sério e que no próximo ano, ou seja, este ano a coisa seria diferente.

Pelo visto nada mudou, e pior, nós, participantes de tal projeto “**REPENSANDO O FASC**” fomos feitos de bobos e otários por fazermos parte daquela encenação que certamente deu lucro para alguém, menos para o aperfeiçoamento do FASC.

Agora que estamos querendo passar o Brasil a limpo<sup>310</sup>, no sentido moral e político, é claro, devemos também passar o FASC a limpo. [...] <sup>311</sup>.

O programa, por fim, foi constituído de duas fases: uma preparatória, com a realização do concurso de cartazes e de várias oficinas<sup>312</sup>, e outra com espetáculos, exposições, palestras, fóruns e seminários, no período de 20 a 22 de novembro, abarcando o Festival propriamente dito<sup>313</sup>. Um dos destaques, além do III Salão de Artes Plásticas (que premiou artistas com os valores de seis, quatro e três milhões de cruzeiros para os três melhores trabalhos),<sup>314</sup> foi o

---

<sup>310</sup> A ideia de “passar ao Brasil a limpo” refere-se ao processo de *impeachment* que Fernando Collor sofreu em outubro de 1992. Seu mandato foi marcado por polêmicas, com destaque para a decisão de confiscar as poupanças com depósitos superiores a cinquenta mil cruzeiros<sup>310</sup>, alegando que a medida ajudaria no controle da crise econômica. Algumas acusações contra sua administração começaram a surgir já em 1991, tendo o estopim no ano seguinte, quando seu irmão, Pedro Collor de Mello, denunciou um esquema de corrupção do qual Collor estava envolvido.

Alusão ao processo de *impeachment* instaurado contra o presidente Fernando Collor, em outubro de 1992.

<sup>311</sup> *Jornal da Manhã*. Aracaju. 06 de novembro de 1992. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC XXI. Assunto Grupos Artísticos/Divulgação. Caixa 07. Ano 1992.

<sup>312</sup> Projeto XXI Festival de Arte de São Cristóvão. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XXI. Assunto: Documentação das comissões/ Documentação da Coordenação central. Caixa 03. Ano: 1992.

<sup>313</sup> *Idem*.

<sup>314</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju. 20 de agosto de 1992. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC XXI. Assunto Grupos Artísticos/ Divulgação. Caixa 07. Ano 1992.

show de rock, o “Rock’n Bika”<sup>315</sup>, que reuniu cerca de vinte bandas do gênero no dia 21 de novembro, divulgado com grande expectativa na imprensa jornalística<sup>316</sup>.

Outra atividade divulgada com maior ênfase foi a homenagem feita a Torquato Neto, numa mostra comemorativa intitulada “O Poeta Desfolha a Bandeira”, para a qual foi convidado o poeta e compositor Waly Salomão, parceiro de Caetano Veloso e Gilberto Gil<sup>317</sup>. Também foi realizado no campus universitário duas palestras sobre o Tropicalismo, e em São Cristóvão houve a exibição de um Vídeo Show em comemoração aos 50 anos de Caetano Veloso<sup>318</sup>.

Apesar de algumas matérias na imprensa apregoarem as atividades culturais ofertadas e estimularem um clima de boas expectativas (“Festival de São Cristóvão Promete Muito Sucesso”<sup>319</sup>), as críticas não deixaram de existir, inclusive por parte do próprio irmão do reitor, o artista plástico Leonardo Alencar, que também participou do “Repensando o FASC”:

como vem sendo organizado, o festival envergonha a nossa qualidade de produtores culturais e, em princípio, a própria Universidade. Chega de oba oba [...] resgatar a memória não é colocar algumas pessoas desfilando pelas ruas para ganhar uma cachet risório, mas sem qualquer consciência de seus verdadeiros valores. Isso, inclusive, gera uma profunda distorção para a inclusão de Sergipe no roteiro turístico internacional. [...] tudo é feito como se alguém chegasse e gritasse: “meninas, vamos ao baile?”<sup>320</sup>.

No início da década de 1990 tornava-se mais evidente o descrédito do Festival. Para alguns, sua permanência era, em grande medida, devida à atuação de Clodoaldo de Alencar Filho, que esteve envolvido no projeto desde a sua fundação, muito embora isso não resolvesse os seus problemas presentes. A circulação de críticas passou a ser maior que os elogios e apoios. Falava-se em: “O que fazer com os mortos senão enterrá-los? As boas lembranças ficam e a vida continua. Assim, podemos pensar no FASC.”<sup>321</sup>; ou ainda: “O festival já virou uma

---

<sup>315</sup> Ofício nº 3/92. Aracaju, de 14 de outubro de 1992. Ibid.

Folder do XXI FASC. Fundo FASC XXI. Assunto Documentação das comissões/ Documentação da Coordenação central. Caixa 03. Ano 1992.

<sup>316</sup> *Gazeta de Sergipe*. Aracaju 12 de novembro de 1992. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC XXI. Assunto Grupos Artísticos/ Divulgação. Caixa 07. Ano 1992.

<sup>317</sup> *Jornal de Sergipe*. Aracaju. 17 e setembro de 1992. Ibid.

<sup>318</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 19 de novembro de 1992. Ibid.

<sup>319</sup> Título da matéria que saiu no *Jornal da Manhã*. Aracaju. 29 de outubro de 1992. Ibid.

<sup>320</sup> Declarações de Alencar Filho no *Jornal da Manhã*. Aracaju. 22 e 23 de novembro de 1992. Ibid.

<sup>321</sup> Considerações do jornalista Milton Alves no *Jornal da Manhã*. Aracaju. 06 de novembro de 1992. Ibid.

espécie de vaca sagrada. É preciso muita coragem e decisão para acabar com ele. Do jeito que está não pode continuar.<sup>322</sup>

## 5. O DISCRETO FECHAR DAS CORTINAS E APAGAR DAS LUZES

*Por que continuar empurrando este carro velho, de motor e baterias estragadas, modelo fora de linha, num esforço sobre humano só para não ser responsável pelo assassinato, se dessa morte, pode nascer algo de novo e mais perfeito no necessário trabalho de valorização e promoção artístico/cultural?<sup>323</sup>*

A convivência com a crise na área cultural foi afastando gradativamente a UFS da promoção de megaeventos. Ainda assim, ela levou adiante a realização do FASC no ano seguinte, em 1993, coordenado por uma nova gestão administrativa. Clodoaldo de Alencar passou o cargo de reitor para Luiz Hermínio de Aguiar (1992-1996)<sup>324</sup>. A função de vice-reitor passou a ser exercida pelo professor José Paulino da Silva. À frente da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários ficou a professora Maria da Eucaristia Teixeira Leite, enquanto que a direção do CULTART foi entregue à Elúzia Maria de Carvalho da Costa.

De 26 a 28 de novembro de 1993, período escolhido para a promoção do XXII FASC, houve a realização de diversos espetáculos em São Cristóvão, sendo anunciados com mais frequência nos jornais, os shows de música popular, como os de Moraes Moreira<sup>325</sup>, Chico Queiroga, Amorosa<sup>326</sup>, além das atividades do VIII Salão de Literatura<sup>327</sup>. Ainda sobre a

---

<sup>322</sup> Antônio Carlos Viana, professor da UFS, no *Jornal da Manhã*. Aracaju. 06 de novembro de 1992. Ibid.

<sup>323</sup> *Coluna João de Barros. Jornal da Cidade*. Aracaju. 28 de outubro de 1986. Arquivo Central da UFS. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC XV. Assunto Grupos Artísticos/ Divulgação/ Mostras e Exposições. Caixa 07-B. Ano 1986.

<sup>324</sup> Luiz Hermínio de Aguiar é um médico sergipano, formando pela UFS. Foi o sétimo reitor dessa instituição. Em sua gestão houve a elaboração do projeto para implementação de cursos de licenciatura plena no interior do estado, além da criação da Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPese) e da construção dos prédios para a sede do Colégio de Aplicação (CODAP), do curso de Odontologia, do ambulatório de Medicina, do Centro de Educação Superior à Distância (CESAD) e do complexo poliesportivo. Fonte: <http://reitoria.ufs.br/pagina/luiz-herm-nio-aguiar-oliveira-1992-1996-11204.html>. Acesso em 02 de junho de 2014.

<sup>325</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 27 de novembro de 1993. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC XXII. Assunto Divulgação. Caixa 04. Ano 1993.

<sup>326</sup> *Jornal da Manhã*. Aracaju. 18 de novembro de 1993. Ibid.

Antônia Amorosa é cantora, compositora, jornalista e escritora sergipana, bastante reconhecida por seus trabalhos na área da música, inclusive em outros estados do país.

música, essa edição trouxe novas tendências, incluindo *rock*, *reage* e *funk*<sup>328</sup>. Outra novidade na programação foi a criação de um Palanque de Programação Regional, com o intuito de valorizar a música regional, em consonância com o propósito de dar mais espaço aos artistas sergipanos<sup>329</sup>.

Diferentemente do ano passado, os comentários na imprensa apesar de discretos, tiveram um tom de colaboração, conforme se apresenta em uma matéria que diz no título: “Com muitas dificuldades financeiras, mas com uma programação enxuta, primando pela qualidade, vai ser realizado o XXII Festival de Arte de São Cristóvão”<sup>330</sup>. Semelhantemente foi publicado no *Jornal da Manhã*: “Mais um FASC: ainda bem”<sup>331</sup>.

Os gastos com o pagamento dos artistas convidados continuavam a constituir na maior área de despesas. O Banco do Brasil, SESI, Governo de Sergipe, Banco do Nordeste, Empresa de Cartões de Crédito – Credicard e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) patrocinaram o



Reitor Luiz Hermínio de Aguiar, ao centro, cumprimentando o Senador Albano Franco na cerimônia de assinatura do convênio em favor do XXII FASC. [Fonte: *Jornal da Cidade*. 20 de novembro de 1993. Fundo: FASC XXII. Cx.04. Ano: 1993].

XXII FASC, de 1993. Esta última doou para UFS, através de um convênio, a quantia de quatro milhões de cruzeiros, com ampla repercussão na imprensa, parabenizando o senador sergipano Albano Franco (Presidente da CNI) pela iniciativa<sup>332</sup>. De igual modo, esse FASC serviu mais uma vez como espaço de propaganda política do Governo de Sergipe. No discurso da cerimônia de abertura do XXII FASC, o governador João

<sup>327</sup> *Jornal da Manhã*. Aracaju. 21 e 22 de novembro de 1993. *Jornal da Cidade*. Aracaju. 21 de novembro de 1993. *Jornal da Cidade*. Aracaju. 26 de novembro de 1993. Ibid.

<sup>328</sup> Folder do XXII FASC. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XXII. Assunto: Documentação da Coordenação Central. Caixa 01. Ano: 1993.

<sup>329</sup> Relatório Geral do XXII Festival de Arte de São Cristóvão. Parte I. Ibid.

<sup>330</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 20 de novembro de 1993. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC XXII. Assunto Divulgação. Caixa 04. Ano 1993.

<sup>331</sup> Título do artigo publicado no *Jornal da Manhã*. Aracaju. 28 e 29 de novembro de 1993. Ibid.

<sup>332</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 19 de novembro de 1993. *Jornal da Cidade*. Aracaju. 20 de novembro de 1993. *Jornal da Manhã*. Aracaju. 18 de novembro de 1993. Ibid.

Alves Filho (1991-1994) fez um relato positivo de sua administração, alegando, dentre outras coisas, possuir o “irrecusável compromisso com o fazer cultural”<sup>333</sup>.

O Ministério da Cultura, extinto desde 1990, foi reestruturado e voltou a participar da promoção do FASC. Em novembro de 1992, o novo Presidente da República, Itamar Franco, promulgou a Lei 8.490<sup>334</sup>, responsável por reestabelecer o MinC e a FUNARTE. Em seu mandato houve a reorganização de instituições voltadas à promoção de atividades artístico-culturais. No entanto, a iniciativa na elaboração e execução destas também passava gradativamente a ser dirigida pela própria sociedade civil, se organizando a partir de entidades não-governamentais e realizando articulações com empresas privadas, na busca de patrocínios (CALABRE, 2009).

Com a chegada de um novo ano acadêmico, como era de praxe, após ser lançada Portaria pelo reitor constituindo a comissão, começavam os preparativos para um novo Festival. Tinha sido assim nos últimos vinte e dois anos e em 1994 não foi diferente. Os desfechos da elaboração do FASC naquele ano, porém, deram um novo rumo à sua história. Após tantos aplausos e vaias, o megaevento estava chegando ao fim, sendo organizado pela última vez nesse ano.

A conclusão de que o FASC acabou, porém, não chegou de imediato nem tão pouco fazendo alardes, pelos menos não naqueles fins de 1994 e início de 1995. Ainda no primeiro semestre de 1994 reuniram-se reitor, vice, pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários e diretora do CULTART, a mesma Comissão do ano passado, para elaborarem a XXIII edição do FASC, com data prevista para 21 a 23 de outubro<sup>335</sup>. Esta ideia provavelmente não passou de um pré-projeto, pois não há registros de sua aplicação, apenas de seu esboço, no qual já se considerava a necessidade de prorrogação do evento. Isso foi posto em prática no Projeto final, que pela primeira vez, estabeleceu o período de realização do dia 30 de novembro de 1994 a 20 de janeiro de 1995. Sendo assim, não houve uma edição específica para cada ano, mas uma programação que abarcou os dois. No tópico *Apresentação*, já se encontravam algumas considerações reconhecendo as dificuldades em se manter o Festival e as soluções encontradas:

---

<sup>333</sup> *Jornal da Manhã*. Aracaju. 28 e 29 de novembro de 1993. Ibid.

<sup>334</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8490.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8490.htm). Acesso em 18 de junho de 2014.

<sup>335</sup> Projetos do CULTART/1994. XXIII Festival de Arte de São Cristóvão. Arquivo Central da UFS. Fundo: DIARVIS/ CULTART/UFS. Assunto: Documentos. Caixa 01. Ano: 1994.

A importância do FASC, como polo dinamizador da cultura em nosso Estado é inquestionável, não obstante as dificuldades enfrentadas pela UFS para assegurar a sua realização durante vinte e dois anos consecutivos. [...]

Durante o seu percurso, o FASC passou por várias montagens e propostas de trabalho, entretanto alguns aspectos evidenciaram-se como constantes, entre os quais: a preocupação com a atualização de recursos humanos, através da criação de espaços para aprendizagem, reflexão crítica, criação artística e produção cultural. [...]

Como conseqüência desse fato e da conjuntura política e financeira nacional, o FASC até então o grande evento da área artístico-cultural da UFS, pôde ser reformulado e a sua vigésima terceira edição foi programada em quatro módulos a serem realizados em Aracaju e São Cristóvão.<sup>336</sup>

A proposta de um evento realizado em um período curto, concentrado em poucos dias, foi substituída por um modelo mais tradicional de extensão universitária, que o desmembrou em vários pequenos eventos oferecidos ao público em alguns meses, descaracterizando completamente a ideia de megaevento concretizada pelo FASC.

O programa se estruturou em quatro módulos: I) Canal FASC – III Mostra Norte-Nordeste de vídeo: de 30 de novembro a 04 de dezembro, no CULTART. II) X Salão FASC de Artes Plásticas: de 21 de dezembro de 1994 a 20 de janeiro de 1995, na Galeria de Artes Florival Santos, em Aracaju. III) FASC Natal – Serenata natalina, nas ruas e Museu Histórico de São Cristóvão. IV) Momento FASC no Fórum universitário de cultura, nos dias 15 e 16 de dezembro, no campus universitário<sup>337</sup>.



Cartaz do último FASC (1994/95).

<sup>336</sup> Projeto Festival de Arte de São Cristóvão. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XXIII. Assunto: Divulgação/ Documentação da Coordenação Central/Literatura/Dança/ Correspondência/Grupos Artísticos. Caixa 02. Ano: 1994.

<sup>337</sup> Folder do XXIII FASC e Projeto: Festival de Arte de São Cristóvão. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XXIII. Assunto: Divulgação/ Documentação da Coordenação central/Literatura/Dança/ Correspondência/Grupos Artísticos. Caixa 02. Ano: 1994.

Não se tem registro do quanto custou a execução do evento, nem dos valores que cada empresa e instituição doaram. Os patrocinadores foram apenas o Ministério da Cultura (MinC) e o Banco do Brasil. Quanto aos demais apoios, contou-se somente com o da Secretaria Especial de Cultura do Estado de Sergipe, dirigida por Aglaé Fontes.

Nos jornais, por sua vez, as matérias se resumiram a poucos comentários sobre as apresentações artísticas e seus respectivos locais e horários, destacando o show de Oswaldo Montenegro como um dos mais esperados<sup>338</sup>. As principais polêmicas giraram em torno das declarações da Diretora do CULTART, Elúzia Costa, ao negar o fim do FASC:

A universidade Federal de Sergipe nunca posicionou-se dizendo que iria acabar com o Festival de Arte de São Cristóvão, muito menos colocou a ideia de que não iria fazer o FASC este ano. [...]

O que foi informado oficialmente à população em vários momentos, é que, devido a questões financeiras decorrentes da conjuntura política e orçamentária do país, seria suspensa a parte de shows em São Cristóvão, justamente a que requer mais investimentos.<sup>339</sup>

Dois dias depois de sua declaração à imprensa local, saiu no *Jornal da Manhã* uma crítica, desconstruindo a ideia de preservação do Festival:

Agora, se mal pergunto, com todo respeito professora: Se todos os shows foram cancelados... se os três dias de FASC em São Cristóvão não vão ser realizados... sobrou o que na velha capital?

Então, os insistentes que me desculpem, mas o FASC já que estava morto, foi enterrado... Mostras em diversos lugares, show de música no Campus, palestras e aulas, exposições e filmes em unidades da UFS... tudo isso sempre existiu independentemente do FASC. Então vamos esquecer essa história de FASC, valorizar as novas iniciativas culturais.<sup>340</sup>

De fato, “essa história de FASC” foi esquecida, em partes. Com o término do XXIII Festival, a Universidade não promoveu mais o evento, entregando-o à Prefeitura Municipal de São Cristóvão, que o realizou pela primeira vez em 1997. A UFS passou a atuar, assim, como

---

<sup>338</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 16 de novembro de 1994. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

<sup>339</sup> Declarações da professora Elúzia Costa publicadas no *Jornal da Cidade*. Aracaju. 14 de dezembro de 1994. Ibid.

<sup>340</sup> *Jornal da Cidade*. Aracaju. 16 de novembro de 1994. Ibid.

colaboradora, prestando algum tipo de apoio, todavia não mais assumindo a responsabilidade pelo FASC, que foi celebrado pela última vez em 2005.

Essa pesquisa não cuidou de analisar de forma aprofundada o período de 1995 a 2005 porque elegeu como tese a ser investigada a relação dos administradores da UFS com os Governos federal, estadual e municipal, no que diz respeito à política cultural. Política essa que se expressou através do FASC, realizado em um espaço temporal longo de 23 anos, compreendendo o período de transição de um regime ditatorial para uma democracia, na qual ainda coexistiram, em particular nos primeiros anos, instituições e práticas políticas autoritárias.

Faz parte da universidade o desenvolvimento de projetos de extensão universitária, comprovado pela existência de uma instituição destinada promovê-los – a Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX). O FASC foi, sem dúvida, o evento cultural-artístico mais importante da UFS nas últimas décadas, inaugurando a experiência da extensão universitária de forma esufuziante. No entanto, devido a uma série de fatores ele foi paulatinamente sendo esvaziado de sentido, perdendo legitimidade. Entre estes fatores pode-se citar as divergências e disputas internas de poder, envolvendo a reitoria, a PROEX e o CULTART; a má administração dos recursos financeiros evidenciadas pela discrepância entre estes e o modelo de Festival, elaborado quase sempre em um estilo apoteótico; a conjuntura política e econômica que de diferentes modos refletiu na proposta de política cultura do Governo Federal; e ainda, o parco diálogo desenvolvido entre a UFS e a população, comprometendo seu projeto de extensão cultural.

Observou-se ainda que o financiamento federal esteve presente de diferentes modos ao longos dos vinte e três anos do FASC. Nesse terceira fase, de 1986 a 1995, a participação do MEC, MinC e FUNARTE diminuiu significativamente, o que comprometeu em certa medida sua promoção. Contudo, pôde-se perceber a presença de recursos do Governo Federal através da participação da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, que desempenharam papel importante neste últimos nove festivais, compensando a ausência e/ou diminuição da colaboração daquelas entidade.

O acesso às matérias de jornais constituiu uma das principais ferramentas na construção desse trabalho, pois através delas foi possível ter uma porta de acesso ao cotidiano, ajudando a identificar conflitos internos da UFS e concepções divergentes sobre o FASC advindas de

vários setores sociais, dentre outros elementos tradutores da complexidade de experiências que envolveram sua elaboração e execução ao longo desses anos.

Por fim, entende-se que no final do século XX, ganhando força nos anos seguintes, houve uma descentralização da atividade de extensão universitária, orientada pela valorização de diversos pequenos eventos, abrangendo um número mais amplo de docentes e discentes na criação e execução de suas propostas. Passou-se também a ter uma preocupação maior com a divulgação dos resultados das pesquisas científicas e práticas educacionais. Nesse sentido, observa-se que de fato a Universidade tendeu a ficar mais fechada em si mesma (característica que lhe custou caro nos tempos de produção do FASC), desenvolvendo muito mais articulações com outras instituições de ensino superior do que propriamente com a população situada fora, à margem, destes ambientes formais de educação.

#### **IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa investigou o Festival de Arte de São Cristóvão (FASC) no decorrer dos seus vinte e três anos consecutivos de existência (1972-1995), para compreender as relações políticas entre a Universidade Federal de Sergipe e os Governos militares, bem como entre estes e a cultura. Notou-se que ambos os casos foram caracterizados por contradições e complexidades, coexistindo financiamento e repressão, além de momentos de consenso e beneficiamento mútuo, principalmente na relação com os profissionais da UFS envolvidos na organização e execução do evento, os quais, em geral, foram ganhando notoriedade e reconhecimento, o que colaborou no deslanchar da carreira profissional dentro desta instituição ou atuando em outras instâncias federais, como aconteceu com Albertina Brasil, convidada a trabalhar na FUNARTE a partir de 1978.

O FASC nasceu como uma exigência do MEC, não no seu modelo de Festival, mas como atividade artístico-cultural para a comemoração do sesquicentenário da independência, em 1972. Sua criação estava inserida, portanto, num momento de auge da Ditadura evidenciado durante o governo Médici (1969-1974) com o largo uso de aparelhos repressivos, desmantelamento das forças de resistência e de sua capacidade de reorganização e ainda, elevação das taxas de crescimento econômico. Aliado a isso, também houve o aumento da popularidade do presidente Médici, obtida por meio de propaganda, aproveitando inclusive o deleite social provocado pela vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1970.

Dentro dessas circunstâncias, a pesquisa investigou a hipótese de apropriação do espaço da Universidade para implementação da política cultural do Governo Federal, através do FASC como mais um instrumento propagandístico. A análise dos diversos elementos envolvidos na elaboração do evento comprovou que paralelo aos altos investimentos feitos através do Conselho Federal de Cultura, da Fundação Nacional das Artes e do Ministério da Educação e Cultura, tendo o ministro aparecido na grande maioria das edições como patrono, existiu o controle e vigilância das manifestações artísticas que comporiam a programação do Festival. Esse controle efetivou-se a partir da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) e do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP).

Nesse sentido, a extensão cultural da UFS serviu, nesse primeiro momento da década de 1970, para propagandear o Estado como patrono da cultura (lembrando que o ministro do MEC e/ou outros responsáveis pelos órgãos patrocinadores discursavam para o grande público na

cerimônia de abertura do Festival), como também para buscar legitimar a existência da própria Universidade, recém-fundada no estado de Sergipe, em 1968.

Constatou-se ainda que apesar do FASC ter sua promoção muito ligada à aplicação de recursos federais, o declínio da Ditadura esboçado no final dos anos 1970 não significou necessariamente a decadência do Festival, numa lógica de causa e consequência. Ao contrário, a essa altura o evento já estava consolidado, sendo sua execução reconhecida pela população e pelos profissionais da UFS envolvidos na sua elaboração como algo praticamente obrigatório. É fato que em 1979 houve alguns cortes na verba, vindo uma quantia inferior ao que fora solicitado; mas ainda assim, a FUNARTE liberou um crédito recorde. A crise sobrevinda nesse período decorreu muito mais das disputas políticas internas e da insistência dos organizadores em se fazer um mega evento, apesar das sucessivas falhas na administração e da falta de infraestrutura em São Cristóvão para comportá-lo.

Já na década seguinte, o desgaste político dos governos militares, acrescido da crise econômica que afetou o país repercutiu de modo mais contundente no financiamento do FASC. O estudo dessa conjuntura possibilitou identificar outra extensão dos usos do Festival: a da ingerência das instâncias de poderes estadual e local, protagonizada principalmente pela participação do governador de Sergipe, João Alves Filho. Essa participação foi maior a partir de 1983, quando circulava nos jornais a possibilidade de cancelamento do FASC devido à inexistência de verbas suficientes. Esse episódio colaborou no entendimento da dimensão política do Festival, pois apesar dele ser um evento cultural houve muitas aproximações com o campo político, existindo interesses por parte dos poderes federal, estadual e municipal em se apropriarem dele, usando-o como instrumento para associar a sua promoção a uma determinada administração.

Sentiu-se a necessidade de avançar na temporalidade para averiguar como o FASC se comportou no pós-85, de que maneiras conseguiu se manter e como se relacionou com os novos governos enquadrados na fase de retorno à democracia. Isso propiciou uma reflexão sobre a atuação dos membros da Comissão organizadora do evento, que mesmo após o fim da Ditadura continuaram exigindo dos artistas a entrega do certificado de liberação da censura federal, ao mesmo tempo em que permaneceram enviando a proposta de programação para o Serviço de Censura de Diversões Públicas. Essa prática só foi alterada em 1988, quando o país já era regido por uma nova Constituição, cuja principal finalidade era lançar as bases legais para a consolidação da democracia. É compreensível que a Comissão realizasse esse

procedimento durante a vigência dos governos militares. No entanto sua permanência nos anos de 1986 e 1987, leva-nos a questionar até que ponto existiu a autocensura, gerada pelo medo de represálias que viessem a comprometer a realização do FASC, e em que medida também não houve o consentimento com os métodos de vigilância e ocultamento de atividades artísticas.

Não se pode ser categórico na resposta dessa questão. Antes, deve-se atentar para a heterogeneidade de concepções de mundo inscritas nas diversas experiências pessoais, fomentando diferentes práticas. A Comissão organizadora do FASC não constituía um bloco homogêneo e, além disso, era modificada no mínimo a cada quatro anos, quando assumia um novo reitor. Era este quem formava a equipe com a qual trabalharia na elaboração do Festival, utilizando-se de vários critérios, que iam desde a qualificação profissional até a afinidade pessoal. Logo, não existia uma linearidade de pensamentos.

As repercussões dentro e fora da UFS das alterações no quadro dos organizadores do evento, incluindo aí o reitor e os representantes da Comissão Central, ficaram bem explícitas em quatro momentos, os quais ajudam a compreender as fases de ascensão, crise e decadência do FASC: coordenação de Albertina Brasil (1972-1978); coordenação de Clodoaldo de Alencar Filho (1978-1982); gestão de Nestor Amazonas (1982-1983) e Gilson Cajueiro (1980-1984); retorno de C. de Alencar, como reitor (1988-1992); e por fim, administração do reitor Luiz de Oliveira (1992-1996), com o término do evento.

Sobre seu fim, é importante ressaltar que ele resultou da confluência de diversos fatores que foram desde a ordem externa (mudanças das políticas culturais, crises econômicas) à interna (desprestígio gerado da insatisfação pela forma encastelada como a extensão universitária era promovida, má administração e disputas políticas). As principais contradições do FASC residiam na incompatibilidade entre a elaboração do Projeto e os recursos financeiros existentes; bem como na dificuldade de estabelecer mecanismos de diálogo, participação e interação efetiva com a população e os artistas locais.

Por fim, chama-se atenção para o fato de que apesar da programação artística ter sido construída, em grande medida, para atender aos interesses da Universidade e às diretrizes propostas pelo MEC e FUNARTE na década de 1970 e início dos anos 1980, não se pode desconsiderar que o FASC dinamizou o cenário cultural sergipano, contribuindo na divulgação do trabalho de diversos artistas. Para além dos objetivos da UFS de usá-lo para

educar através da arte, o Festival também revelou consentimentos e apoios ao Estado autoritário, propagando-o como patrono da cultura, e de ensejar a formação de civismo e identidade nacional. Independente das apropriações feitas, o FASC proporcionou ao público um espaço para troca de diferentes experiências, deixando na memória de muitos participantes a lembrança dos tempos de agitação cultural nas ruas de São Cristóvão e até mesmo o desejo de que um dia ele possa retornar.

## FONTES

### *Acervo do site censuramusical*

- DCDP – Comunicação Interna. Departamento de Polícia Federal. Divisão de Censura de Diversões Públicas. Caráter Confidencial. Informe nº1, 27 de abril de 1973. Disponível em: Disponível em: <http://www.censuramusical.com.br/includes/docs/ACancaodeProtesto-InstrumentoSubversivo.pdf>. Acessos em 19 de setembro de 2011.

### Decretos-Leis

- Decreto 20.493 de 24 de janeiro de 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20493-24-janeiro-1946-329043-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 13 de julho de 2013.
- Decreto nº 56.510, de 1965. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56510-28-junho-1965-396733-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso 14 de julho de 2013.
- Decreto nº 43, de 1966. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-43-18-novembro-1966-378093-norma-pe.html>. Acesso em 13 de julho de 2013.
- Decreto 269 de 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-269-28-fevereiro-1967-378094-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25 de junho de 2013.
- Decreto nº 5536, de 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5536-21-novembro-1968-357799-norma-pl.html>. Acesso em 15 de julho de 2013.
- Decreto nº 862, de 1969. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-862-12-setembro-1969-375445-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 de julho de 2013.
- Decreto nº 83.973, de 1979. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83973-13-setembro-1979-433144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 17 de julho de 2013.

- Decreto nº 6.683, de 1979. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm). Acesso em 04 de abril de 2012.
- Decreto 66.967, de 27 de julho de 1970. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d66967.pdf>. Acesso em janeiro de 2014.
- Decreto 91.144, de 15 de março de 1985. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/12503/decreto-criacao-minc.pdf/44fecef5-12b2-4af7-a526-1b9b7768ff74>. Acesso em 10 de junho de 2014.
- Decreto 66.967, de 27 de julho de 1970. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d66967.pdf>. Acesso em janeiro de 2014.

## Leis

- Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971. (I PND). Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=120837>. Acesso em 01 de junho de 2014.
- Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974. (II PND). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6151.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6151.htm). Acesso em 02 de junho de 2014. // *Projeto do II PND*. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF). Acesso em 11 de junho de 2014.
- Lei da Anistia. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm). Acesso em 04 de abril de 2012.
- Lei Sarney. Lei 7.505, de 2 de julho de 1986. Disponível em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109576/lei-sarney-lei-7505-86>. Acesso em 30 de maio de 2014.
- Lei 8.028, de 12 de abril de 1990. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8028.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8028.htm). Acesso em 20 de maio de 2014.
- Lei 8.029, de 12 de abril de 1990. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8029cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8029cons.htm). Acesso em 20 de maio de 2014.
- Lei 8.490, de 19 de novembro de 1992. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8490.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8490.htm). Acesso em 18 de junho de 2014.

- Lei 9.192, de 21 de dezembro de 1995. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9192.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9192.htm). Acesso em 14 de junho de 2014.

### **Atos Institucionais**

- Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoinstit/1960-1969/atoinstitucional-1-9-abril-1964-364977-publicacaooriginal-1-csr.html>. Acesso em 20 de julho de 2013.
- Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoinstit/1960-1969/atoinstitucional-2-27-outubro-1965-363603-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 de julho de 2013.
- Ato Institucional nº 3, 5 de fevereiro de 1966. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoinstit/1960-1969/atoinstitucional-3-5-fevereiro-1966-363627-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 de julho de 2013.
- Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoinstit/1960-1969/atoinstitucional-4-7-dezembro-1966-363630-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 de julho de 2013.
- Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: [http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo\\_norma=AIT&data=19681213&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo_norma=AIT&data=19681213&link=s). e <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoinstit/1960-1969/atoinstitucional-5-13-dezembro-1968-363600-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 de julho de 2013.

### **Testemunhos orais**

- Aglaé Fontes. Entrevista realizada em 2013, em Aracaju/SE.
- Amaral Cavalcante. Entrevista realizada em 2013, em Aracaju/SE.
- Terezinha Oliva. Entrevista realizada em 2013, em Aracaju/SE.

## Arquivo Central da UFS

- *Relatório Final*. Arquivo Central da UFS. Fundo FASC I. Assunto Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano 1972.
- *Portaria nº 79 de 27 de abril de 1972*. Fundo FASC I. Assunto: Diversos. Caixa s/n. Ano 1972.
- *Lista de slogans*. Ibid.
- *Discurso de Albertina Brasil*. Ibid.
- *Recortes de Jornais de 1972*. Fundo: FASC I. Assunto: Divulgação. Caixa 04. Ano: 1972.
- *Orçamento por fonte*. Fundo FASC II/Secretaria. Assunto: Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano: 1973.
- *Ofício nº AESI/UFS/231/73*, de 15 de agosto de 1973. Fundo FASC II. Assunto Correspondência Expedida e Recebida. Caixa 01. Ano 1973.
- *Programa Oficial*. Fundo: FASC II. Assunto: Documentação das Comissões/ Grupos Artísticos. Caixa 03. Ano: 1973.
- *Recortes de jornais de 1973*. Fundo: FASC II. Assunto: Divulgação. Caixa 04. Ano 1973.
- *Discurso de Ney Braga*. Fundo: FASC III. Caixa: 02. Assunto: Documento da Coordenação Central. Ano: 1974.
- *Convênio MEC/ UFS*. Fundo: Cultart. Caixa: 01. Assunto: Correspondência. Direção: Documentos Administrativos. Ano: 1974.
- *Peça “O Ensaio Geral”*. Fundo: FASC CULTART/Direção. Assunto: Correspondências /Relatórios/ Documentação das Comissões. Caixa 01. Ano: 1974.
- *Ofício Circular nº 16*, de 10 de dezembro de 1974. Fundo: Cultart Direção. Assunto: Correspondências/ Relatórios. Documento das Comissões. Caixa 01. Ano: 1974.
- *Ofício nº174/74/III FASC*, de 20 de agosto de 1974. Fundo: FASC CULTART/Direção. Assunto: Correspondências /Relatórios/ Documentação das Comissões. Caixa 01. Ano: 1974.
- *Ofício nº 425*, de 29 de agosto de 1974. Fundo: Cultart Direção. Caixa: 01. Assunto: Correspondências/ Relatórios. Documento das Comissões. Ano: 1974.
- *Documento da AESI: “Relação de Letras Aprovadas pela Censura da DPF/SE” e “Relação das Letras não aprovadas pela censura da DPF/SE”*, em 17 de setembro de

1974. Fundo: FASC CULTART/Direção. Assunto: Correspondências /Relatórios/ Documentação das Comissões. Caixa 01. Ano 1974.
- *Departamento de Polícia Federal. Seção de Censura de Diversões Públicas. Resposta ao Ofício nº113/74/AESI/UFSE*, de 30 de agosto de 1974. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Correspondências /Relatórios/ Documentação das Comissões. Caixa 01. Ano: 1974.
  - *Ofício nº 285/75/CULTART/IV FASC*, de 22 de setembro de 1975. Fundo CULTART/Secretaria. Assunto Controle de Materiais e Serviços/ Correspondência Expedida/ Declarações. Caixa 03. Ano 1975.
  - *Recortes de jornais de 1975*. Fundo FASC IV. Assunto Divulgação. Caixa 04. Ano 1975.
  - *Relatório do IV FASC*. Fundo FASC IV. Assunto Documentação da Coordenação Central/ Documentação das Comissões. Caixa 02. Ano 1975.
  - *Discurso pronunciado por Amaral Cavalcante na homenagem prestada pelos artistas sergipanos ao reitor Luiz Bispo*. Fundo FASC IV. Assunto Documentação da Coordenação Central/ Documentação das Comissões. Caixa 02. Ano 1975.
  - *Trabalhos da Comissão – Lista*. Fundo: FASC IV. Assunto: Correspondências. Caixa 01. Ano: 1975.
  - *Convênio FUNARTE/ UFS*. Fundo: CULTART/Secretaria. Assunto: Correspondência/ Controle de Material/ Pessoal/ Documentação Administrativa/ Direção/ Divulgação. Caixa 01. Ano: 1976.
  - *Comissão Central do V FASC – Lista*. Fundo: FASC V. Assunto: Documentação da Coordenação Central/ Documentação das Comissões. Caixa 02. Ano: 1976.
  - *Recortes de jornais de 1976*. Fundo: FASC V. Assunto: Divulgação. Caixa 04. Ano: 1976.
  - *Ofício nº 47/77/CULTART*, de 09 de fevereiro de 1977. Fundo: FASC VI. Assunto: CULTART/correspondência. Caixa 01. Ano: 1977.
  - *Comissão Central do VI FASC – Lista*. Fundo: FASC VI. Assunto: Documentos das Comissões. Caixa 02. Ano: 1977.
  - *Ofício 234/77*, de 05 de agosto de 1977. Fundo: FASC VI. Assunto: CULTART/Correspondências. Caixa 01. Ano: 1977.
  - *Programação Oficial. Folders*. Fundo: FASC VI. Assunto: Documentos das Comissões. Caixa 02. Ano: 1977.

- *Recortes de jornais de 1977*. Fundo: FASC VI. Assunto: Divulgação. Caixa 04. Ano: 1977.
- *“O Festival de Arte de São Cristóvão” – Relatório apresentado no Encontro de Coordenadores de Festivais da FUNARTE*. Fundo: FASC VI. Assunto: Documentação das Comissões. Caixa 02. Ano: 1977.
- *Portaria n° 949*, de 24 de janeiro de 1978. Fundo CULTART/Secretaria. Assunto Pessoal/ Correspondências. Caixa 02. Ano 1978.
- *Recortes de Jornais de 1978*. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Direção. Assunto Divulgação/ Documentação das Comissões. Caixa 04. Ano 1978.
- *Relatório de Despesas e Saldos por Fonte*. Fundo: FASC VII. Assunto: Documentação da Comissão Central. Caixa 02. Ano: 1978.
- *Relatório Final*. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Divulgação/ Documentação das Comissões. Caixa 04. Ano: 1978.
- *Correspondência – Chefe de Censura do Serviço de Censura de Diversões Públicas de Sergipe*. Em 11 de setembro de 1978. Arquivo Central da UFS. Fundo CULTART/Secretaria. Assunto Pessoal/ Correspondências. Caixa 02. Ano 1978.
- *Programação Oficial. Folders*. Fundo: FASC VII. Assunto: Documentação da Comissão Central. Caixa 02. Ano: 1978.
- *Previsão de Despesas por Fonte – Quadro Analítico*. Fundo: FASC VIII. Assunto: Documentação da Coordenação Central/ Música – COMARCE. Caixa 02. Ano: 1979.
- *Recortes de jornais de 1979*. Fundo: CULTART/Secretaria. Assunto: Correspondências/ Controle de Material e Serviços/ Divulgação. Caixa 01. Ano: 1979.
- *Programação Oficial. Folders*. Fundo: CULTART/Secretaria. Assunto: Controle de Materiais e Serviços/Divulgação. Caixa 01. Ano: 1979.
- *Previsão de Despesas por Fonte – Quadro Analítico*. Fundo: FASC VIII. Assunto: Documentação da Coordenação Central/ Música – COMARCE. Caixa 02. Ano: 1979.
- *Recorte de jornais de 1980*. Fundo: FASC IX. Assunto: Documentação das comissões e da Comissão Central. Caixa 03. Ano: 1980.
- *Portaria n ° 594*, de 10 de setembro de 1980. Fundo: FASC IX. Assunto: Documentação das comissões e da Comissão central. Caixa 03. Ano: 1980.
- *Ofício n° 23/80/CULTART*, de 24 de setembro de 1980. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC IX. Assunto: Correspondência. Caixa 01. Ano: 1980.

- *Plano de Aplicação por Projeto.* Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Recursos Orçamentários. Caixa 05. Ano: 1980.
- *Convênio nº 87/80 FUNARTE/UFS.* Fundo: CULTART/Direção/ Documentação Administrativa. Assunto: Recursos Orçamentários. Caixa 05. Ano: 1980.
- *Plano de Aplicação. Anexo ao Convênio nº 87/80.* Ibid.
- *Demonstrativo da Execução Físico-Financeira de Programas e ou Convênios.* Fundo: CULTART/Direção/ Documentação Administrativa. Assunto: Recursos Orçamentários. Caixa 05. Ano: 1980.
- *IX Festival de Arte de São Cristóvão. Normas – Item 4.* Fundo: FASC IX. Assunto: Documentação das comissões e da comissão central. Caixa 03. Ano: 1980.
- *Programação oficial.* Fundo: FASC X. Assunto: Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano: 1981.
- *Execução Orçamentária do X Festival de Arte de São Cristóvão.* Fundo: FASC X. Assunto: Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano: 1981.
- *Recortes de jornais de 1981.* Fundo: FASC X. Assunto: Divulgação. Caixa 04. Ano: 1981.
- *Ofício nº185/81/CULTART,* de 29 de abril de 1981. Fundo: FASC X. Assunto: Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano: 1981.
- *Ofício 441/81,* de 14 de setembro de 1981. Ibid.
- *Convênio FUNARTE/ UFS.* Fundo: FASC X. Assunto: Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano: 1981.
- *Pesquisa de Opinião Pública da clientela do X Festival de Arte de São Cristóvão.* Fundo: FASCX. Assunto: Documentação da comissão central. Ano 02. Ano: 1981.
- *Recortes de jornais de 1982.* Fundo: FASC XI. Assunto: Concursos/ Documentação das comissões/ Divulgação. Caixa 06. Ano: 1982.
- *Previsão de Custos para o XI FASC.* Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XI. Assunto: Documentação da Coordenação Central. Caixa 02. Ano: 1982.
- *Folder do XI FASC.* Fundo: FASC XI. Assunto: Concursos/Documentação das Comissões/ Divulgação. Caixa 06. Ano: 1982.
- *Recortes de jornais de 1983.* Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Correspondência/Relatório. Caixa 01 - B. Ano: 1983.

- *Fontes de Financiamento do XI FASC*. Fundo: FASC XII. Assunto: Documentação da Coordenação Central/ Correspondências. Caixa 02. Ano: 1983. (Observação: dados referentes ao FASC de 1982).
- *Documentação financeira – XII Festival de Arte de São Cristóvão*. Fundo: FASC XII. Assunto: Documentação da Coordenação Central/ Correspondências. Caixa 02. Ano: 1983.
- *Convênio 543/83*. Fundo: FASC XII. Assunto: Documentação da Coordenação Central / Correspondências. Caixa 02. Ano: 1983
- *Documentação Financeira - Tabela com o detalhamento das fontes de recursos*. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Correspondência/Relatório. Caixa 01 - B. Ano: 1983.
- *Programa Oficial do XII FASC*. Fundo: FASC XIII. Assunto: Documentação da Coordenação Central/ Correspondências. Caixa 02. Ano: 1983.
- *Recortes de jornais de 1984*. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Divulgação. Caixa 04 - A. Ano: 1984.
- *Convênio 614/84*. Fundo: FASC XIII. Assunto: Correspondência/ Documentação da Coordenação Central. Caixa 01. Ano: 1984.
- *Lista de recursos captados*. Fundo: FASC XIII. Assunto: Correspondência/ Documentação da Coordenação Central. Caixa 01. Ano: 1984.
- *Programa Oficial do XIII Festival de Arte de São Cristóvão, examinado pelo SCDP*. Fundo: FASC XIII. Assunto: Correspondências/ Documentação da Coordenação Central. Caixa 01. Ano: 1984.
- *Ofício nº160/85, de 25 de novembro de 1985*. Fundo: FASC XIV. Assunto: Correspondências. Caixa 01. Ano: 1985.
- *Recortes de jornais de 1985*. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Divulgação. Caixa 04-B. Ano 1985.
- *Projeto XV Festival de Arte de São Cristóvão*. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XV. Assunto: Documentação da Coordenação Central / Documentação das Comissões de Cursos. Caixa 02. Ano: 1986.
- *Certificado de liberação da censura federal*. Fundo: FASC XV. Assunto: Grupos Artísticos. Caixa: 07-A. Ano: 1986.
- *Recortes de jornais de 1986*. Fundo: FASC XV. Assunto: Grupos Artísticos/ Divulgação/ Mostras e Exposições. Caixa 07-B. Ano: 1986.

- *I Relatório do XV Festival de Arte de São Cristóvão (substituído)*. Fundo: FASC XV. Assunto: Documentação da Coordenação Central/ Documentação das Comissões de Cursos. Caixa 02. Ano: 1986.
- *II Relatório do XV Festival de Arte de São Cristóvão*. Ibid.
- *Projeto do XV Festival de Arte de São Cristóvão*. Ibid.
- *Portaria nº 040, de 20 de janeiro de 1986*. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Documentação Administrativa. Caixa 01. Ano: 1986.
- *Orçamento por fontes*. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Documentação Administrativa. Caixa: 01. Ano 1986.
- *Folder da XV edição*. Fundo: FASC XV. Assunto: Grupos Artísticos / Divulgação / Mostras e Expedições. Caixa 07-B. Ano: 1986.
- *Projeto II Semana de Folclore*. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Documentação administrativa/Cursos/Eventos. Caixa 02. Ano: 1986.
- *Portaria nº 353, de 21 de setembro de 1987*. Fundo: FASC XVI. Assunto: Documento da Coordenação Central/ Documento das comissões. Caixa 02. Ano: 1987.
- *Projeto XVI Festival de Arte de São Cristóvão*. Fundo: FASC XVI. Assunto: Documento da Coordenação Central/ Documento das comissões. Caixa 02. Ano: 1987.
- *Recortes de jornais de 1987*. Fundo: FASC XVI. Assunto: Divulgação/ Pesquisa sobre o FASC/ Concurso/ Correspondência. Caixa 04. Ano: 1987.
- *Mapa Sintético – Discriminação de valor*. Fundo: FASC XVI. Assunto: Documento da Coordenação Central/ Documento das comissões. Caixa 02. Ano: 1987.
- *Certificado de liberação da censura federal e lista da programação liberada pelo SCDP*. Fundo: FASC XVI. Assunto: Documentação da Coordenação Central/ Documentação das comissões. Caixa 02. Ano 1987.
- *Ofício nº 050, de 19 de outubro de 1987*. Fundo: FASC XVI. Assunto: Documentação da Coordenação Central/ Documentação das comissões. Caixa 02. Ano 1987.
- *Recortes de jornais de 1988*. Fundo: FASC XVII. Assunto: Divulgação/ Cursos. Caixa 04. Ano 1988.
- *Programação Oficial e Folder do XVII FASC*. Fundo: FASC XVII. Assunto: Divulgação/Cursos. Caixa 04. Ano: 1988.
- *Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – Notícias culturais*. XVII FASC. Fundo: FASC XVII. Assunto: Divulgação/Cursos. Caixa 04. Ano: 1988.

- *Projeto XVII Festival de Arte de São Cristóvão*. XVII FASC. Fundo: FASC XVII. Assunto: Divulgação/Cursos. Caixa 04. Ano: 1988.
- *Folder do XVIII FASC*. Fundo: FASC XVIII. Assunto: Correspondência/ Coordenação Central/ Divulgação/ Cursos. Caixa 01. Ano: 1989.
- *Recortes de jornais*. Fundo: FASC XVIII. Assunto: Correspondência/ Coordenação Central/ Divulgação/ Cursos. Caixa 01. Ano: 1989.
- *Convênio nº45/89/COPEC*, de 27 de outubro de 1989. Arquivo Central da UFS. Fundo: CULTART/Direção. Assunto: Documentação administrativa/ Pessoal/ Divulgação. Caixa 02. Ano: 1989.
- *Ofício PC/A – 273/89*, de 22 de agosto de 1989. Fundação Roberto Marinho. Fundo: FASC XVIII. Assunto: Correspondência /Coordenação central/ Divulgação/ Cursos. Caixa 01. Ano: 1989.
- *Projeto XIX Festival de Arte de São Cristóvão*. Fundo: FASC XIX. Assunto: Documentação da Coordenação central. Caixa 02. Ano: 1990.
- *XIX Festival de Arte de São Cristóvão. Programa – Fase Preparatória*. Ibid.
- *Folder do XIX FASC*. Fundo: FASC XIX. Assunto: Divulgação/ Grupos Artísticos/ Cursos/ Salão de Artes Plásticas/ Documentação das Comissões. Caixa 07. Ano: 1990.
- *Recortes de jornais de 1990*. Fundo: FASC XIX. Assunto: Divulgação/ Grupos Artísticos/ Cursos/ Salão de Artes Plásticas/ Documentação das Comissões. Caixa 07. Ano: 1990.
- *Recortes de jornais de 1991*. Fundo: CULTART/ Direção. Assunto: Divulgação/ Listagem de Patrimônio. Caixa 06. Ano: 1991. // Fundo: FASC XX. Assunto: Divulgação/ Salão de Artes Plásticas. Caixa 04. Ano: 1991.
- *Documentos contábeis*. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XX. Assunto: Documentação da Coordenação central. Caixa 02-A. Ano: 1991.
- *Projeto Repensando o FASC*. Fundo: FASC XX. Assunto: Documentação da Coordenação central. Caixa 02-A. Ano: 1991.
- *Recortes de jornais de 1992*. Fundo: FASC XXI. Assunto: Grupos Artísticos/ Divulgação. Caixa 07. Ano: 1992.
- *Projeto XXI Festival de Arte de São Cristóvão*. Fundo: FASC XXI. Assunto: Documentação das comissões/ Documentação da Coordenação central. Caixa 03. Ano: 1992.

- *Ofício nº 3/92*, de 14 de outubro de 1992. Fundo FASC XXI. Assunto Grupos Artísticos/ Divulgação. Caixa 07. Ano 1992.
- *Critérios de inscrição*. Arquivo Central da UFS. Fundo: FASC XXII. Assunto: Grupos Artísticos. Caixa 07. Ano: 1993.
- *Recortes de jornais de 1993*. Fundo: FASC XXII. Assunto: Divulgação. Caixa 04. Ano: 1993.
- *Folder do XXII FASC*. Fundo: FASC XXII. Assunto: Documentação da Coordenação Central. Caixa 01. Ano: 1993.
- *Relatório Geral do XXII FASC*. Ibid.
- *Projetos do CULTART/1994. XXIII Festival de Arte de São Cristóvão*. Fundo: DIARVIS/ CULTART/UFS. Assunto: Documentos. Caixa 01. Ano: 1994.
- *Projeto Festival de Arte de São Cristóvão*. Fundo: FASC XXIII. Assunto: Divulgação/ Documentação da Coordenação Central/ Literatura/ Dança/ Correspondência/ Grupos Artísticos. Caixa 02. Ano: 1994.
- *Folder do XXIII FASC*. Ibid.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- Amada, Janaina; Ferreira, Marieta de Moraes. (Org.). *Usos e Abusos da história Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ARAÚJO SÁ, Antônio Fernando. O I FASC e a Política Cultural do Estado autoritário. In: *Cadernos UFS-História*. Departamento de História; Programa de Documentação e Pesquisa Histórica. São Cristóvão: EDUFS, 1995.
- ARAÚJO, Paulo Cesar. *Eu não sou cachorro, não. Música popular cafona e ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- ARÓSTEGUI, J. *A Pesquisa histórica: teoria e método*. Trad. De Andréa Dore. Bauru: SP: Edusc, 2006.
- AZEVEDO, Sônia Cristina Santos de. *Regime militar e Festival de Arte de São Cristóvão (1972-1985): muito além dos palcos e holofotes*. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.
- BARBOSA, Caio Fernandes. *Ciência em transe: a história da CAPES nos anos 1970*. Salvador: UFBA, 2013. (Dissertação de mestrado).
- BERLINKC, Manoel Tosta. *CPC da UNE*. Campinas: Papyrus, 1984.
- BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Trad. De Maria Manuel, Rui Grácio e Vitor Romaneiro. Lisboa: Europa-América, 1977.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CALADO, Carlos. *Tropicália: a história de uma revolução musical*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CARDOSO, Lucileide. Costa. *Criações da memória: defensores e críticos da Ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.
- CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: editora da UNESP, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Berrtrand Brasil, 1988.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

- COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Revista Encontro com a Civilização Brasileira, 1979.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- CRUZ, José Vieira da. *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985*. Salvador: PPGH/UFBA, 2012. (Tese de Doutorado).
- DANTAS, Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe 1964/1884: partidos e eleições num estado autoritário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. *Textos para História de Sergipe*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 1991.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/FDE, 1996.
- FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória: A Problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil Republicano; v.4)
- FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012,
- \_\_\_\_\_. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Ditadura e Democracia na América Latina: Balanço Histórico e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002.
- HALBWACHS, Maurice; SIDOU, Beatriz (Trad.). *A memória coletiva*. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. De Wilma Patrícia Maas e Carlos Ameida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; ED. PUC-Rio, 2006, pp. 13- 18.

- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores – do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.
- MAGALDI, Sábato. *Panorama do teatro brasileiro*. São Paulo: Global Editora, 1997.
- MARIS, Vasco. *A canção brasileira: popular e erudita*. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MELLO, Zuza Homem de. *A era dos festivais: uma parábola*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MICELI, Sergio (Org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. *Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. 3. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_. *História e Música*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Cultura e poder no Brasil contemporâneo: (1977-1984)*. Curitiba: Juruá, 2006.
- \_\_\_\_\_. *O Regime Militar Brasileiro: 1964-1985*. 4 ed. São Paulo: Atual, 1998.
- PASSARINHO, Jarbas. *Um híbrido fértil*. Rio de Janeiro: Expressão Cultural, 1996.
- PRINS, Gwyn. História Oral. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. Burke, Peter (org.). Magda Lopes (trad.). São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- REBELO, Vanderlei. *Ney Braga: política e modernidade*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasília: Brasiliense, CNPq, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- REIS, Daniel Aarão. et al. *Versões e Ficções: o sequestro da história*. Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

- SARACENI, Mário. *Por dentro do Cinema Novo – minha viagem*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SOUSA, Antônio Lindvaldo. *Temas e História de Sergipe I*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/CESAD, 2007.
- SOUSA, Antônio Lindvaldo. *Temas e História de Sergipe II*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/CESAD, 2010.
- STEPHANOU, A. A. *Censura no Regime Militar e militarização das artes*. *Histórica - Revista de Pós-Graduação em História na PUC/RS*, Porto Alegre, 2000.
- TATIT, Luiz. *O século da canção*. São Paulo, SP: Ateliê Editorial, 2004.
- TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- TINHORÃO, José Ramos. *Música popular: um tema em debate*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.
- UMA HISTÓRIA em cartaz: *FASC: Festival de Arte de São Cristóvão*. São Cristóvão: Ed. UFS, 2008.
- VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1999.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 21 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- ZAPPA, Regina. *Chico Buarque: para todos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Prefeitura, 1999.

## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

- CAROCHA, Maika Lois. A censura musical durante o regime militar (1964-1985). *História Questões & Debates*. Vol. 44, No o. UFPR. Paraná, 2006. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/7940/5584>. Acesso em 03 de outubro de 2011.
- \_\_\_\_\_. “Pelos versos das canções”: censura e música no regime militar brasileiro. XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006. Disponível em <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Maika%20Lois%20Carocha.pdf>. Acesso em 27 de setembro de 2011.

FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. *Revista Topoi*. Vol. 03 Rio de Janeiro, dezembro 2002. Disponível em [http://revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi05/topoi5a11.pdf](http://revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a11.pdf). Acesso em 02 de outubro de 2011.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. A História Política no campo da História Cultural. *Revista de História Regional*, 1998. Disponível em: <http://www.eventos.uepg.br/ojs2/index.php/rhr/article/viewFile/2051/1533>. Acesso em 25 de abril de 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em 01 de novembro de 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15. 1989. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/306>. Acesso em: 01 de novembro de 2011.

## APÊNDICE

### I. O FESTIVAL DE ARTE DE SÃO CRISTÓVÃO NA FASE DE 1972 A 1979.

#### PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO FASC

<b>I FASC</b>	01 a 03 de setembro de 1972
<b>II FASC</b>	31 de agosto a 02 de setembro de 1973
<b>III FASC</b>	20 a 22 de setembro de 1974
<b>IV FASC</b>	26 a 28 de setembro de 1975 <i>Tema: O romantismo nas artes</i>
<b>V FASC</b>	24 a 26 de setembro de 1976 <i>Tema: A arte contemporânea</i>
<b>VI FASC</b>	23 a 25 de setembro de 1977
<b>VII FASC</b>	23 a 30 de setembro de 1978
<b>VIII FASC</b>	20 a 27 de outubro de 1979



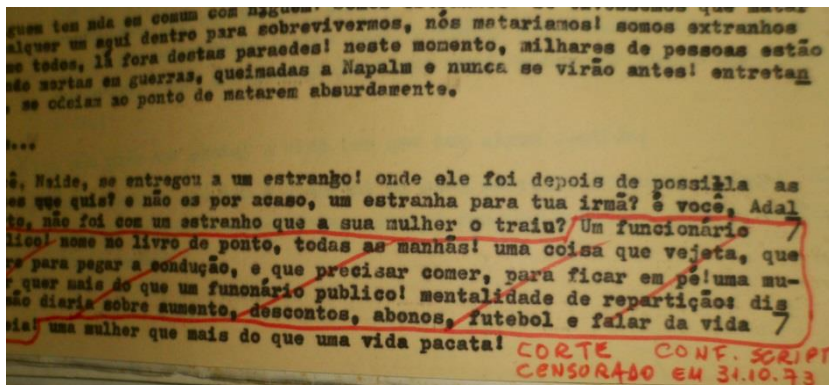
Albertina Brasil, ao centro, em São Cristóvão, nos preparativos para o I FASC, em 1972.  
[Fonte: Fundo: FASC. Cx. 4. Ano: 1972/1992].



João Cardoso do Nascimento Júnior, (1968-1972), estendo a mão em gesto de cumprimento, na abertura do I FASC.  
[Fonte: Fundo: FASC. Cx. 4. Ano: 1972/1992].



Autoridades no palanque de abertura do I FASC.  
[Fonte: Fundo: FASC. Cx. 4. Ano: 1972/1992].



Trecho da Peça *Transe*, de  
Ronal Radde, censurada  
pelo SCDP.  
[Fonte: Fundo: FASC III.  
Cx. 02. Ano: 1974].



Reitor Luiz Bispo (1972-1976)  
assistindo ao IV FASC.  
[Fonte: Fundo: FASC IV. Cx. 04.  
Ano: 1975].



Reitor Aloísio de Campos.  
[Fonte: Fundo: CULTART/Direção. Cx. 04.  
Ano: 1978].



O reitor Aloísio de Campos (1976-1980), à esquerda, na primeira foto, e o representante do ministro da Educação e Cultura, Eurico Brandão, à direita, na segunda foto, discursaram na abertura do VI FASC, em 1977.

[Fonte: *Gazeta de Sergipe*. 24 de setembro de 1977. Fundo: FASC VI. Cx. 04. Ano: 1977].



Ministro da Educação e Cultura Euro Brandão, presente como patrono, na cerimônia de abertura do VII FASC, em 1978.

[Fonte: *Jornal de Sergipe*. 30 de agosto de 1978. Fundo: CULTART/Direção. Cx. 04.  
Ano: 1978].



Bráulio Nascimento, presidente da Campanha Nacional do Folclore (à esquerda), cumprimentando o presidente Geisel (à direita). Bráulio Nascimento esteve presente no VII FASC.

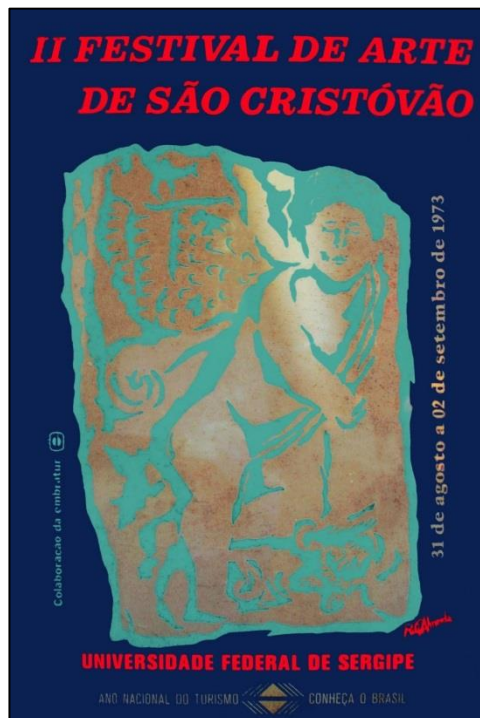
[Fonte: *Jornal da Cidade*. 30 de agosto de 1978. Fundo: CULTART/Direção. Cx. 04. Ano: 1978].

## CARTAZES

- **I IFASC (1972)**



- **II FASC (1973)**



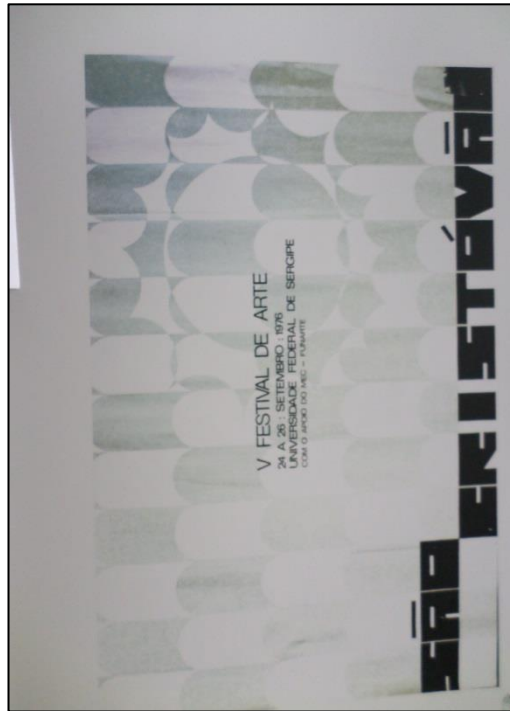
- **III FASC (1974)**



- **IV FASC (1975)**



- **V FASC (1976)**



- **VI FASC (1977)**

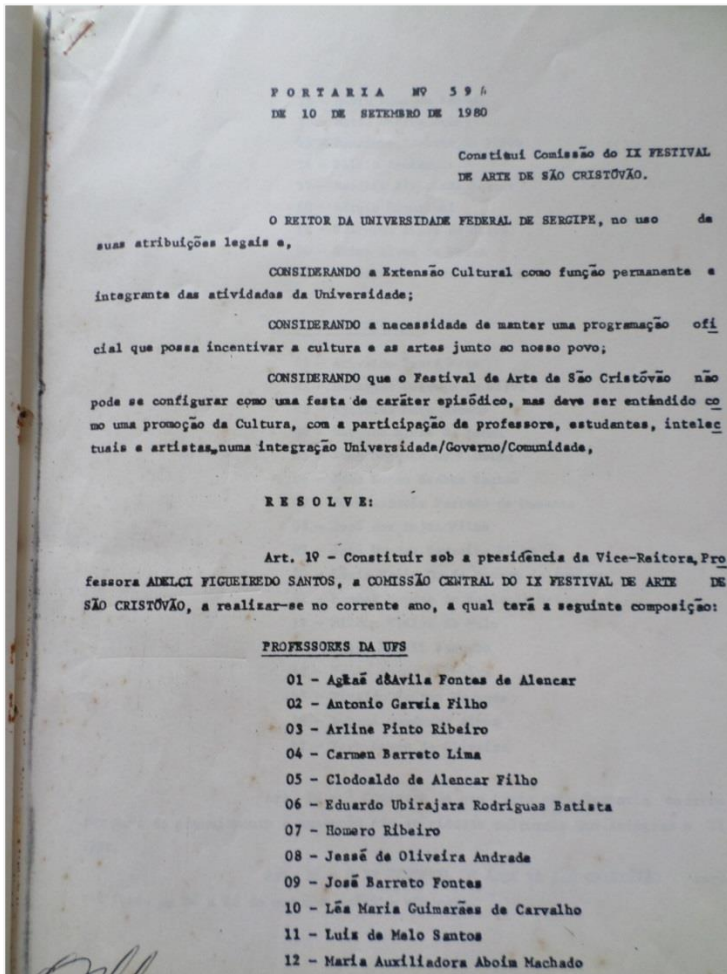




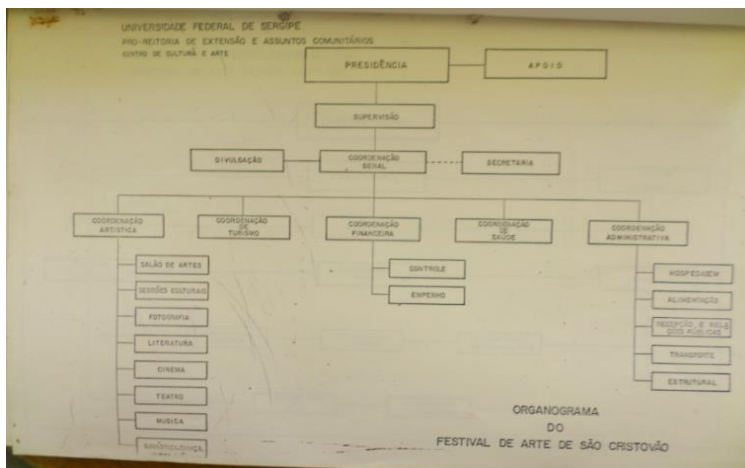
## **II. O FESTIVAL DE ARTE DE SÃO CRISTÓVÃO NA FASE DE 1980 A 1985**

### **PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO FASC**

<b>IX FASC</b>	24 a 26 de outubro de 1980
<b>X FASC</b>	23 a 25 de outubro de 1981
<b>XI FASC</b>	29 a 31 de outubro de 1982 <i>Tema: Arte nas ruas</i>
<b>XII FASC</b>	28 a 30 de outubro de 1983 Tema: O Nordeste e a nossa cultura
<b>XIII FASC</b>	07 a 09 de dezembro de 1984
<b>XIV FASC</b>	29 de novembro a 01 de dezembro de 1985



Portaria constituindo a Comissão Central do IX FASC. [Fonte: Fundo FASC IX. Cx. 03. Ano 1980].



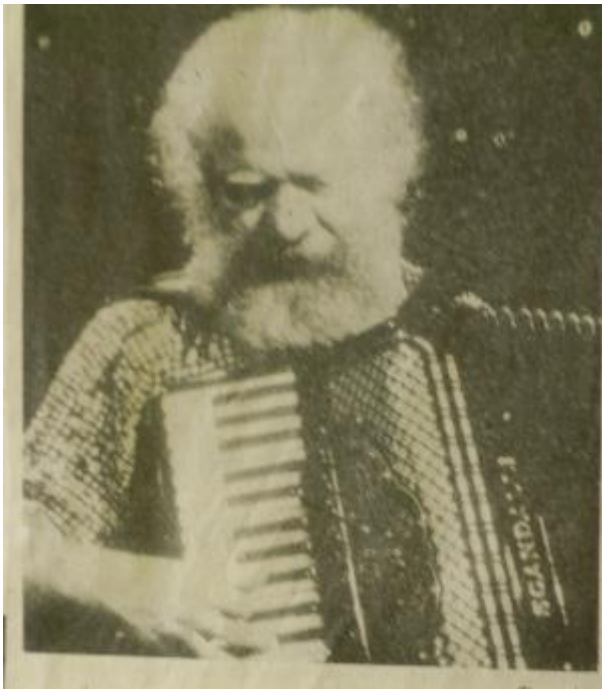
Organograma da Comissão do X FASC. [Fonte: Fundo: FASC X. Cx. 02. Ano: 1981].



Orquestra Harmônica de Curitiba. Uma das atrações do X FASCV [Fonte: Fundo: FASC X. Cx. 02. Ano: 1981].



Jocelino Francisco, pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, à esquerda e Nestor Amazonas, Diretor do CULTART, à direita. [Fonte: *Gazeta de Sergipe*. 01 de setembro de 1982. Fundo: FASC XI. Cx. 06. Ano: 1982].



Mestre Sivuca, uma das atrações do XIII FASC. [Fonte: *Jornal da Cidade*. 05 de dezembro de 1984. Fundo: CULTART/Direção. Cx. 04-B. Ano: 1984].



Ruas de São Cristóvão durante a realização do XIII FASC, em 1984. [Fonte: Fundo: FASC. Cx. 04. Ano: 1972-1994].



Eduardo Conde Garcia, segundo da esquerda para direita, assumiu a reitoria, juntamente como Clodoaldo de Alencar Filho, terceiro da direita para esquerda, novo vice-reitor.

[Fonte: *Gazeta de Sergipe*. 23 de maio de 1985. Fundo: CULTART/Direção. Cx. 04-A. Ano: 1985].

## CARTAZES

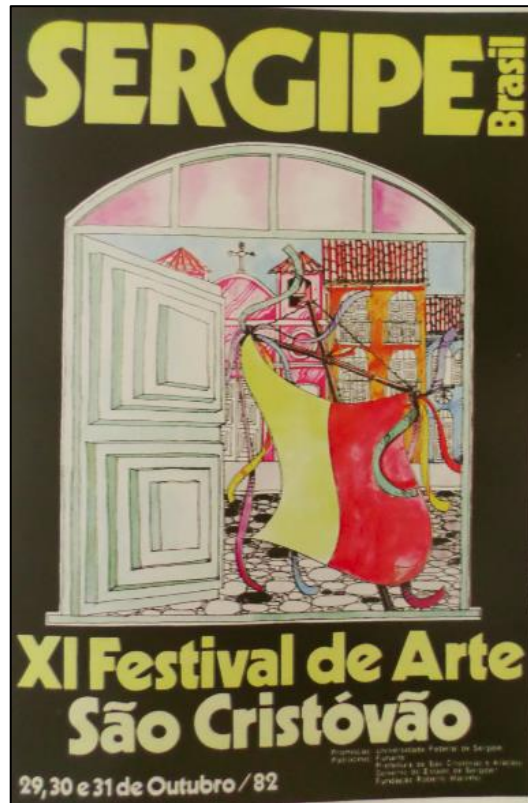
- IX FASC (1980)



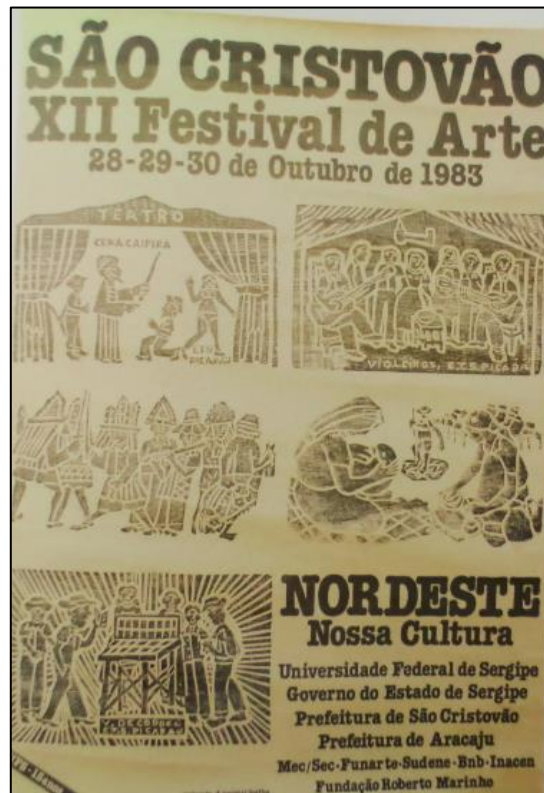
- X FASC (1981)



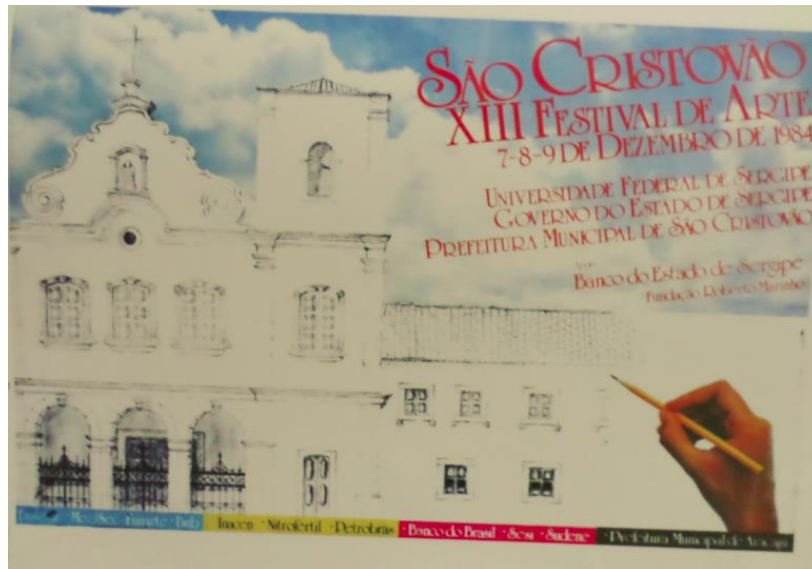
- **XI FASC (1982)**



- **XII FASC (1983)**



- **XIII FASC (1984)**



- **XIV FASC (1985)**

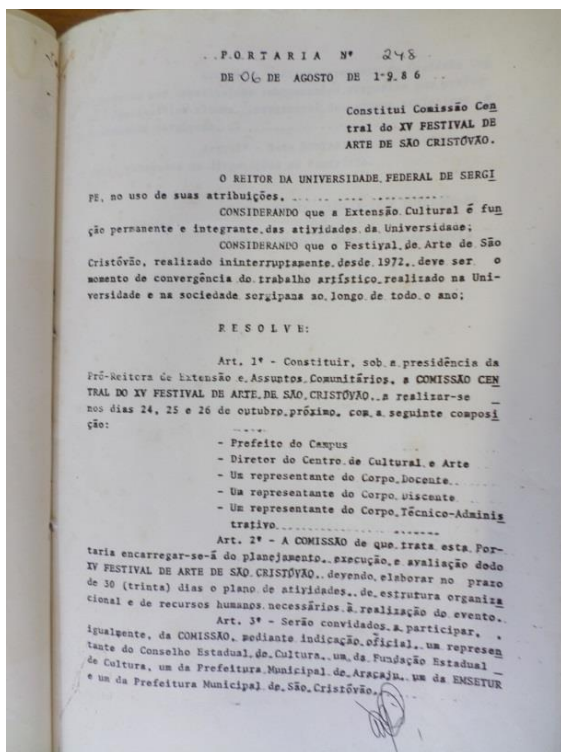


[Fonte: OLIVA, Terezinha Alves; CABRAL; Otávio Luiz; SOARES, Rosana Bezerra (Org.). *Uma história em cartaz: FASC – Festival de Arte de São Cristóvão*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008].

### III. O FESTIVAL DE ARTE DE SÃO CRISTÓVÃO NA FASE DE 1986 A 1995

#### PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO FASC

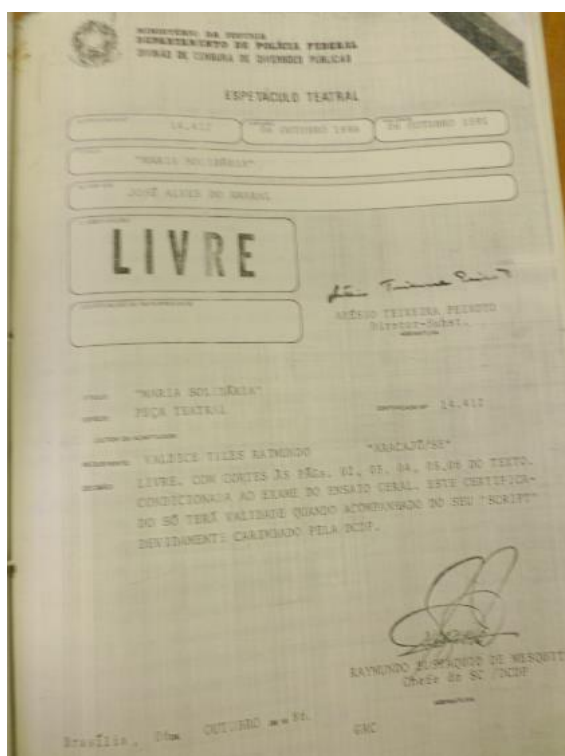
<b>XV FASC</b>	24 a 26 de outubro de 1986 <i>Tema: O indianismo nas artes</i>
<b>XVI FASC</b>	23 a 31 de outubro de 1987 <i>Tema: Sons, ritos e cores do Brasil</i>
<b>XVII FASC</b>	21 a 29 de outubro de 1988 <i>Tema: A arte afro-brasileira</i>
<b>XVIII FASC</b>	24 de novembro a 02 de dezembro de 1989 <i>Tema: Bicentenário da Inconfidência Mineira. Centenário da Proclamação da República</i>
<b>XIX FASC</b>	20 a 22 de dezembro de 1990 <i>Tema: 400 anos de cultura pedem socorro (400 anos de São Cristóvão)</i>
<b>XX FASC</b>	23 de novembro a 07 de dezembro de 1991
<b>XXI FASC</b>	20 a 22 de novembro de 1992 <i>Tema: 500 anos de descoberta da América/ 70 anos da Semana de Arte Moderna/ 25 anos da UFS</i>
<b>XXII FASC</b>	26 a 28 de novembro de 1993
<b>XXIII FASC</b>	30 de novembro de 1994 a 20 de janeiro de 1995



Portaria constituindo a Comissão Central do XV FASC. [Fonte: Fundo FASC XV. Cx. 02. Ano 1986].



Reitor Eduardo Garcia discursando da cerimônia de abertura do XV FASC. [Fonte: *Jornal da Cidade*. 28 de outubro de 1986. Fundo: Ibid.].



Certificado de liberação da censura federal, enviado por artistas à Comissão organizadora do FASC, em 1986 e 1987.

[Fonte: Fundo: FASC XVI. Cx.02. Ano 1987. Fonte: Fundo: CULTART/COARVIS. Cx.01. Ano 1986].



Certificado de participação no XVI FASC (1987). [Fonte: Fundo: FASC XVI. CX. 04. Ano 1987].



Reunião com Eduardo Garcia e o governador de Sergipe Antônio Carlos Valadares, no Gabinete do Reitor. [Fonte: *Gazeta de Sergipe*. 18 de agosto de 1987. Fundo: Ibid.].



Discurso na cerimônia de abertura do XVI FASC o governador Valadares, um dos patrocinadores dessa edição. [Fonte: *Jornal de Sergipe*. 11, 12 e 13 de outubro de 1987. Fundo: Ibid.].



Na foto, o gerente geral da Caixa Econômica Federal, Carlos Roberto Siqueira, à esquerda, entrega um cheque no valor de oitocentos mil cruzados ao reitor Eduardo Garcia, a fim de ser aplicado no XVI FASC (1987). [Fonte: *Jornal da Manhã*. 17 de outubro de 1987. Fundo: Ibid.]



Fernando Gabeira proferindo palestra no Auditório da Reitoria da UFS, durante o XVII FASC.

[Fonte: *Jornal da Manhã*. 25 de outubro de 1988. Fundo FASC XVII. Cx. 04. Ano: 1988].



Protesto contra o Governo de El Salvador durante a abertura do XVII FASC. [Fonte: *Jornal da Manhã*. 23 e 24 de outubro de 1988. Fundo FASC XVII. Cx. 04. Ano: 1988].



Abertura do XVII FASC, em 1988. À esquerda, João Alves Filho, ministro do Interior, dando cumprimentos. Ao lado dele, o reitor Eduardo Garcia. [Fonte: Fundo: FASC. Cx. 04. Ano: 1972-1994].



Artistas nas ruas de São Cristóvão durante o XVII FASC (1988). [Fonte: Ibid.].



Ruas de São Cristóvão, durante a realização do XVII FASC (1988). [Fonte: Ibid.].



Reitor Clodoaldo de Alencar Filho discursando na abertura do XVIII FASC, em 1989. [Fonte: Fundo: FASC XVIII. Cx. 01. Ano: 1989].



senador Albano Franco, Idalito de Oliveira e o reitor da UFS assinam os convênios

O Senador sergipano Albano Franco, sentado à esquerda, assina convênio com a UFS, representada por Clodoaldo de Alencar Filho, à direita, para concessão de recursos financeiros para o XVIII FASC. [Fonte: *Jornal da Cidade*. 29 de outubro de 1989. Ibid.].



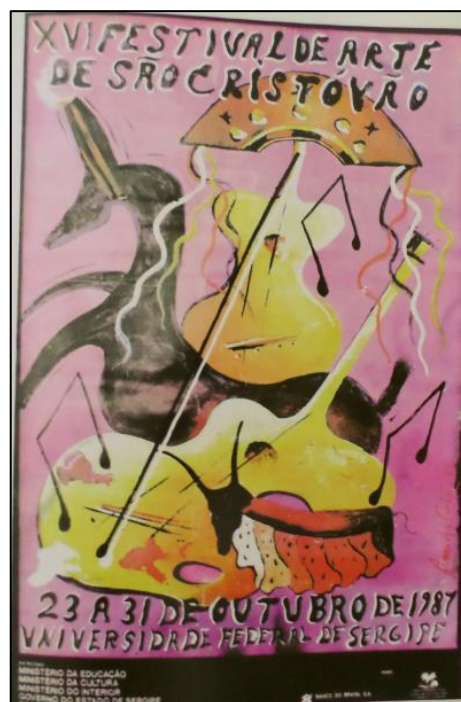
Solenidade de assinatura do Convênio entre o Banco do Brasil e a UFS, para concessão de crédito para o XX FASC, em 1991. [Fonte: *Jornal da Cidade*, 20 de novembro de 1991. Fundo: FASC XX. Cx. 04. Ano: 1991].

## CARTAZES

- **XV FASC (1986)**



- **XVI FASC (1987)**



- **XVII FASC (1988)**



- **XVIII FASC (1989)**



- **XIX FASC (1990)**



- **XX FASC (1991)**



- **XXI FASC (1992)**



- **XXII FASC (1993)**



- **XXIII FASC (1984/1985)**



[Fonte: OLIVA, Terezinha Alves; CABRAL; Otávio Luiz; SOARES, Rosana Bezerra (Orgs).  
*Uma história em cartaz: FASC – Festival de Arte de São Cristóvão*. São Cristóvão: Editora  
UFS, 2008].